

JANAÍNA GONÇALVES RIOS BARROS

Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

B277a
2016
Barros, Janaína Gonçalves Rios, 1987-
Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional
Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de
Caravelas, BA / Janaína Gonçalves Rios Barros. – Viçosa, MG,
2016.

xv, 159f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Priscila Ribeiro Dorella.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.154-159.

1. Conflitos ambientais. 2. Abrolhos, Arquipélago dos
(BA). 3. Caravelas (BA). 4. Pescadores. I. Universidade Federal
de Viçosa. Departamento de História. Programa de
Pós-graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural,
Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22 ed. 363.7

JANAÍNA GONÇALVES RIOS BARROS

**Abr'olhos! Uma análise história do Parque Nacional Marinho dos
Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 19 de agosto de 2016.

Leonardo Civalle (UFV)

Natascha Stefania Carvalho Ostos
(Membro externo)

Priscila Ribeiro Dorella (orientadora)

Aos meus pais e ao meu esposo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o autor e doador de toda a vida.

Aos meus pais, Joselito e Antonia, que sempre me apoiaram e não mediram esforços para que meus sonhos se tornassem reais. Hoje devo a vocês tudo que sou. Obrigado!

Ao meu esposo, por permanecer ao meu lado em todos os momentos e por acreditar em mim, quando nem eu mesma acreditava. Sua paciência e amor sempre me motivaram. *Merci mon amour!*

Agradeço a Priscila Dorella, pela orientação, sabedoria, gentileza e pelas palavras de incentivo em momentos tão precisos.

Às minhas queridas amigas, Walkiria Martins, Isabella Guerra, Mileny Prates, Carolina Pereira e Fahrenheit Amarante, pelo carinho, por serem tão solícitas, pelas hospedagens, pela companhia e por fazerem a distância parecer insignificante. Vocês fizeram parte das coisas boas trazidas por este Mestrado.

Agradeço ao professor Jonas Marçal e toda Coordenação e Secretaria de Mestrado, pelo apoio durante todo o curso.

Aos colegas e professores, por todas as experiências vividas e compartilhadas.

Aos funcionários do Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, por contribuírem para a realização da pesquisa.

Ao Diego e seu avô, o sr. Élio, pelo apoio na coleta de depoimentos e produção do vídeo documentário.

Aos pescadores que foram receptivos a pesquisa e colaboraram com a realização deste projeto. Fui profundamente cativada pela simplicidade e alegria desses nobres “homens do mar”.

À Horizonte Aberto, pela carona ao Arquipélago de Abrolhos.

Ao Mauro Lana, por ceder as imagens subaquáticas para a produção do vídeo documentário.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte da realização deste sonho.

*Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que não se pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou
vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu
quero.*

(Álvaro Campos)

RESUMO

BARROS, Janaína Gonçalves Rios, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2016. **Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA.** Orientadora: Priscila Ribeiro Dorella.

A implementação no Brasil de Unidades de Conservação (UC), a partir dos anos de 1930, foi motivada, como se sabe, pela necessidade de preservação da natureza. Entretanto, a criação e manutenção dessas áreas protegidas, por vezes, deflagram conflitos que envolvem as comunidades tradicionais do seu entorno no que toca as restrições no usufruto de seus recursos naturais. A disputa de interesses e os impasses nas questões fundiárias relevam assim as fragilidades nas relações da gestão de conservação com as populações locais. Diante desta questão, este trabalho teve por objetivo compreender os desafios gerados com as restrições impostas a partir da criação da UC integral na região dos Abrolhos por meio da identificação e análise dos conflitos que circundam o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, criado em 1982, e as comunidades pesqueiras de Caravelas, no Extremo Sul da Bahia. Ao longo da pesquisa foi possível observar, através de entrevistas e análises de documentos variados como jornais e leis, que os dilemas surgidos desde a inauguração do Parque Nacional Marinho de Abrolhos foram e são impulsionados, fundamentalmente, por interesses de ordem econômica ao envolver grandes empreendimentos na região, como a extração de petróleo e gás, a carcinicultura e a utilização da barcaça para escoar madeira de celulose pelo oceano. Com efeito, apesar dos pescadores reconhecerem a importância do Parque para a biodiversidade da região, eles não identificam benefícios para a economia local, o que acarreta em uma das razões dadas para a existência da pesca ilegal e da clara percepção sobre fragilidade dos projetos de educação ambiental implementados na região.

ABSTRACT

BARROS Janaína Gonçalves Rios, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, August 2016. **Abr'olhos! A historical analysis of the *Parque Nacional Marinho dos Abrolhos* (Marine National Park of Abrolhos) with the fishing communities of the city of Caravelas, State of Bahia.** Adviser: Priscila Ribeiro Dorella.

The implementation of Conservation Units (CU) in Brazil from 1930 on was motivated, as it is known, by the need to preserve nature. However, the creation and maintenance of these protected areas, at times, deflagrate conflicts that involve the traditional communities surrounding them, where restrictions regarding their use of natural resources are concerned. The dispute of interests and the impasse regarding land issues thus reveal the frailties in the management conservation relationships with the local population. Based on this issue, this investigation aimed to understand the challenges generated by the restrictions imposed since the creation of the integrated CU in the region of Abrolhos, through the identification and analysis of the conflicts that surround the *Parque Nacional Marinho de Abrolhos*, founded in 1982, and the fishing communities of Caravelas, in the extreme South of the State of Bahia. Throughout the research it was possible to verify through surveys and analyses of varied documentation such as newspapers and acts that the dilemmas that have arisen since the opening of the *Parque Nacional Marinho de Abrolhos* were and have been pursued fundamentally by interests of economic order when great ventures in the region were involved, such as petroleum and gas extraction, shrimp farming, and the use of barge to move cellulose wood over the ocean. In fact, despite the fact that the fishermen are aware of the importance of the Park for the biodiversity of the region, they are not able to identify the benefits for the local economy, which leads to one of the reasons for the existence of illegal (unregulated) fishing and the clear perception regarding the frailty of environmental education projects that are implemented in the region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Imagem aérea do Arquipélago de Abrolhos	22
Figura 02 - Localização e limites do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.....	34
Figura 03 - Mapa dos recifes de corais na região dos Abrolhos.....	35
Figura 04 - Ilhas do Arquipélago de Abrolhos	37
Figura 05 - Farol de Santa Bárbara.....	40
Figura 06 - Biodiversidade de Abrolhos.....	42
Figura 07 - Turistas no Arquipélago de abrolhos.....	45
Figura 08 - Desenho de Maurício Carvalho representando os destroços do Navio Guadiana, naufragado na região de Abrolhos.....	46
Figura 09 - Desenho de Maurício Carvalho representando os destroços do Navio Rosalina, naufragado na região dos abrolhos.. ..	46
Figura 10 - Atividades oferecidas aos turistas no Arquipélago de Abrolhos.....	54
Figura 11 - Localização da cidade de Caravelas, Bahia.	58
Figura 12 - Exposição de ossos de baleias	61
Figura 13 - Mapas da linha férrea Bahia-Minas nos municípios de Caravelas/BA e Araçuaí/MG.....	62
Figura 14 - Antiga estação ferroviária em Ponta da Areia, Caravelas.. ..	63
Figura 15 - Mapas da área de Mata Atlântica em 1945, 1960 e 1974, respectivamente.....	67
Figura 16 - Mapa de simulação dos Impactos causados pelo derreamento de óleo no Banco de Abrolhos.	75
Figura 17 - Protestos de ativistas contra a exploração de petróleo e gás no Banco dos Abrolhos.. ..	76
Figura 18 - Desempenho das exportações de camarão cultivado (1998 a 2010).. ..	80
Figura 19 - Mapa com a área proposta para a implantação da Coopex.....	81
Figura 20 - Movimentos contra a carcinicultura em Caravelas.....	83
Figura 21 - Fiscalização no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.....	87
Figura 22 - Mapa da região do Banco de Abrolhos.....	88
Figura 23 - Zona de amortecimento do PARNAM dos Abrolhos.....	91
Figura 24 - Mapa da proposta de implantação da Reserva Extrativista Cassurubá.....	93

Figura 25 - Processo de criação da Reserva Extrativista Cassurubá.....	94
Figura 26 - Pescadores entrevistados.....	102
Figura 27 - Atividades desenvolvidas pela monitora ambiental do Parque de Abrolhos.....	108
Figura 28 - Coordenadas geográficas do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.	111
Figura 29 - Flagrantes de pesca ilegal dentro do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. ..	112
Figura 30 - Recifes de corais das Timbebas.....	113
Figura 31 - Panfleto de divulgação do Edital de Seleção Programa Professores no Parque 2012.	116
Figura 32 - Projeto Professores no Parque no ano de 2012.....	117
Figura 33 - Proposta de ampliação de áreas protegidas no Banco dos Abrolhos.....	121
Figura 34 - Etapas de produção do Vídeo Documentário.	127
Figura 35 –Filmagens do Vídeo Documentário.	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Classificação das UC dentro de suas categorias e seus objetivos.....	09
Quadro 02 – Parques Nacionais Brasileiros criados entre 1937 e 2015.....	15
Quadro 03– Zoneamento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.	26
Quadro 04 – Relação dos gestores do Parque de Abrolhos de 1983 (ano de sua criação) até 2016.	32
Quadro 05 – Pesquisas realizadas atualmente no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	43
Quadro 06 – Roteiro do Documentário “Abr’olhos! Um parque, muitas vozes”	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Relação da porcentagem da criação de Parques Nacionais de 1930 a 2015.	17
Gráfico 02 - Visitação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, 1994 – 2004, por temporadas.....	50
Gráfico 03 - Número de visitas feitas ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos nos anos de 2007 a 2014.	51
Gráfico 04 - Total de visitas por mês.	53
Gráfico 05 - Pescadores de Caravelas e o Parque de Abrolhos.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Evolução demográfica da região do extremo sul da Bahia entre os anos de 1970 e 2000.	66
Tabela 02 - Equipamentos utilizados para a gravação do Documentário.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UC – Unidade de Conservação

PN – Parque Nacional

PARNAM dos Abrolhos – Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ESEC – Estação Ecológica

REBIO – Reserva Biológica

MV – Monumento Natural

REVIS – Refúgio da Vida Silvestre

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

FLONA – Floresta Nacional

RESEX – Reserva Extrativista

REFAU – Reserva de Fauna

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço

ONG – Organização Não Governamental

IBDF – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

FUNATURA – Fundação Pró-Natura

GEF – Global Environment Facility

AMCPs – Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

E.F.B.M. – Estação Ferroviária Bahia – Minas

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

CI-Brasil – Conservation International - Brasil

TRF – Tribunal Regional Federal

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IWC/Brasil – Coalizão Internacional da Vida Silvestre

EJF – Environmental Justice Foundation

CEPRO – Centro de Ensino Profissionalizante

Coopex – Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia

Fiocruz – Fundação Osvaldo Cruz

APESCA – Associação de Pescadores de Rede de Arrasto, Boeira, Fundo de Arraieira de Caravelas

CRA – Centro de Recursos Ambientais

GPS – Sistema de posicionamento Global

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xii
INTRODUÇÃO	01
PARTE I.....	06
CAPÍTULO 1 - Abr'olhos! As faces de um paraíso sacralizado: a institucionalização do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	07
1.1. As Unidades de Conservação no Brasil.....	07
1.2. Os Parques Nacionais	13
1.2.1. Zoneamento dos Parques Nacionais	19
1.3. Implantação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	21
1.3.1 Administração do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.....	32
1.4. Limites do PARNAM dos Abrolhos	33
1.5. O Farol de Abrolhos	39
1.6. “É fascinante! ” A presença de pesquisadores e turistas nos Abrolhos.....	41
CAPÍTULO 2. Abra os olhos! Conflitos socioambientais e disputa pela hegemonia no Banco dos Abrolhos.....	57
2.1. “A Princesa de Abrolhos”. Breve histórico de Caravelas/Bahia.....	57
2.1.1 A chegada do “progresso”	61
2.2. Tensão nas áreas naturais entorno do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos: desafios e conquistas	69
2.3. Os maiores predadores: a ameaça de exploração de Petróleo e Gás na região de Abrolhos.....	73
2.4. A carcinicultura e a disputa de poder	78
2.5. Panorama geral dos conflitos envolvendo as comunidades pesqueiras	85
2.6. Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e a criação da Resex Cassurubá	89
CAPÍTULO 3. Da Rede ao Farol: diálogos sobre a relação do PARNAM dos Abrolhos e as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA	96
3.1. Abrolhos: o mapa do conflito.....	97

3.2. Visão do conflito a partir da metodologia aplicada	99
3.3. A relação dos pescadores com o PARNAM dos Abrolhos	102
3.3.1. A pesca artesanal e o PARNAM dos Abrolhos.....	106
3.4. Propostas e projetos: a comunidade no Parque.....	114
3.5. De olhos abertos para as soluções.....	119
PARTE II	124
CAPÍTULO 4. Vozes de Abrolhos: produção do Vídeo Documentário como Produto	
Final do Mestrado	125
4.1. Do Papel à Tela	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
DEPOIMENTOS	141
FONTES	143
REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

A adoção brasileira de medidas concernentes à preservação do meio ambiente resultou na origem das primeiras Unidades de Conservação (UC) já no início do século XX com a criação da Floresta Nacional de Lorena¹ no Estado de São Paulo². No ano 2000, com a institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as áreas protegidas passaram a ser divididas por categorias e objetivos específicos, entre as quais, encontram-se os Parques Nacionais (PN) que são destinados a promover a proteção integral de “áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais”³.

Com essa premissa, 71 Parques Nacionais foram criados, entre os anos de 1937 e 2015, o que pode configurar como resultado das intensas discussões promovidas pela preocupação com a devastação do meio ambiente, que de forma eminente cresce, paralelamente, ao desenvolvimento das cidades e das “glórias do progresso”.

Deste modo, com a criação dos Parques Nacionais esperava resolver, ou pelo menos mitigar os impactos ambientais sobre os ecossistemas protegidos. Porém, a realidade de muitas dessas UC's é que nem de longe conseguiram promover o cumprimento dos objetivos propostos à sua criação. Isso pode ser consequência das políticas públicas voltadas à conscientização da preservação do meio ambiente e a sensibilidade em relação as demandas da população. Ainda assim, é comum a existência de conflitos com as comunidades tradicionais que habitavam e/ou habitam as terras nos limites das áreas protegidas ou no seu entorno.

Isto posto, o interesse por essa temática surgiu a partir de pesquisas realizadas para a produção de um trabalho monográfico para o curso de História na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no ano de 2011, intitulado “Abr’olhos! Preservação Patrimonial no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos – Caravelas, Bahia: a necessária interrelação entre o patrimônio natural e cultural”, o qual discutia a importância do diálogo entre órgãos responsáveis pela preservação da natureza e de proteção ao patrimônio cultural para a formulação de ações conjuntas no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Entretanto, os aspectos que envolveram as comunidades de Caravelas e sua relação com o Parque de Abrolhos

¹ A Floresta Nacional de Lorena (FLONA de Lorena) foi criada no ano de 1934.

² O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536> [Pdf] Acesso em 30 de maio de 2015.

³ BRASIL. 1979. *Decreto N° 84.017 de 21 de setembro de 1979 que aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros*, p. 01.

tornaram-se instigantes e dignos de uma abordagem mais profunda e cautelosa, o que levou a formulação deste estudo.

A princípio, buscava-se compreender os conflitos que envolviam essa UC e as comunidades tradicionais por acreditar que o processo de implantação do parque deu-se de forma arbitrária e excludente.

Portanto, a base da pesquisa consistia na ideia de que a população local não se identificava com o parque marinho criado no Banco dos Abrolhos e manteriam relações conflituosas devido à proibição de atividades pesqueiras nos seus limites. Entretanto, o decorrer da pesquisa apresentou novas perspectivas acerca dos embates e da atuação do Parque de Abrolhos nas comunidades tradicionais e foi possível observar a complexidade dos conflitos que permeiam a criação e consolidação do parque e, sobretudo, a percepção dos pescadores sobre essa UC, o que caracteriza a originalidade deste estudo⁴.

Assim, a partir do pressuposto que a criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNAM dos Abrolhos) gerou possíveis impactos sociais nas comunidades tradicionais, este trabalho propôs analisar a fundo as relações de atores sociais das comunidades pesqueiras da cidade de Caravelas com o Parque de Abrolhos.

Como objetivos específicos buscou-se apresentar um recorte da trajetória dos parques nacionais no Brasil; mapear e discutir os conflitos que circundam o Parque de Abrolhos; Historicizar o processo de implantação do Parque de Abrolhos; problematizar e analisar a reação das comunidades pesqueiras quanto a restrição da pesca nos limites do Parque; contribuir para a discussão teórica do conflito entre Unidades de Conservação e comunidades tradicionais.

Para alcançar os objetivos propostos foi utilizado como recurso o levantamento bibliográfico, o qual possibilitou o desenvolvimento de toda a pesquisa. Foram examinados ainda, matérias de jornais⁵ como A Folha de São Paulo, O Globo, O Timoneiro e O Samburá, que contribuíram para mapear, entre outras questões, o processo de implantação do PARNAM dos Abrolhos. Além das entrevistas com questões semiestruturadas que permitiram a percepção de novos olhares sobre o conflito.

⁴ Existem muitos estudos publicados acerca do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, contudo, a maior parte voltados para a biodiversidade dessa UC. Os trabalhos que compreendem os conflitos de ordem social foram utilizados para o aprofundamento desta pesquisa.

⁵ Entre os jornais examinados para este estudo encontram-se os de circulação nacional e local, embora, a maior concentração de informações, disponíveis e em estado legível, foram encontrados nos jornais A Folha de São Paulo e o Globo.

Assim, foram utilizados conceitos sobre paisagens, patrimônio natural e memória⁶ que alicerçaram esta pesquisa. Procurou-se, portanto, percepções acerca das visões concernentes aos espaços naturais, ao considerar a relevância da trajetória das UC's no Brasil e as discussões a respeito do uso dos territórios naturais.

Como premissa para este estudo estão as questões discutidas pelo professor e doutor em Ciências Sociais Antônio Carlos Diegues, que traça uma relação entre os sistemas de preservação da natureza proposto com a criação das UC's e o mito da natureza intocável e aponta para uma relação excludente com as comunidades em torno das áreas protegidas. A esse respeito ele declara que:

A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais⁷.

A geógrafa e doutora em Ciências Sociais Maria Tereza D. Paes-Luchiari, também, discute os conflitos a partir da apropriação territorial e os interesses que circundam a conservação da natureza, tendo como uma das vertentes a visão sobre a paisagem, que segundo ela é sobretudo, *“uma produção humana, cultural, uma forma pela qual se vê o mundo, resultado da produção social e da determinação natural”*⁸. Outro autor que contribui a esse respeito é geógrafo Rafael Winter Ribeiro, que faz significativas considerações sobre o conceito de paisagem cultural e suas múltiplas abordagens, além de apresentar e discutir as percepções do patrimônio Natural definidas nas grandes conferências do patrimônio e seus órgãos de preservação.

Por fim, a percepção da memória é, também, um importante elemento para este estudo, já que a história oral foi um dos recursos aqui utilizado. Desta forma, valeu-se as considerações de Jacques Le Goff acerca da memória, segundo o qual, *“é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”*.⁹

⁶ A esse respeito ver: A Alegoria do Patrimônio, de Françoise Choay; A Memória Coletiva, de M. HALBWACHS; Entre Memória e História, de Pierre Nora; Paisagem Cultural e Patrimônio, de R. W. Ribeiro.

⁷ DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. Editora HUCITEC, São Paulo, 2001, p. 62.

⁸ LUCHIARI, Maria Tereza Paes. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruns, Célia Serrano (orgs.). – Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 31.

⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5º ed. Campinas: Unicamp, 2003, p. 469.

Esta dissertação foi dividida em duas partes nas quais foram estruturados quatro capítulos. A primeira consiste na discussão teórica e no desenvolvimento da pesquisa. A segunda refere-se ao produto final do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Cabe ressaltar que os anexos serão disponibilizados em suporte de armazenamento, DVD.

O primeiro capítulo consiste em mapear a consolidação do Parque Nacional de Abrolhos respondendo algumas indagações formuladas inicialmente: Quando foi criado? Qual a justificativa? Como a notícia foi recebida pela comunidade local? Quais foram os agentes envolvidos? Como o parque é gerenciado? Qual a relação entre as práticas de preservação e o turismo? O que significa um patrimônio natural?

O segundo capítulo procurou traçar um panorama histórico da cidade de Caravelas de modo a contribuir para a compressão em relação aos possíveis impactos causados nas populações locais com a criação do Parque de Abrolhos. É ainda apresentado neste capítulo, o cenário de tensão e disputa territorial a partir dos entraves gerados por empreendimentos como a implantação da carcinicultura na região e a exploração de petróleo e gás no Banco dos Abrolhos, além das disparidades no trato dos conflitos no contexto das políticas públicas e seus conchavos.

O terceiro capítulo apresenta e problematiza os resultados das pesquisas *in loco*, de forma a identificar os conflitos a partir da ótica de diversos atores sociais. Para tanto, foram feitas 20 entrevistas na cidade de Caravelas e no Arquipélago de Abrolhos, com o objetivo de compreender a relação de pescadores das comunidades locais com o Parque. Assim, a ênfase desse capítulo está no conflito referente a proibição da pesca nos limites do PARNAM dos Abrolhos a partir de sua implantação e apresenta a percepção de pescadores e agentes preservacionistas quanto ao processo de consolidação dessa UC e a confluência de seus interesses.

O quarto capítulo, descreve a trajetória para o desenvolvimento do Produto Final desta pesquisa, que consistiu na realização do roteiro do vídeo documentário intitulado “*Abr’olhos! Um Parque, muitas vozes*”. O documentário é um média metragem gravado no mês de fevereiro de 2016 na cidade de Caravelas e no Arquipélago de Abrolhos. A proposta é que este material atue como um suporte na discussão acerca dos conflitos que envolvem as UC’s a partir do estudo de caso do PARNAM dos Abrolhos. Trata-se, portanto, de depoimentos feitos por diferentes atores sociais e representa a diversidade de olhares sobre os conflitos entre pescadores e o Parque de Abrolhos, no que tange a disputa do usufruto dos recursos naturais nas áreas de proteção integral.

Por fim, nas Considerações finais foi feita uma reflexão sobre os resultados obtidos na pesquisa e suas contribuições para a discussão da análise dos conflitos nas Unidades de Conservação no Brasil.

Todos os documentos pertinentes para a construção desta pesquisa foram anexados em mídia e são disponibilizados, assim como Vídeo Documentário “Abr’olhos! Um parque, muitas vozes”, junto a esta dissertação.

PARTE I

CAPÍTULO 1 - Abr'olhos! As faces de um paraíso sacralizado: a institucionalização do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Poderíamos chamar essa natureza de patrimônio?

BRUHNS, A Ideia da Natureza como Fronteira, 2007.

Neste capítulo, serão abordadas questões concernentes ao processo de implantação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

1.1. As Unidades de Conservação no Brasil

Os impactos causados na natureza pela ação direta ou indireta do homem têm deixado rastros de devastação e tem limitado cada vez mais os recursos naturais. Para o biólogo Genebaldo Freire Dias, essa “*degradação reflete-se na perda de qualidade de vida, por condições inadequadas de moradia, poluição em todas as suas expressões, destruição de habitats naturais e intervenções desastrosas nos mecanismos que sustentam a vida na terra*”¹⁰. Com o aumento da exploração ambiental surgem, no Brasil, as primeiras medidas que apontam, de forma preliminar, um viés de preservação, como a criação do 1º Código Florestal Brasileiro em 1934, através do Decreto 23.793/34, que definia o conceito de florestas protetoras, florestas nacionais e parques nacionais, além, de áreas de preservação em propriedades privadas¹¹. A partir de então, foram criadas áreas de preservação ambiental aderindo aos moldes norte-americanos, como afirma o geógrafo Davis Gruber Sansolo:

[...] da perspectiva do mito da natureza perdida, da natureza intocada desde o início do século XX no Brasil, nos moldes de proteção à natureza norte-americana. O “paraíso perdido”, representado por áreas especialmente administradas e protegidas como estratégia de preservação de ambientes naturais mais próximos de sua pureza, sem interferências humanas, segregando locais “puros” ora a serviço da ciência, ora da educação e por vezes adequados ao lazer fora do cotidiano das cidades, tem sido a forma mais convencional de conservação da biodiversidade no Brasil, as chamadas Unidades de Conservação¹².

¹⁰ DIAS, Genebaldo Freire, 1949. *Educação Ambiental: princípios e práticas*/ Genebaldo Freire Dias, - 9. Ed. – São Paulo: Gaia, 2004, p. 14.

¹¹ BRITO, 2003 apud SANSOLO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 58.

¹² SANSOLO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2007, p.57 e 58.

Nos parâmetros de conservação norte-americana a natureza é evocada de forma enaltecida, distinguida como um paraíso sacralizado, a visão intocável preservacionista e excludente. Desta forma, a criação de áreas protegidas tinha como objetivo, segundo a cientista social Ana Godoy, “*assegurar a continuidade dos processos biológicos sem interferência humana*”¹³, em virtude da destruição provocada pelo próprio homem. Padrão claramente aderido pelo Brasil ao criar as primeiras áreas de preservação ambiental.

Logo, ocorreu forte intensificação das discussões acerca dos problemas ambientais, sobretudo, a partir da segunda metade do século passado, o que proporcionou crescente preocupação com a preservação de áreas verdes. Nessa perspectiva, foram ampliadas as Unidades de conservação em todo o país, as quais, na percepção do biólogo Marcos Antônio Reis Araújo, podem ser compreendidas como “*uma área de terra/mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da biodiversidade e de seus recursos naturais e culturais associados, e manejada através de instrumentos legais e outros meios efetivos*”¹⁴.

Na Constituição Brasileira de 1988, no capítulo VI artigo 225, trata da preservação do meio ambiente como um direito a ser resguardado a todos, determinando ao Poder Público, como estabelece o artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade¹⁵.

¹³ GODOY, A. O modelo de Natureza e a natureza do modelo. *São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.14, p.129-138, p. 129.

¹⁴ ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. *Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

¹⁵ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292.

Portanto, com resguardo constitucional, após intensas discussões, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, através da Lei de nº9.985 de julho de 2000 e teve como principal objetivo estabelecer “*critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação*”¹⁶. A lei foi regulamentada através do Decreto nº4.340, de 22 de agosto de 2002¹⁷. Assim, as UC’s regidas pela SNUC passaram a ser divididas em dois grupos, Proteção Integral e Uso Sustentável, com objetivos distintos:

§ 1o O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2o O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais¹⁸.

Cada grupo de UC é composto por novas categorias com objetivos específicos. São 320 UC no Brasil, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

QUADRO 01: Classificação das UC dentro de suas categorias e seus objetivos

Tipo de UC	Categoria da UC		Objetivo da UC
Proteção Integral	Estação (ESEC)	Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas.
Proteção Integral	Reserva (REBIO)	Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
Proteção Integral	Parque (PARNA)	Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
Proteção Integral	Monumento Natural (MN)		Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

¹⁶ SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. - São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2ª edição ampliada. 76 p.; 21 cm. - (*Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: série conservação e áreas protegidas*), p. 18.

¹⁷SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5ª. Ed. Aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.

¹⁸Idem, p. 21 e 22.

Proteção Integral	Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
Uso Sustentável	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
Uso Sustentável	Floresta Nacional (FLONA)	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
Uso Sustentável	Reserva Extrativista (RESEX)	Proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
Uso Sustentável	Reserva de Fauna (REFAU)	Estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.
Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

FONTE: SNUC Sistema Nacional de Unidades de conservação.¹⁹

As Unidades de Conservação de Proteção Integral, apesar das peculiaridades de cada categoria, encontram-se mais restritas à interferência humana, na tentativa de resguardar o ecossistema, assim, “*não se admite consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais*”²⁰.

As Estações Biológicas e as Reservas Biológicas não permitem a visitação, com ressalvas para as de fins educacionais, isso de acordo com o Manejo de cada UC ou o regulamento específico. Ainda para que haja o desenvolvimento de pesquisas científicas nestas áreas, é

¹⁹ Ibidem, p. 21-31.

²⁰ GARBELINI, S. M. *Manual Prático de unidades de conservação*/ Sandra Mara Garbelini (coordenadora). – Goiânia: Ministério Público do Estado de Goiás, ESMP, 2011, p.29.

necessária a prévia autorização do órgão gestor²¹. Outro fator comum as duas UC's, refere-se ao domínio público destas áreas, de acordo com a Lei 9.985/2000,

- Artigo 9º
§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei;
- Artigo 10º
§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei²².

Nas unidades que se caracterizam como Parque Nacional, Monumento Natural ou Refúgio da Vida Silvestre, a visitação é permitida, contudo são submetidas às normas e restrições do Plano de Manejo de cada UC²³. A semelhança das duas primeiras UC's, o Parque Nacional é mantido sob o domínio público, “sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites” deverão ser “desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei²⁴”.

Por sua vez, o Monumento Natural e o Refúgio da Vida Silvestre, podem ser constituídos em áreas particulares, entretanto, em casos de “incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração [...] a área deve ser desapropriada²⁵”.

A Unidade de Conservação de Uso Sustentável, por sua vez, tem como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”²⁶. Dividindo-se em sete categorias com características próprias. Essas unidades compartilham, de forma mais flexível, a possibilidade de visitação, sendo que, em algumas UC's as normas são mais restritas. Outro aspecto significativo é quanto à ocupação humana em áreas reservadas para as UC's de Uso Sustentável, que alguns casos definem que é necessária pouca, ou quase nenhuma, ocupação humana, sendo estas, formadas por comunidades tradicionais ou extrativistas.

²¹ Ibidem, p.30-31.

²² SISTEMA Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC: 3. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2003.52p.

²³ GARNELINI, S. *Manual Prático de unidades de conservação/* Sandra Mara Garbelini (coordenadora). – Goiânia: Ministério Público do Estado de Goiás, ESMP, 2011, p. 37.

²⁴ SISTEMA Nacional de Unidade de Conservação da Natureza - SNUC. Art.11, Parágrafo 1º. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC: 3. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2003, p.52.

²⁵ SISTEMA Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. Art.12, Parágrafo 2º. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC: 3. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2003, p.52.

²⁶ Idem, 2003, p. 52.

A Área de Proteção Ambiental e a Área de Relevante Interesse Ecológico podem ser compostas por áreas públicas e privadas, podendo ainda conter normas específicas e bem mais restritas quanto à sua utilização²⁷. No caso da Floresta Nacional e da Reserva de Fauna, entretanto, não é permitido áreas particulares, as quais são desapropriadas para a criação dessas UC's. Deste modo, os conflitos promovidos pela divergência de interesses, inclusive, de caráter excludente, entre sujeitos que buscam o direito de usufruto da terra são cada vez mais comuns.

Deste modo, de acordo com o Plano de Manejo do PARNAM dos Abrolhos, os objetivos nacionais para as unidades de conservação consistem em:

1. Proteger amostras de toda diversidade de ecossistemas do País, assegurando o processo evolutivo;
2. Proteger espécies raras, em perigo ou ameaçadas de extinção, biótopos, comunidades bióticas únicas, formações geológicas e geomorfológicas de relevante valor e paisagens de rara beleza cênica, objetivando garantir a auto-regulação do meio ambiente, como também um meio diversificado;
3. Preservar o patrimônio genético, objetivando a redução das taxas de extinção de espécies a níveis naturais;
4. Proteger a produção hídrica, minimizando a erosão e a sedimentação, especialmente quando afeta atividades que dependam da utilização da água ou do solo;
5. Proteger os recursos da flora e da fauna, quer seja pela sua importância genética ou pelo seu valor econômico, para obtenção de proteínas ou para atividades de lazer;
6. **Conservar paisagens de relevantes belezas cênicas naturais ou alteradas, mantidas a um nível sustentável, visando a recreação e o turismo;** (Grifo nosso)
7. **Conservar valores culturais, históricos e arqueológicos - patrimônio cultural da nação - para a investigação e a visitação;** (Grifo nosso).
8. Preservar grandes áreas, provisoriamente, até que estudos futuros indiquem sua melhor utilização, seja como uma unidade de conservação ou para a agricultura ou pecuária ou qualquer outro fim. É um objetivo exclusivo indicando a Reserva de Recursos (Reservas Florestais);
9. Levar o desenvolvimento através da conservação a regiões até então pouco desenvolvidas;
10. Proporcionar condições de monitoramento ambiental;
11. Proporcionar meios para educação, investigação, estudos e divulgação sobre os recursos naturais e
12. Fomentar o uso racional dos recursos naturais, através de áreas de uso múltiplo²⁸.

Já nas Reservas Extrativistas e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, apesar de serem áreas de domínio público, são concedidas as comunidades tradicionais ou extrativistas,

²⁷ GARBELINI, S. M. *Manual Prático de unidades de conservação*/ Sandra Mara Garbelini (coordenadora). – Goiânia: Ministério Público do Estado de Goiás, ESMP, 2011.

²⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S.A.1991, p. 8,9.

que devem ser regulamentadas mediante contrato²⁹. A Reserva Particular do Patrimônio Natural, por sua vez, difere dos demais por ser uma área de domínio privado, “*gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis*”³⁰.

É preciso reportar, entretanto, que para uma gestão eficiente na UC é necessária à existência do Plano de Manejo, um instrumento técnico que define o “*zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais*”³¹. Contudo, parte das UC’s no Brasil apresentam problemas de caráter institucional e apesar dos instrumentos técnicos para o manejo e zoneamento, segundo o geógrafo Davis Sansolo, “*ainda existem muitas unidades de conservação sem qualquer tipo de plano de gestão ou manejo*”³², devido à falta de recursos financeiros, o que compromete sua consolidação.

1.2. Os Parques Nacionais

Os Parques Nacionais, entendidos, ainda, como áreas de preservação da natureza também podem ser compreendidos como paisagens culturais, forjadas pelo olhar humano, como afirma a artista plástica e professora da Universidade Federal de Brasília Karina Dias, “[...] *a paisagem se revela em meio às situações rotineiras e banais, em um movimento acelerado de pontos de vista distintos; ela é passagem, um deslocamento do olhar*”³³. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN,

O conceito de paisagem é um sintético. Resulta de um somatório de diferentes elementos, das formas como se inter-relacionam, de formações complexas, de inúmeras formas de percepção isoladas ou integradas, de visões analíticas que resultam em uma configuração maior, que é a paisagem. [...] na paisagem cultural, o constante processo de envolvimento do meio físico e biológico com o homem tornam o conceito ainda mais complexo de uma paisagem em estágio primitivo, selvagem. [...] Questões humanas peculiares determinam ou condicionam a paisagem, constituindo uma unidade singular e infinitamente

²⁹ GARBELINI, S. M. *Manual Prático de unidades de conservação*/ Sandra Mara Garbelini (coordenadora). – Goiânia: Ministério Público do Estado de Goiás, ESMP, 2011.

³⁰ BRASIL. Art. 1º. *Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Diário Oficial da União. Seção 1. 06/04/2006. p. 1.

³¹ INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. *Plano de Manejo dos Parques Nacionais*. Disponível em: <www.icmbio.gov.br> Acesso em 16 de abril de 2015.

³² SANZOLO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 59.

³³ DIAS, Karina. *Entre visão e invisão: paisagem [por uma experiência da paisagem no cotidiano]*. 1ª ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Artes / VIS. Universidade de Brasília – UNB. 2010, p.113.

mais rica, sendo tão dignas de registro e proteção quanto a flora, a fauna, o patrimônio edificado³⁴

A paisagem aqui apresentada, transcende as formas naturais emolduradas pela natureza, compele para, além disso, o próprio querer humano, capaz de determinar e imprimir as expressões contidas na relação entre o homem e o meio. Para Karina Dias, a existência de uma paisagem está associada a “*consciência-paisagística [...] fruto da aliança entre um sentimento e um espaço, imersa em um processo afetivo exclusivamente humano, destacaria do espaço focado e de seus elementos concretos sua abstração como paisagem*”³⁵.

Os Parques Nacionais (PN) foram criados tendo como intuito a preservação da biodiversidade, um dos grandes desafios do mundo moderno. O primeiro parque a ser criado foi o Yellowstone National Park, nos Estados Unidos, no ano de 1872, tendo como objetivo a preservação de uma vasta área de beleza cênica. A criação do Yellowstone foi um marco para o movimento de parques nacionais, ganhando notoriedade entre os preservacionistas e tornando-se modelo para os outros países. Contudo, no Brasil a ideia só tomou forma em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, nos municípios de Itatiaia e Resende no Estado do Rio de Janeiro³⁶.

Dada à multiplicidade de interesses na criação de UC's no Brasil, de acordo com as especificidades de cada categoria, além, do cunho ambientalista, muitos municípios são incentivados através do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Ecológico, que segundo a Lei 059/91 são assegurados “*que do volume total de recursos seja repassado, 50% aos municípios que possuam unidades de conservação e os outros 50% aos que possuam mananciais de abastecimento que abasteçam outros municípios*”³⁷. Parte dos estados brasileiros faz uso do repasse do ICMS Ecológico, outras unidades federativas, no entanto, como a Bahia, que apesar de terem um número significativo de UC's, ainda não possuem uma legislação sobre o programa de incentivo, o que pode ser resultado de questões políticas.

³⁴ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *O Patrimônio Natural no Brasil*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, p.04. Disponível em:<www.portal.iphan.gov.br> Acesso em 13 de jun. de 2014.

³⁵ DIAS, Karina. *Entre visão e invisão: paisagem [por uma experiência da paisagem no cotidiano]*. 1ª ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Artes / VIS. Universidade de Brasília – UNB. 2010, p.126.

³⁶ IBDF/FBCN. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia*. Brasília: IBDF-FBCN, 1982.

³⁷ DIAS, Ricardina; GARCÍAS, Carlos Mello & AISSE, Miguel Mansur. Agenda 21, unidade de conservação e incentivos intergovernamentais: a dinâmica ambiental e fiscal do ICMS ecológico na mesorregião centro ocidental paranaense - Gestão Social e Terceiro Setor. *Seminário Internacional “Experiências de Adendas 21” os desafios do nosso tempo, 2009*. [Pdf] Ponta Grossa, PR. UEPG, 2009, p.03.

É preciso, frisar que a regulamentação da implantação de áreas protegidas estava resguardada pelo Código Florestal, Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, a qual instituiu,

Art. 5º O Poder Público criará:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos; [...] Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais³⁸.

Contudo, somente 42 anos após a criação do Parque do Itatiaia foi aprovado o Regulamento Geral dos Parques Nacionais Brasileiros, através do Decreto nº84.017 de 21 de setembro de 1979, o qual define os parques como extensas áreas que possuam características excepcionais da natureza³⁹.

Desde o surgimento do primeiro PN, o Parque Nacional do Itatiaia em 1937, foram criados 71 parques até o ano de 2014, sendo que 31% deles nos anos 2000. Chama atenção, portanto, o significativo crescimento da criação de parques após o processo de redemocratização política no Brasil e a intensificação de movimentos sociais nesse aspecto, como apresentam o Quadro 02 e Gráfico 01.

QUADRO 02: Parques Nacionais Brasileiros criados entre 1937 e 2015

Nome/Localização	Ano de Criação	Nome/Localização	Ano de Criação
1. Itatiaia (RJ e MG)	1937	38. Serra da Mocidade (RR)	1998
2. Iguaçu (PR)	1939	39. Viruá (RR)	1998
3. Serra dos Órgãos (RJ)	1939	40. Serra das Confusões (PI)	1998
4. Ubajara (CE)	1959	41. Pau Brasil (BA)	1999
5. Aparados da Serra (RS)	1959	42. Descobrimento (BA)	1999
6. Araguaia (TO)	1959	43. Cavernas do Peruaçu (MG)	1999
7. Emas (GO)	1961	44. Serra da Bodoquena (MS)	2000
8. Chapada dos Veadeiros (GO)	1961	45. Serra da Cutia (RR)	2001
9. Caparaó (MG e ES)	1961	46. Saint-Hillaire / Lange (PR)	2001
10. Sete Cidades (PI)	1961	47. Catimbau (PE)	2002
11. São Joaquim (SC)	1961	48. Jericoacoara (CE)	2002
12. Tijuca (RJ)*	1961	49. Montanhas do Tumucumaque (AP)	2002

³⁸ BRASIL. 1965. *Lei Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 que institui o Novo Código Florestal*. P. 02.

³⁹ PÁDUA, Maria Tereza Jorge. *Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil*. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Brasília, 1983, p.11.

13. Brasília (DF)**	1961	50. Nascentes do Rio Parnaíba (PI)	2002
14. Monte Pascoal (BA)	1961	51. Pontões Capixabas (ES)	2002
15. Serra da Bocaina (RJ e SP)	1971	52. Sempre-Vivas (MG)	2002
16. Serra da Canastra (MG)	1972	53. Serra do Itajaí (SC)	2004
17. Amazônia (AM e PA)	1974	54. Chapada das Mesas (MA)	2005
18. Serra da Capivara (PI)	1979	55. Serra da Itabaiana (SE)	2005
19. Pico da Neblina (AM)	1979	56. Serra do Pardo (PA)	2005
20. Pacaás Novos (RO)	1979	57. Araucárias (SC)	2005
21. Cabo Orange (AP)	1980	58. Jamanxim (PA)	2006
22. Jaú (AM)	1980		
23. Lençóis Maranhenses (MA)	1981	59. Juruena (AM e MT)	2006
24. Pantanal Matogrossense (MT)	1981	60. Rio Novo (PA)	2006
25. Abrolhos (BA)	1983	61. Campos Amazônicos (AM e RO)	2006
26. Serra do Cipó (MG)	1984	62. Campos Gerais (PR)	2006
27. Chapada Diamantina (BA)	1985	63. Nascentes do Lago Jari (AM)	2008
28. Lagoa do Peixe (RS)	1986	64. Matinguari (AM)	2008
29. Fernando de Noronha (PE)	1988	65. Anavilhanas (AM)	2008
30. Chapada dos Guimarães (MT)	1989	66. Serra das Lontras (BA)	2010
31. Grande Sertão, Veredas (MG e BA)	1989	67. Alto Cariri (BA)	2010
32. Superagui (PR)	1989	68. Boa Nova (BA)	2010
33. Serra do Divisor (AC)	1989	69. Furna Feia (RN)	2012
34. Monte Roraima (RR)	1989	70. Ilha dos Currais (PR)	2013
35. Serra Geral (RS)	1992	71. Guaricana	2014
36. Ilha Grande (PR e MS)	1997		
37. Restinga de Jurubatiba (RJ)	1998		

FONTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Como é possível observar, com o objetivo de preservar a biodiversidade de áreas consideradas, segundo o Plano de Manejo do PARNAM dos Abrolhos, de valor excepcional *“conciliando a proteção da Flora e fauna e das belezas naturais, com a utilização para fins educacionais, recreativos ou científicos, sendo nelas proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais”*⁴⁰, nos últimos 30 anos foram criados Parques Nacionais por todo o

⁴⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Unidades de Conservação do Brasil*/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Brasília: o instituto, 1989, p.04.

território brasileiro, além, de diversas outras UC's. Uma das razões é o crescente movimento contra a crise ambiental, que segundo advogado e presidente da Associação Ambientalista (PANGEA) Augusto Carneiro, “quando esta começou a se tornar explícita e generalizada, apareceram os idealistas que compreenderam que a luta seria global e que teriam que entrar em ação”⁴¹. O que levou a uma mobilização que acarretou a uma série de discussões⁴² que ganharam proporção e levou à tomada de novas políticas públicas concernentes a preservação do meio ambiente.

Para Sansolo, é preciso considerar que a criação dos Parques Nacionais tem proporcionado significativo papel geopolítico, “impedindo o avanço de empreendimentos agrários, industriais ou turísticos sobre ecossistemas e sobre áreas de comunidades tradicionais”⁴³. Mas, a exclusão é um instrumento comum no trato com essas comunidades, além, da exploração turística de forma desordenada em muitos PN's, consequência das políticas públicas no Brasil.

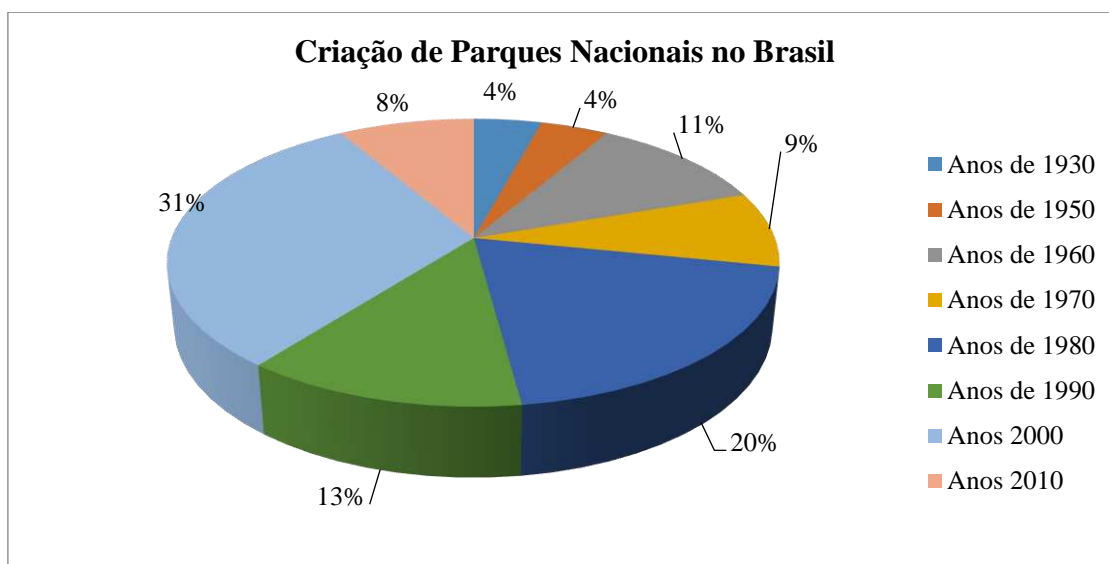


GRÁFICO 01: Relação da porcentagem da criação de Parques Nacionais de 1930 a 2015.
FONTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Não deixa de ser curioso que o período de maior criação de Parques Nacionais, também é marcado por significativa devastação ambiental. De acordo com dados da Organização Não-

⁴¹ CARNEIRO, Augusto Cunha. *A história do ambientalismo*/Augusto Cunha Carneiro. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003, p. 19.

⁴² À exemplo dessas discussões, a Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1992 no Rio de Janeiro, concentrou representantes de 170 países e teve como pauta “o futuro do planeta, a sobrevivência da natureza, a poluição causada pelo progresso tecnológico mal orientado e também pela pobreza dos países que, como o Brasil vivem à margem do primeiro mundo”. PEREIRA, S. M. Amigos para sempre. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 02, 08 de ago. 1992.

⁴³ SANSOLO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 58.

Governmental – ONG Greenpeace no Brasil, a partir da década de 1970 até o ano de 2015, foram desmatados cerca de 18% da Amazônia brasileira, “*uma área equivalente aos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo*”⁴⁴, isso, devido ao crescimento de atividades ligadas a agropecuária e o agronegócio, além, da exploração predatória e ilegal da madeira e construção de grandes hidrelétricas nessa região. E o que é ainda mais preocupante é que de acordo com pesquisa feita pelo Instituto de pesquisa Imazon, ONG que monitora a devastação na Amazônia há mais de 20 anos, em menos de um ano (agosto 2014 a fevereiro 2015) foram derrubados 1,700 km quadrados de floresta nativa, o que caracteriza um aumento de 200% de desmatamento em relação aos anos anteriores⁴⁵.

Na Bahia, considerando o estudo em questão, nas poucas faixas de Mata Atlântica, ilhadas por imensas plantações de eucalipto ou pastagens, ainda é possível encontrar nos trechos de floresta uma diversidade de espécies da fauna nativa⁴⁶. O sul do Estado concentra o maior remanescente de Mata Atlântica de toda a região Nordeste do país⁴⁷. No litoral, o território de Mata Atlântica de manguezais é de 231.051 ha⁴⁸, e pequenas áreas de Mata de Restinga, essenciais para a manutenção de milhares de espécies marinhas e costeiras. Entretanto, esse é um dos Estados que mais desmata em todo o país. No período de 2012-2013 ficou na terceira colocação no ranking nacional (4.777 ha) de desflorestamentos⁴⁹ e apresentou um crescimento de 6% em relação ao período anterior (2011-2012)⁵⁰.

Assim, para garantir a continuidade da biodiversidade desses ecossistemas, foram criadas reservas, como as Reserva Extrativista do Cassurubá (a esse respeito ver Capítulo 2) e Reserva Extrativista de Corumbau, que buscam, além da salvaguarda ambiental, a manutenção de recursos para a sustentabilidade das comunidades tradicionais que as ocupam.

⁴⁴ GREENPEACE. *Amazônia, Patrimônio brasileiro, futuro da humanidade*. Disponível em: <www.greenpeace.org/brasil> Acesso em 28 de setembro de 2015.

⁴⁵ PORTAL de Notícia da Globo. *Desmatamento na Amazônia cresce 215% em um ano, segundo o Imazon*. Disponível em: <www.g1.globo.com> Acesso em 28 de setembro de 2015.

⁴⁶ ARAUJO, Marcelo; ALGER, Keith; ROCHA, Rui; MESQUITA, Carlos A. B. a Mata Atlântica do Sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas. Caderno N°08 Série: *Estados e Regiões da RBMA*. Instituto Florestal do Estado de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 09.

⁴⁷ ASSOCIAÇÃO de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – Apremave. *Os Estados da Mata Atlântica*. Disponível em: <www.apremavi.org.br> Acesso em 28 de outubro de 2015.

⁴⁸ INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Novos dados do Atlas da Mata Atlântica apontam queda de 24% no desmatamento*. Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <www.inpe.com.br> Acesso em 27 de outubro de 2015.

⁴⁹ Esse estudo não inclui manguezais e matas de restingas.

⁵⁰ SOS Mata Atlântica. *Divulgados novos dados sobre o desmatamento da Mata Atlântica*. SOS Mata Atlântica. Disponível em: <www.sosma.org.br> Acesso em 05 de jun. de 2016.

1.2.1. Zoneamento dos Parques Nacionais

Os Parques Nacionais brasileiros foram regulamentados, através do Decreto Nº 84.017 de 21 de setembro 1979⁵¹, o qual estabeleceu normas para a sua definição e caracterização. Instituiu ainda, o zoneamento do parque, assim como nas demais UC's, dividindo em 7 zonas:

- **Zona Intangível** é caracterizada pela permanência do estado primitivo da natureza, proibindo qualquer alteração humana. Essas áreas são reservadas para o repovoamento das diversas espécies. Seu objetivo é proteger de forma integral os ecossistemas, permitindo apenas, o desenvolvimento de pesquisas científicas de baixo impacto. Representa o grau mais alto de preservação dentro de uma UC⁵².
- **Zona Primitiva** é definida como uma área de alto valor científico, por conter ricos exemplares na sua fauna e flora e que recebeu mínima intervenção humana. Entretanto, são permitidas, além de pesquisas científicas, atividades educacionais e recreativas primitivas⁵³.
- **Zona de Uso Extensivo** é constituída por áreas naturais podendo apresentar pequenas intervenções humanas. Ela é caracterizada como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e Zona Intensiva. Ela oferece acesso ao público com finalidade educativa e recreativa⁵⁴.
- **Zona de Uso Intensivo** apesar de ser estabelecida por áreas naturais com alteração humana permite atividades abertas ao público, além de conter infraestrutura para receber visitantes e permitir atividades recreativas, esportivas, educacionais, desde que se mantenham em harmonia com a natureza⁵⁵.
- **Zona Histórico-Cultural** define por áreas aonde são localizadas manifestações históricas, culturais ou arqueológicas, destinadas a preservação e estudo, com acesso ao público⁵⁶.

⁵¹ Apesar da regulamentação dos Parques Nacionais ocorrerem em 1979, muitos PN padeciam por falta de investimentos e muitos permaneceram, durante algum tempo, fechados a visitação. De acordo com Pedro Mendonça da revista Turismo “De acordo com os próprios dados do IBAMA, que alega dificuldades de ordem financeira para cuidar adequadamente das unidades, 22 dos 52 parques nacionais brasileiro, ou seja, 42,3% do total, não estão oficialmente abertos à visitação pública e isto vai descumprir a lei federal do Snuc”. (MENDONÇA, Pedro). Os problemas dos Parques Nacionais no Brasil. Disponível em: <www.revistaturismo.com.br> Acesso em 11 de setembro de 2015

⁵² BRASIL. *Decreto Nº 84.017 de 21 de setembro de 1979*. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

- **Zona de Recuperação** é caracterizada por áreas com ecossistemas alterados pela ação humana e que receberam espécies exóticas, destinados à recuperação, na tentativa de retomar sua forma original. Não permitindo assim visitas ou atividades que possam causar, mesmo de forma mínima, impactos nesse ecossistema⁵⁷.
- **Zona de Uso Especial** são áreas destinadas às instalações administrativas e de outros serviços nos parques, para tanto, são escolhidos lugares aonde a infraestrutura não cause danos à natureza⁵⁸.

O zoneamento configura como importante ferramenta no manejo com a unidade a ser preservada, sua elaboração requer minucioso estudo da região subdividindo em áreas a partir de suas especificidades.

A tutela dos Parques Nacionais, assim como das outras UC's, esteve por muito tempo a cargo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal – IBDF, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, os quais foram integrados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 1989, ano de sua criação. Entretanto, em 2007 a gestão das UC foi transferida ao recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Assim, com a fragmentação das funções no SEMA e a implantação do ICMBio, as responsabilidades foram diluídas, desta forma, algumas competências antes dadas ao IBAMA, foram transferidas ao ICMBio, o que simbolizou um foco maior nas UC's e visibilidade diante da opinião pública⁵⁹ já que a atenção às áreas conservadas seria exclusividade dessa autarquia.

Considerando o cenário global foi durante a Conferência de Seattle⁶⁰, EUA, em 1962, que surgiu a proposta para a criação de parques marinhos. No documento redigido durante a conferência, o qual convidava, segundo o jornalista V. Wellisch do jornal O Globo, “*os países que possuem fronteiras marinhas a criar parques para defender*⁶¹ áreas subaquáticas (First

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ BRAGANÇA, D. “O passivo fundiário é só a ponta do iceberg” afirma Vizentin. *O Eco*, 03 de set. 2013. Disponível em: <www.oeco.org.br> Acesso em 27 de outubro de 2015.

⁶⁰ “Surgiu em 1950 a ideia de criar reservas marinhas, formadas por áreas submarinas delimitadas nos moldes de parques e reservas terrestres, com o objetivo de preservar as espécies e realizar pesquisas científicas. Logo depois houve as primeiras experiências, nas ilhas de Coral das Caraíbas e da Austrália. Em 1962 1º Conferência Mundial de Parques Nacionais, em Seattle, aprovou uma recomendação a todos as nações no sentido de que incentivassem a formação de tais reservas”. Conservacionista: 200 milhas são fator de desenvolvimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 08 de mar. 1971.

⁶¹ Percebe-se que o conselho proferido na Conferência de Seattle, EUA, em 1962, conota a necessidade de posicionamento e ocupação de suas fronteiras, levando em conta o contexto de Guerra Fria a qual o mundo estava inserido e os Estados Unidos da América protagonizavam no bloco capitalista.

World⁶² Conference on National Parks, 1962) ”⁶³, foi apresentado significativo interesse nessas extensões, o que pode ser resultado da preocupação em ocupar áreas estratégicas para proteção territorial, durante a Guerra Fria.

Assim, com a Conferência de Seattle alguns países aderiram à proposta de criação de parques marinhos, como o Japão que em 1963 cria o Comitê dos Parques Marinhos. Seguidos do Tsitsikamma National Park na África, o Fathom Five National Marine Park no Canadá, e o USS Monitor, santuário marinho nacional onde naufragara um navio da Guerra Civil, nos Estados Unidos⁶⁴. Na América do Sul, o primeiro parque marinho foi criado no Brasil, no ano de 1983, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos a 70 quilômetros da costa Brasileira.

1.3. Implantação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

As antigas cartas náuticas que se tem registro traziam uma advertência para as embarcações que transitavam pelo Atlântico Sul rumo à costa brasileira, “Abra os olhos! ”. Essa advertência, desde o século XVI, tentava alertar os desavisados, dos perigos advindos dos recifes de corais, que apesar da beleza cênica, foram responsáveis por diversos naufrágios na região. A partir de então, o Arquipélago, nessa região, passou ser chamado de Arquipélago de Abrolhos.

Localizado no litoral sul da Bahia, o PARNAM dos Abrolhos abrange uma área de aproximadamente 266 milhas náuticas, composto por duas áreas descontínuas, o Parcel dos Abrolhos e Arquipélago dos Abrolhos, que ocupam a maior parte do Parque, com 233,60 milhas náuticas. A outra extensão do Parque encontra-se no recife dos Timbebas, com 32,35 milhas náuticas⁶⁵.

⁶² A exemplo dessas discussões, a Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU em 1992 no Rio de Janeiro, concentrou representantes de 170 países e teve como pauta “o futuro do planeta, a sobrevivência da natureza, a poluição causada pelo progresso tecnológico mal orientado e também pela pobreza dos países que como o Brasil vivem à margem do primeiro mundo”. PEREIRA, S. M. Amigos para sempre. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 02, 08 de ago. 1992,

⁶³ WELLISCH, V. Um parque submarino no Arquipélago dos Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 16 de nov. 1968.

⁶⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S. A. 1991, p. 10 -11.

⁶⁵ Idem, p. 10.



FIGURA 01: Imagem aérea do Arquipélago de Abrolhos. FONTE: ICMBio. O Arquipélago de Abrolhos é composto por cinco ilhas: (da esquerda para a direita) Guarita, Santa Bárbara, Redonda, Siriba, Sueste. O arquipélago é rodeado por recifes de corais que afloram a superfície da água, o Parcel dos Abrolhos.

Abrolhos foi o primeiro Parque Marinho do Brasil, criado no ano de 1983 através do Decreto n° 88.218. A sede do Parque encontra-se na cidade de Caravelas, no extremo sul da Bahia, ponto do continente mais próximo ao Arquipélago de Abrolhos.

A proposta de implantação do Parque se deu pelos pesquisadores da Universidade de São Paulo Aylthon Brandão Joly, Eurico Cabral de Oliveira Filho⁶⁶ e Walter Narchi, especialistas em biologia marinha, que apresentaram uma comunicação no Simpósio sobre Conservação e Restauração do Ambiente Natural do Homem, que aconteceu no Rio de Janeiro, no ano de 1968⁶⁷. A comunicação recebeu o título de “*Projeto de criação de um Parque Nacional Marinho na região de Abrolhos, Bahia*”, e foi incluído nos anais de 1969 da Academia Brasileira de Ciências⁶⁸. Em 1972, o jornal O Globo noticiava:

⁶⁶ “O professor da Universidade São Paulo, Eurico Oliveira Filho, disse ontem que o Brasil se ressentia por falta de estudos sobre a flora e a fauna marinha devido principalmente à inexistência de reservas no país. [...]. Segundo ele, já se pensou em criar reservas no arquipélago de Abrolhos, no sul da Bahia. [...] o projeto de criação da reserva de Abrolhos começou em 1968, mas foi logo vetado após intervenção da Marinha ao constatar que se estava retirando coral com dinamite”. Reservas Marinhas. *A Folha de São Paulo*, p. 04, 31 de jan. 1975.

⁶⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA. –Brasília; Aracruz Celulose S. A. 1991, p. 10.

⁶⁸ FERRI, Mário G. Aylthon Brandão Joly: sua vida e sua obra. *Portal de Revistas da USP*. Disponível em <www.revistas.usp.br> Acesso em 28 de abr. de 2015.

Os cientistas que defendem a criação de um Parque Nacional Marinho em Abrolhos argumentam que ele contribuirá não só para preservar a reserva a reserva natural – ameaçada pelos dinamitadores dos arrecifes e pela pesca de peixes reprodutores – mas também para permitir o desenvolvimento das atividades turísticas entre as belas praias do litoral e o que o projeto classifica de “paraíso tropical submarino”⁶⁹.

Nessa perspectiva, a criação de um parque nessa área se dava pelo fato de Abrolhos possuir uma vasta biodiversidade marinha, “*único local do país onde se pode encontrar praticamente todas as espécies de corais*⁷⁰ *do Atlântico Sul em um único mergulho*”⁷¹. No ano de 1990 o jornal Folha de São Paulo noticiava:

Do frágil coral-de-leque, que lembra um pedaço de renda, ao resistente coral-cérebro, capaz de romper o casco de um barco, os Abrolhos reúnem todas as espécies coralígenas formadoras de recife conhecidas da costa brasileira. Ali, eles assumem as mais variadas formas – cactus, fita, dedo, pena, galhada de cervo -, com destaque para os imensos cogumelos que formam os “chapeirões”, únicos no planeta⁷².

Essa região, também, recebe diversas espécies migratórias todos os anos, como é o caso da baleia Jubarte, que entre os meses de junho a setembro, chegam para o acasalamento e podem ser avistadas. Além disso, outro fator que contribuiu para a proposta de proteção dessa área foi à apreensão com a possível devastação causada por ações predatórias do homem. Em 1971, o jornal O Globo publicou:

Ela está ameaçada por pescadores clandestinos, que criminalmente destroem as formações coralinas à dinamite e causam um sério morticínio a fauna submarina. Por isso a constituição do Parque Nacional de Abrolhos é uma necessidade⁷³.

Após a proposta inicial de criação de um parque na região dos Abrolhos, pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, começaram a publicar pesquisas, levando à “*público*

⁶⁹ PARQUE Nacional Marinho pode surgir nos Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 09 de jul. 1972.

⁷⁰ “Serviços: Os recifes de corais prestam numerosos serviços à Humanidade. Eles são importantes para a indústria do turismo. Também são o lugar de reprodução e alimentação de muitos peixes, moluscos e crustáceos de valor comercial ou espécies em extinção, caso de algumas baleias. Estima-se em US\$ 30 bilhões o valor dos serviços prestados pelos recifes de corais a cada ano.

Proteção: Os recifes coralinos protegem muitas regiões costeiras do impacto de tempestades, como furacões, e até tsunamis. Na Grand Tsunami do Índico, em 26 de dezembro de 2004, localidades protegidas por recifes de corais em Sri Lanka, Indonésia e Tailândia sofreram um impacto bem menor das ondas gigantes em relação àquelas expostas à fúria do oceano”. Porque os recifes são importantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.31, 11 de jul. 2008.

⁷¹ INSTITUTO HUMANISTAS UNISIANOS. Rodrigo Leão de Moura, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisianos. Disponível em <www.ihu.unisianos.br>. Acesse em 19 de abril de 2015.

⁷² VISITAR a região requer espírito de aventura. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. G-14, 26 de jul. 1990.

⁷³ CONSERVACIONISTA: 200 milhas são fator de desenvolvimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 08 de mar. 1971.

informações sobre o arquipélago de Abrolhos”⁷⁴, o que contribuiu para o conhecimento acerca da área. Segundo o jornal Folha de São Paulo de 1962, exames preliminares da região “*embora sem profundidade*” permitiram aos estudiosos da época “*considerá-la como verdadeiro jardim zoológico submarino*”⁷⁵.

Em 1982, foi encaminhado ao presidente Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, Mauro Silva Reis⁷⁶ o ofício 640/82-DN-IBDF, que consistia na implantação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. O ofício seguiu juntamente com a Exposição de Motivos e a minuta de Decreto, esclarecendo os objetivos para a criação do Parque⁷⁷.

De acordo com o Plano de Manejo do PARNAM dos Abrolhos, a resposta ao ofício foi imediata, segundo consta no Plano de Manejo do PARNAM dos Abrolhos, no dia seguinte, 27 de julho 1982, o presidente do IBDF, encaminhou ao “*Exmo. Sr. Ministro da Marinha, Almirante Maximiano Eduardo Silva Fonseca, proposta de cessão da área dos Abrolhos ao IBDF, com a finalidade de criar aí o primeiro parque nacional do Brasil*”⁷⁸. Na sugestão feita pelo IBDF, a Marinha permaneceria com policiamento naval na região, mesmo com a criação do parque. A proposta foi aceita pela Marinha, a qual encaminhou,

Ofício nº1989, de 17 de agosto de 1982, do Gabinete do Ministro da Marinha, o chefe de Gabinete expressou o ponto de vista da Marinha, concordando, em princípio, com a criação de um parque nacional em Abrolhos, mas objetivando que as instalações da Marinha ali localizadas, e que se destinam ao controle e segurança da navegação, deveriam ser resguardadas.⁷⁹

A objeção da Marinha quanto suas instalações permanecerem no Arquipélago, devido à necessidade de policiamento naval na região e os serviços prestados na sinalização do farol, concernentes aos perigos causados pelos recifes de corais, foram resguardados, permanecendo assim, sob a jurisdição da Marinha a ilha de Santa Bárbara.

⁷⁴INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA. –Brasília; Aracruz Celulose S.A., 1991, p. 11.

⁷⁵ JARDIM Zoológico submarino. Folha de São Paulo, São Paulo, p.08, 03 de set. 1962.

⁷⁶ “O Presidente do IBDF que o presidente Figueiredo tem dado todo o apoio à proteção da natureza. Segundo ele, no início do governo Figueiredo havia apenas 2,4 milhões de hectares de área preservada, número que hoje se eleva a 11,3 milhões e que até o final do atual governo subirá para 18 milhões de hectares. Anunciou que até fevereiro próximo será inaugurado o Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas, e ainda no primeiro semestre do ano que vem o Parque Nacional Marinhos dos Abrolhos, no sul da Bahia, área de desova de várias espécies de peixes de importância científica”. Presidente do IBDF defende estrada em Parque Nacional. O Globo, Rio de Janeiro, p.08, 23 de dez. 1982

⁷⁷INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991, p. 11.

⁷⁸Idem, p. 11.

⁷⁹ Idem, p. 11.

Assim, em 06 de abril de 1983 o presidente da República, João Figueiredo sancionou o decreto de criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Entretanto, ainda era necessária a efetivação da proposta e a elaboração do Plano de Manejo, o que ocorreu em 1991, devido à falta de verbas para estudos de levantamento de dados técnicos da região. A carência de recurso também inviabilizava a fiscalização e manutenção do parque. Portanto, segundo matéria do jornal O Globo de 1987, apesar de vetado o parque “*só existia mesmo no papel*”⁸⁰.

De acordo com o Decreto de criação do Parque de Abrolhos, o DECRETO Nº 88.218, de 06 de abril de 1983, um dos objetivos de sua implantação é “*a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos*”⁸¹. Com esse propósito, as principais atividades desenvolvidas são a visitação, apesar do desembarque de turista só ocorrer em uma das ilhas, a Siriba, e a pesquisa científica destinada tanto a flora e fauna marinha quanto as outras espécies que se abrigam nas ilhas, como as aves. Além disso, outras atividades de cunho educacional são desenvolvidas no Centro de Visitantes junto às comunidades de Caravelas e região.

Com a criação do Parque as atividades pesqueiras foram restringidas dentro de seus limites, o que em suma, traz benefícios aos pescadores, devido à ocorrência de *spillover*⁸² de biomassa, fenômeno que potencializa os resultados das atividades pesqueiras próximo às áreas de proteção, o que significa que a restrição de atividades pesqueiras, de qualquer espécie, nos limites do parque, é na verdade, benéfica, pois, atua como um espaço de reprodução de espécies que logo migram para áreas onde a pesca é permitida, como esclarece o ICMBio,

Vários estudos realizados em diferentes partes do mundo apontam que o estabelecimento de áreas marinhas protegidas que funcionam como áreas de exclusão à pesca contribui para a recuperação de estoques colapsados ou considerados ameaçados, servindo como berçário e fonte de exportação de indivíduos maduros, ovos e larvas para as áreas adjacentes e, conseqüentemente, gerando benefícios diretos à pesca⁸³.

⁸⁰ ABROLHOS é tema em novo livro de editora ecológica. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 04, 14 de jun. 1987.

⁸¹ BRASIL. *Decreto Nº 88.218, DE 06 DE ABRIL DE 1983. Cria o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em 05 de abr. de 20015.

⁸² *Spillover* – Um substantivo inglês, que pode ser traduzido como **derrame, excedente, transbordagem**. Disponível em: <pt.bab.la/dicionario/ingles-portugues> Acesso em 19 de agosto de 2015. Este termo é usado para definir o efeito causado na biodiversidade em áreas protegidas. Em síntese, as áreas próximas às protegidas são beneficiadas com as espécies que se reproduzem nos limites onde a pesca é restrita.

⁸³ INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em: <www.icmbio.gov.br> Acesso em 07 de junho de 2015.

Assim, a proteção de áreas marinhas contribui para o desenvolvimento da biodiversidade local, o que gera benefícios à pesca, que por sua vez, movimenta a economia dos municípios costeiros adjacentes às Unidades de Conservação. As extensões que correspondem os limites do Parque de Abrolhos, assim como outras UC's, são caracterizadas pelo zoneamento. No Quadro 03 essas funções são especificadas, permitindo assim, um panorama geral das áreas, os objetivos para cada uma delas e o que pode ser, ou não, desenvolvido dentro de seus limites.

QUADRO 03: Zoneamento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Zona	Descrição da Área	Objetivos Específicos	Atividades Humanas
Zona Intangível	Partes altas das ilhas Redonda e Siriba; Ilha Sueste até a isóbata de 10m; Ilha Guarita até a isóbata de 5m.	Proteger, integralmente, amostras de ecossistema recifal brasileiro e de ecossistemas ilhados; Proporcionar temas de pesquisa e monitoramento ambiental, com fins exclusivamente científicos; Garantir, integralmente a evolução natural do processo de colonização desses ecossistemas terrestres ilhados; Preservar populações da avifauna desses ecossistemas.	Limitam-se a fiscalização e a pesquisa com fins exclusivamente científicos.
Zona Primitiva	Partes baixas das ilhas Redonda e Siriba; Águas que circundam Timbebas, o Parcel dos Abrolhos, a zona intangível e o restante do Parque (excluindo as áreas designadas em outras zonas).	Proteger amostras representativas do ecossistema recifal brasileiro e de ecossistemas terrestres ilhados; Proporcionar temas de pesquisa científica, monitoramento, educação ambiental, interpretação ambiental, sem qualquer interferência no meio.	São aquelas de fiscalização, monitoramento ambiental, pesquisa científica e uso público, definidos nos respectivos subprogramas. Proibida a pesca de qualquer tipo; Proibido o porte de equipamentos de caça e pesca.

Zona de Uso Extensivo	Promontório arenosos da ilha Redonda.	Proteger amostra de ecossistema terrestre da ilha; Proporcionar temas de recreação e lazer, educação e interpretação ambientais, pesquisa científica e monitoramento ambiental.	Atividades de fiscalização, uso público, pesquisas e monitoramento ambiental, definidas nos respectivos subprogramas. Não é permitido pernoite.
Zona de Uso Intensivo	Águas que envolvem a Siriba, Redonda e Santa Bárbara.	Proteger amostra representativa do ecossistema recifal brasileiro; Proporcionar temas de recreação e lazer para os visitantes, em contato íntimo com um ambiente marinho protegido.	São permitidos a natação, o mergulho e os passeios de barco; Não é permitido pescar nessa zona; É permitida a pesquisa científica previamente autorizada; Os barcos ficarão fundeados nos locais indicados; Em caso de pernoite dos visitantes, estes deverão fazê-lo nas embarcações, nas quais chegaram ao Parque.
Zona Histórico-Cultural	Área de naufrágios.	Proteger testemunhos históricos ímpares, auxiliando assim, a construção e a manutenção da memória histórica do país; Promover atividades recreacionais, levando o visitante a entender a importância de um patrimônio histórico para um país; Permitir atividades de pesquisas acerca do impacto de um	O acesso de visitantes e pesquisadores será permitido; As atividades de uso público limitam-se de aquelas de mergulho, contemplação e fotografia.

		corpo sólido estranho ao meio e da sua colonização pelos organismos marinhos.	
Zona de Recuperação	Área provisória (trata-se de uma área destruída pelo graneleiro “Golden Unity” ⁸⁴ ao atravessar o parcel.	Manter livre de qualquer interferência a área destruída pelo graneleiro, de modo que possa se restabelecer naturalmente; Obter a recuperação dos recursos atingidos, de maneira natural, em um tempo o mais breve possível; Proporcionar temas de pesquisa e monitoramento ambiental.	A área é fechada à visitação pública; As atividades permitidas limitam-se à fiscalização, ao monitoramento e a pesquisas científicas.
Zona de Uso Especial	Ilha Santa Bárbara; Sede e Centro de Visitantes em Caravelas; PICs nos municípios do entorno.	Conter infraestruturas necessárias ao desempenho das atividades de administração, fiscalização, manutenção e informação (Sede e PICs); Possibilitar o desenvolvimento das atividades de divulgação e valorização do Parque e o acesso a informações sobre as demais unidades de conservação;	Os funcionários direta ou indiretamente ligados ao Parque, bem como seus dependentes, não poderão se utilizar dos recursos naturais deste

⁸⁴ “O derrame de óleo e toneladas de açúcar na água não foi o principal problema criado ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no litoral sul da Bahia, pelo graneleiro ‘Golden Unit’. Na realidade, segundo denúncia do Coordenador do projeto de implantação do parque, o oceanógrafo Júlio Gonchorosky, o navio de bandeira panamenha entrou ilegalmente no primeiro parque marinho do Brasil e destruiu, de início, cerca de três milhas (uma faixa de Três quilômetros) de uma formação de corais única do Atlântico Sul (entre eles, algumas espécies só ali existentes) bem como uma franja coralina da encosta da Ilha Santa Bárbara, onde o navio por duas vezes se chocou. Os corais de Abrolhos são a razão da criação do parque nacional e qualquer destruição é irreversível, uma vez que seu processo de formação leva centenas de anos. Deles depende também toda a fauna aquática da região, considerada uma das mais ricas de todo o litoral brasileiro”. NAVIO destrói coral raro de Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 23 de ago. 1987.

		<p>Abrigar os alojamentos de funcionários e pesquisadores e o Centro de Visitantes;</p> <p>Facilitar a fiscalização nos recifes de Timbebas;</p> <p>Minimizar o impacto da instalação de infraestrutura na reduzida área emersa do Parque, já que se localizarão fora desta.</p>	
--	--	--	--

FONTE: Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos⁸⁵

A divisão do Parque em zonas cumpre a determinação dos objetivos específicos de seu manejo, o que cabe às partes imersa e emersa, partindo da *priori*, que cada área necessita de um tratamento específico. Assim, o zoneamento caracteriza o trato com cada área, às atividades a serem desenvolvidas, além, de definir as restrições segundo suas necessidades.

Embora, a implantação do Parque tenha sido consolidada no ano de 1983, muitas questões ainda circundavam o recém-criado Parque Marinho, que nos seus primeiros anos de vida, segundo o jornalista O. Secchi, sofreu “*seguidos atentados contra a sua integridade*”⁸⁶, principalmente, com a pesca predatória e a retirada de corais. Além da árdua tarefa de fazer com que sua criação transcendesse ao papel⁸⁷ seus gestores tinham que lidar com um pequeno número de funcionários⁸⁸ e a carência de equipamentos adequados para a manutenção e fiscalização dos limites do Parque. No ano de 1988, o jornal O Globo noticiou:

Dependendo até pouco tempo de caronas para deixar ou chegar ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, um grupo de ecologistas do parque concluiu

⁸⁵INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991.

⁸⁶ SECCHIN, O. Barcos de todas as bandeiras praticam a pesca predatória. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 06, 02 de abr. 1988.

⁸⁷ “O PARQUE foi criado em 1983, porém ainda sofre inúmeras formas de depredação, como a pesca ilegal, o turismo predativo e, principalmente a coleta de corais para confecção de ornamentos”. Navio destruiu coral raro de Abrolhos. *O Globo*. p. 14, 23 de ago. 1987.

⁸⁸ “EM 83, foram gastos CZ\$ 31 milhões e há apenas duas pessoas para controlar dez mil milhas de águas quando o ideal seriam seis”. ROSSETTO, R. Ilhas de Abrolhos terão turismo controlado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 01, 09 de jan. 1989.

recentemente a construção do barco Jubarte. Mas a equipe precisa de NCZ\$ 200mil para a compra de instrumentos de navegação e pesquisa⁸⁹.

A situação do Parque de Abrolhos, nos anos iniciais de sua criação, estava longe do ideal proposto para sua manutenção e fiscalização. A falta de recursos federais causava um *déficit* nos materiais básicos, como a embarcação para conduzir, os poucos funcionários nos limites do Parque sendo necessário contar com o apoio de pescadores locais para esse deslocamento. Assim, a obtenção de sua própria embarcação caracterizou um avanço significativo para administração do Parque, mas, ainda havia uma longa caminhada para a efetivação de recursos para o cumprimento de seus objetivos. Além da pesca ilegal e a retirada de corais na região dos Abrolhos, havia ainda, a preocupação com o controle das embarcações turísticas na região. A visitação ao público foi aberta em 1989, notícia que foi divulgada pelo jornalista R. Rosseto do jornal A Folha de São Paulo:

O Parque Nacional Marinho de Abrolhos, arquipélago de cinco ilhas vulcânicas no litoral sul da Bahia, será aberto este ano aos turistas e pesquisadores, de forma controlada. Com a inauguração de uma sede no continente, o município de Caravelas, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) pretende criar uma nova política para o local: quer preservar a área de 91.300 hectares, onde crescem corais, peixes nobres, aves e baleias, e ao mesmo tempo abri-la à visitação de, no máximo 3 mil pessoas ao ano⁹⁰.

De acordo com essas novas regras para visitação no arquipélago de Abrolhos, o desembarque seria controlado e os turistas deveriam fazer sua alimentação nos próprios barcos, assim como o pernoite. Como o orçamento era apertado devido ao baixo recurso mantido pelo Governo Federal, seria cobrada uma taxa para entrar no parque de “0,5 OTN por pessoa [...] uma forma de arrecadar verbas”⁹¹.

Mas, em 1990 “o parque recebeu da empresa Aracruz Celulose US\$ 100mil para manutenção, através de convênio com a Fundação Pró-Natura (Funatura)”⁹², o que proporcionou a finalização do Plano de Manejo⁹³ e a compra de equipamentos para o Parque. Isso foi possível, devido à lei de Compensação Ambiental, instituída pela Lei Federal nº 9.985/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002, destinadas a empresas que provocam

⁸⁹ ABROLHOS pede ajuda para melhorar acesso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 03 de fev. 1990.

⁹⁰ ROSSETTO, R. Ilhas de Abrolhos terão turismo controlado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.01, 09 de jan. 1989.

⁹¹Idem, p. 01.

⁹² ABROLHOS pede ajuda para melhorar acesso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 03 de fev. 1990.

⁹³ Apesar da criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos ter ocorrido em 1983, devido à falta de recursos, seu Plano de Manejo só foi concluído sete anos depois, o que por sua vez só foi possível, devido a verba concedida pela empresa Aracruz Celulose (através do Convênio da Funatura).

algum tipo de impacto ambiental e estabelece ao “*empreendedor a obrigatoriedade de apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral*”⁹⁴, por meio de recursos repassados para as UC’s. Em 2007, o Parque de Abrolhos foi favorecido e “*uma parte dos R\$ 7 milhões repassados pela Shell como compensação ambiental pelas atividades que desenvolve na região. O dinheiro será aplicado na compra de lanchas e na contratação de uma equipe de fiscais*”⁹⁵. O Parque foi ainda, beneficiário da compensação do Petróleo e Gás Natural do Campo Golfinho - ES, Sistema de Disposição de Jaguaribe. Para o ano de 2015 foi prometido um repasse de uma parte US\$18,2 milhões do *Global Environment Facility* – GEF (Fundo Ambiental Global) para os próximos 05 anos, com o “*objetivo principal de apoiar a criação e a implementação de um sistema representativo e efetivo de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) para reduzir a perda de biodiversidade*”⁹⁶.

Não deixa de ser preocupante, também, a utilização de repasses provenientes da lei compensatória, pois, esta caracteriza a existência de exploração de recursos naturais dentro dos limites do parque ou em seu entorno. Estudos preliminares nos anos iniciais à criação do Parque já demonstravam preocupação com atividades na costa, próxima a região de Abrolhos, como apresentado em seu Plano de Manejo:

A exploração de petróleo, pela Petrobras, na ilha Caçumba, em Caravelas, afetando o complexo de manguezal aí ocorrente. Mas, talvez, ainda mais assustador seja o início das operações da Bahia-Sul, indústria de celulose em Mucuri, previsto para dentro de um ou dois anos. Podem ser citadas, também, as usinas de cana-de-açúcar no norte do Estado do Espírito Santo, que causam total a total descaracterização da cobertura vegetal da área ocupada e cujos resíduos deixados pelo processamento são poluentes conhecidos⁹⁷.

O que causa, no mínimo, estranheza, na apuração dos estudos acerca das empresas que exploravam recursos naturais na região, é a omissão pública quanto atuação da empresa de celulose, na cidade de Nova Viçosa, que na época já instalada, mantinha plantios de eucalipto no extremo sul baiano e norte capixaba. É interessante observar, ainda, como a Aracruz Celulose não é mencionada entre os protagonistas no desmatamento e poluição, mas, é

⁹⁴ INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em <www.icmbio.gov.br> Acesso em 14 de setembro de 2015.

⁹⁵ ADEODATO, Sérgio. Abra os olhos nessas águas. *Horizonte Geográfico*, n. 109, p. 20-29

⁹⁶ PROJETO Áreas Marinhas Protegidas – *GEF Mar*. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Disponível em: <www.funbio.org.br> Acesso em 14 de setembro de 2015.

⁹⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991, p. 40.

apresentado como aquela que subsidiou verbas ao Parque, inclusive para a elaboração e conclusão do Plano de Manejo.

1.3.1 Administração do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

No que tange a administração do Parque de Abrolhos, a primeira gestão foi encarregada ao oceanógrafo Gilberto Sales, analista ambiental, entre os anos de 1983 a 1985. Curiosamente, de 1983 a 2009, o Parque foi chefiado por oceanógrafos formandos na Universidade Federal do Rio Grande – Furg, RS, o que pode ser um indício da atribuição do curso de oceanografia da Furg, que protagonizou o pioneirismo no Brasil e que até os dias atuais (2016) permanece como referência na área oceânica no Brasil.

QUADRO 04: Relação dos gestores do Parque de Abrolhos de 1983 (ano de sua criação) até 2016.

Chefe do Parque de Abrolhos	Área de formação	Período de atuação
Gilberto Sales	Oceanografia	1983-1985
Júlio Cesar Gonchorosky	Oceanografia	1985-1989
Hélio Antikeira Bullões	Oceanografia	1989-1997
Marcelo Skaf	Oceanografia	1997-2000
Henrique Hornt Ilha	Oceanografia	2000-2005
Marcello Vicente Lourenço	Oceanografia	2005-2009
Joaquim Rocha S. Neto	Biologia	2009-2010
Ricardo Jerolimski	Engenharia Florestal	2010-2015
Fernando Reinaldo	Biologia	2015-2016

FONTE: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade⁹⁸

Um desafio presente em todas as gestões do PARNAM dos Abrolhos é atribuído ao pequeno número de servidores e prestadores de serviço. Na atual gestão (2016), estão empregados quatro servidores – 01 chefes do parque, 01 subchefes, 01 analistas ambiental e 01 técnico ambiental – além de 15 terceirizados – 08 vigias, 02 monitores ambientais, 02 recepcionistas e 03 serviços gerais. Esse número é pequeno quando considerado os limites do parque, que corresponde a duas áreas, uma com 233,60 milhas náuticas quadradas e a outra

⁹⁸ INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em <www.icmbio.gov.br> Acesso em 14 de setembro de 2015.

com 32,35 milhas náuticas quadradas e o que está proposto em seu Manejo, o qual define o mínimo ideal, 25 funcionários para a sede e o arquipélago⁹⁹.

De acordo com Marcello Lourenço, chefe do parque entre os anos de 2005 a 2009, que ainda atua como analista ambiental, sempre há muito que fazer “*como fiscalização de pesca, das regras de mergulho, gestão de visitação*”¹⁰⁰, o que requer um contingente maior de servidores.

1.4. Limites do PARNAM dos Abrolhos

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, conhecido por seus insólitos ecossistemas, possui vasta fauna e flora oceânica. Como descrito em seu Plano de Manejo, suas raras formações coralíneas¹⁰¹, “*de todas as cores e tamanhos [...] se desenvolveram em mar de águas mais escuras do que em outros oceanos, o que permitiu adquirirem formas e características próprias*”¹⁰², tornam a região o destino perfeito (mesmo antes da criação do parque) para os buscam mergulho em meio aos chapeirões¹⁰³, junto à imensa diversidade de espécies marinhas. O espetáculo continua para aqueles que queiram, ainda, se aventurarem nos destroços dos navios naufragados. Em 1976, o jornal O Globo noticiava:

Dos naufrágios mais recentes ainda há a marca visível dos mastros de três navios: o Santa Úrsula, Princesa Mafalda e o Rosa Linda (italiano). Os navegantes costumam chamar o arquipélago de “a esquina do mar”, numa referência ao perigo em torno das cinco ilhas. Sua própria denominação é uma alusão a esses riscos: Abrolhos é uma corruptela da expressão “abram os olhos”¹⁰⁴.

A composição do Parque de Abrolhos, como dito outrora, é caracterizada por duas áreas distintas, o Recife de Timbebas e o Parcel dos Abrolhos juntamente com o Arquipélago dos Abrolhos. Esta divisão exclui o canal dos Abrolhos, o que permite uma extensão disponível

⁹⁹INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991, p.67.

¹⁰⁰ EM Abrolhos, há muito o que fiscalizar. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.03, 25 de jan. 2009.

¹⁰¹ “Sob as águas, crescem dezoito tipos de corais. Há espécies em forma de imensos cogumelos de 25m de altura enfileirados por 60 km de extensão”. ROSSETTO, R. ILHAS de Abrolhos terão turismo controlado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.01, 09 de jan. 1989.

¹⁰² YOSHIJIMA, M. Abra os olhos. Você está no paraíso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 08, 19 de jan. 1989.

¹⁰³ “A maior atração submarina do arquipélago de Abrolhos são as formações coralíneas verticais – colunas de corais de 20 metros de altura, com topos de 50 metros de diâmetro (conhecidos como ‘chapeirões’), que afloram à superfície. Suas paredes são revestidas por esponjas algas, poliquetas, anêmonas, hidrocorais e hidrozoários”. ABRA os olhos, você estará vendo um paraíso de corais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.30, 02 de ago. 1985.

¹⁰⁴ UM farol e 33 pessoas na “ilha dos desprezados”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 07, 15 de fev. 1976.

para o trânsito de navios, diminuindo o risco de impacto nas áreas de preservação, como mostra a Figura 02.

O Recife das Timbebas é a menor das duas áreas, estando a apenas 18 km da costa, as águas que a circundam estão dentro dos limites da zona primitiva, que é destinada as atividades de recreação e pesquisas científicas. O atrativo nessa região é exclusivamente o mergulho, que proporciona aos seus adeptos, tanto pesquisadores quanto turistas, um espetáculo com seus famosos corais-fogo e os corais em forma de cogumelos. E ainda, segundo o ICMBio, “*preserva uma amostra significativa do arco costeiro de recifes e está localizado em frente ao município de Alcobaça*”¹⁰⁵.

O Parcel dos Abrolhos, também, conhecido por suas formações coralíneas, constituídas por imensos chapeirões e cogumelos que podem chegar a 25m de altura e 50m de diâmetro e que em muitos pontos emergem a superfície¹⁰⁶. Diferente do Recife das Timbebas, o Parcel de Abrolhos, está mais próximo ao Arquipélago.

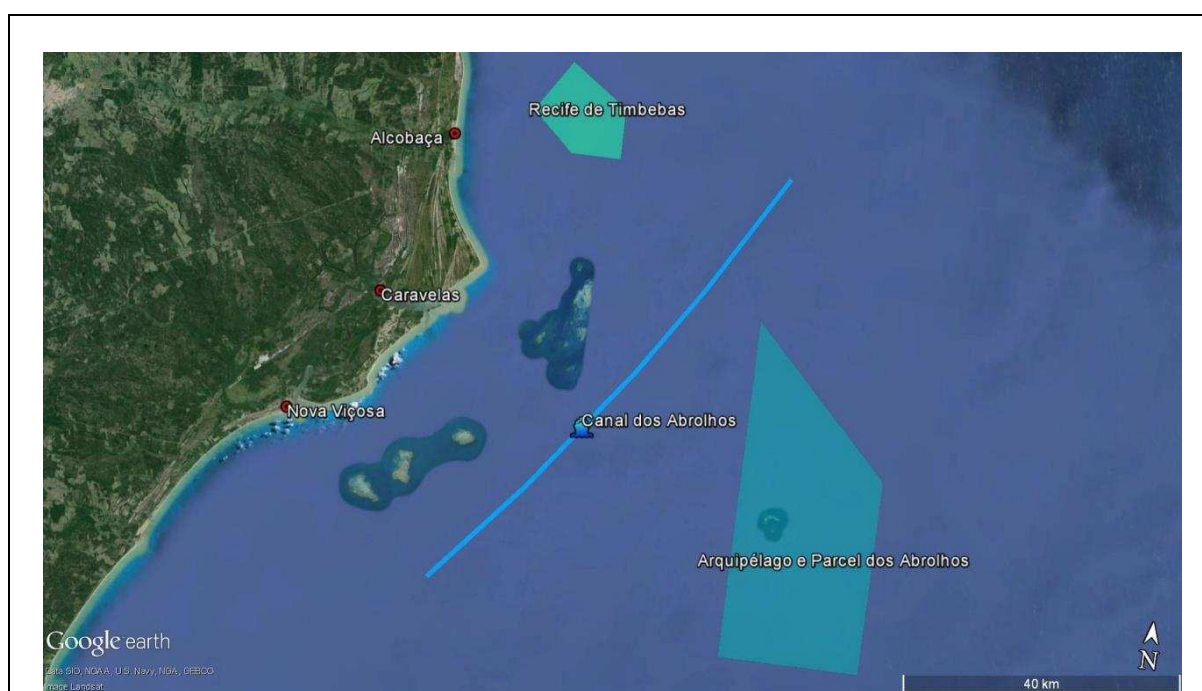


FIGURA 02: Localização e limites do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. FONTE: BARROS, Harley¹⁰⁷. As áreas marcadas no mapa referem-se aos limites do Parque de Abrolhos. O Recife das Timbebas (32,35 milhas náuticas quadradas) é a área do Parque mais próxima à costa e está localizado em frente ao município de Alcobaça. A outra parte marcada no mapa refere-se ao Parcel e ao Arquipélago de Abrolhos (233,60 milhas

¹⁰⁵INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em <www.icmbio.gov.br> Acesso em 16 de abr. de 2015.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ENGENHEIRO Florestal pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Dados extraídos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S. A. 1991.

náuticas quadradas). Entre os dois limites, existe ainda, o Canal dos Abrolhos, destinado ao trânsito de embarcações.

É importante salientar, que a região é composta por diversos recifes de corais, mas, somente o recife das Timbebas e o Parcel dos Abrolhos estão dentro dos limites do Parque de Abrolhos e, segundo o seu Plano de Manejo, “a definição dessas duas pequenas áreas cumpre o objetivo de proteger um trecho do litoral de grande valor faunístico a abastecedor de alimento da região”¹⁰⁸. As demais áreas recifais, permanecem abertas a pesca.

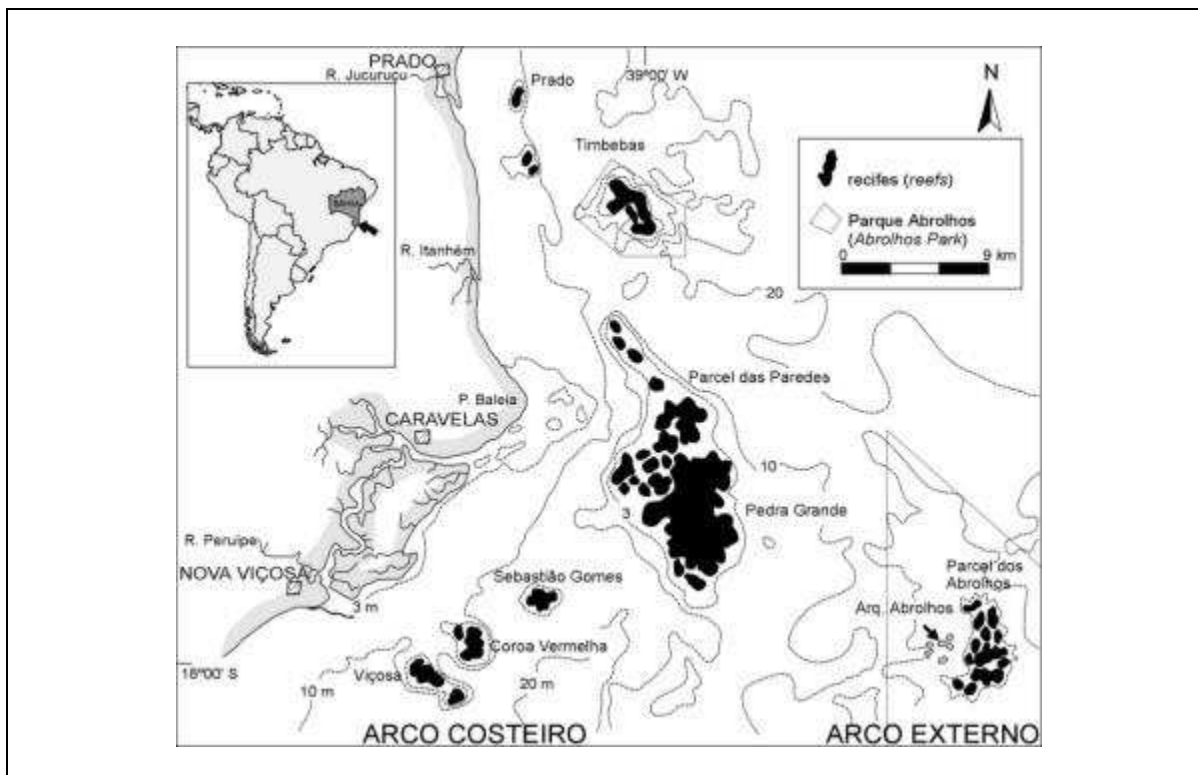


FIGURA 03: Mapa dos recifes de corais na região dos Abrolhos. FONTE: O complexo recifal mais extenso do Atlântico Sul ¹⁰⁹. Recifes de corais distribuídos na região dos Abrolhos entre os municípios do Prado e de Nova Viçosa. Arco costeiro: Prado, Timbebas, Parcel das Paredes, Sebastião Gomes, Coroa Vermelha e Viçosa, além, Itacolomy, Guaratibas, Lixa, Areia que não estão identificados no mapa. Arco externo: Parcel dos Abrolhos e o Califórnia, este último, também, não aparece no mapa.

O Arquipélago de Abrolhos, por sua vez, é composto por cinco ilhas, Redonda, Sueste, Siriba e Santa Bárbara, embora, esta última, apesar de estar dentro dos limites do Parque

¹⁰⁸INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S. A, 1991, p.10.

¹⁰⁹ Leão, Z. M. A. N. 2002. Abrolhos, BA - O complexo recifal mais extenso do Atlântico Sul. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D. A.; Queiroz, E. T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. L. C. (Edits.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. 1. ed. Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002, v.01: 345-359.

permanece sob a jurisdição da Marinha do Brasil, sendo assim, proibido o seu desembarque sem prévia autorização do II Distrito Naval, sediado na Cidade de Salvador, BA¹¹⁰.

A Ilha Redonda possui aproximadamente 400m de diâmetro por 63m de altura e, segundo o seu Plano de Manejo, é formada “*por uma parte elevada, arredondada, e uma área arenosa, que se prolonga em direção à Ilha Siriba*”¹¹¹, o que pode ser apreciado, de forma mais nítida, como uma grande passarela, nos momentos de maré baixa. Este era um dos pontos de visitação do Arquip elago, o que mudou após janeiro de 1987, quando a ilha foi atingida por um sinalizador¹¹² lançado por um passageiro de barco turístico atracado próximo ao Arquip elago, causando um incêndio de grandes propor es, segundo o que foi noticiado no jornal O Globo, no ano de 1997, “*depois de destruir toda a vegeta o da parte alta da ilha, o fogo desceu pela encosta onde há uma grande concentra o de ninhos de atobás e granzinas*”¹¹³. Segundo reportagem do jornalista L. Francisco, publicado pelo jornal A Folha de São Paulo em 1997, o incêndio teve início no dia 31 de dezembro de 1996, durou pelo menos 08 dias e causou um prejuízo incalculável para a biodiversidade local, cerca de 140 filhotes de aves, atobás, fragatas e granzinas morreram queimados, além dos mais de 200 ovos que estavam encubados¹¹⁴.

Alguns anos após o incêndio, a ilha começou a dar vestígios de sua recupera o, o que ocorreu de forma natural. As únicas interven es por parte da gestão do parque foi o fechamento da ilha para visitantes e a retirada de cabras (as que sobreviveram ao incêndio) que eram criadas pelos oficiais da Marinha e suas famílias. Hoje, a ilha   um considerável ponto de desova de tartarugas marinhas e está novamente aberto   visita o, o que geralmente, só ocorre no pernoite, quando a maré está alta e possibilita o desembarque, devido   existência de corais de franja ao redor da ilha, o que dificulta seu acesso.

A Ilha Guarita   a menor de todas as ilhas do Arquip elago, possui apenas 100m de extensão e encontra-se a 13m acima do nível do mar. Sua colora o, um fator bem peculiar que “*alterna-se entre o negro das rochas e o guano (excremento) dos beneditos (Anous Stolidus), pois de*

¹¹⁰ RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas*: Desde o século XVI. Funda o Benedito Ralile. Caravelas, BA, 2006, p. 34.

¹¹¹ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Funda o Pr -Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S. A, 1991, p. 19.

¹¹² “Segundo a bióloga V nia Alves, que estudava as aves de Abrolhos e estava no arquip elago no período do incidente, turistas saltavam fogos e sinalizadores para comemorar a chegada de 1997, quando “um dos sinalizadores caiu em local onde a vegeta o estava muito seca e o fogo logo se propagou”. FRANCISCO, L. Incêndio em Arquip elago   apagado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 05, 09 de jan. 1997.

¹¹³ FOGO causa morte de centenas de aves em Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 08 de jan. 1997.

¹¹⁴ FRANCISCO, L. Incêndio em Arquip elago   apagado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 05, 09 de jan. 1997.

março a novembro, ela se torna o principal local de reprodução da ave”¹¹⁵. A ilha é cercada por recifes de franjas e possui o maior número de corais vivos de todo o arquipélago. Sua formação faz alusão um a empilhamento de pedras, que são, na verdade, rochas vulcânicas¹¹⁶.

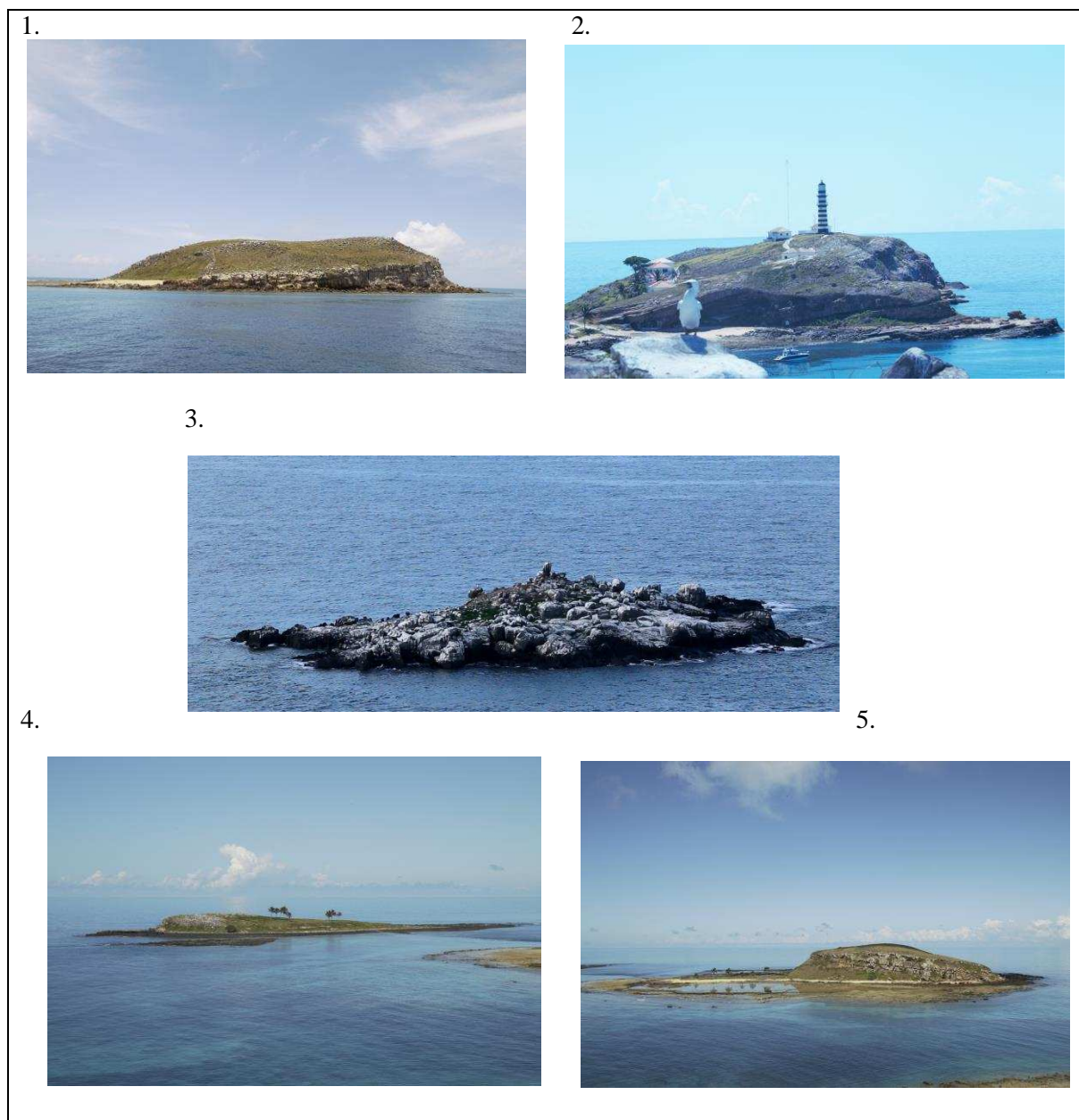


FIGURA 04: Ilhas do Arquipélago de Abrolhos. FONTE: Acervo Pessoal. Fotos: Peterson Fagundes. Imagem1: Ilha Sueste; Imagem 2: Ilha de Santa Bárbara; Imagem 3: Ilha Guarita; Imagem 4: Ilha Siriba; Imagem 5: Ilha Redonda.

¹¹⁵ ABROLHOS, conheça o paraíso! *Ilhas de Abrolhos*. Disponível em <www.ilhasdeabrolhos.com.br> Acesso em 05 de agosto de 2015.

¹¹⁶INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza.

Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991, p. 22.

A Ilha Sueste, diferente da anterior, é uma das maiores do arquipélago, perdendo apenas para a Ilha de Santa Bárbara, com 500m de extensão e 200m de largura, à 15m acima do nível do mar, contudo, encontra-se mais afastada, ao sul, das demais ilhas¹¹⁷.

Por sua vez, a Ilha Siriba está cerca de 16m acima do nível do mar e tem aproximadamente 300m de extensão por 100m de largura, próxima à Ilha Redonda “*liga-se a mesma através de construções recifais e de uma plataforma sedimentar mais rasa*”¹¹⁸. Nesta ilha é permitido o desembarque de turistas, o que ocorre sob a supervisão de um monitor que guia o grupo a uma pequena trilha, na qual, podem ser observados pássaros como os atobás-brancos, os quais mantêm seus ninhos junto ao chão.

A Ilha de Santa Bárbara, por fim, é a maior do arquipélago, mas, não pertence ao Parque de Abrolhos, sua jurisdição, como já mencionado, concerne à Marinha do Brasil, contudo, ainda assim, abriga instalações do Parque, para seus monitores e pesquisadores. A ilha possui aproximadamente 1,5km de extensão, 300m de largura e está a 35m acima do nível do mar¹¹⁹. No ano de 1976, o jornal O Globo publicou que “*na ilha de Santa Bárbara vivem milhares de lagartos e aranhas caranguejeiras, alguns gatos e cachorros criados pelos moradores e cabras [...] que os moradores recorrem para completar sua alimentação*”¹²⁰.

A ocupação da Ilha de Santa Bárbara ocorreu na segunda metade do século XIX, com a instalação do primeiro sinal náutico da região dos Abrolhos. Com isso, os primeiros habitantes da ilha resumiam-se ao faroleiro e sua família, o que mais tarde, também, contou com oficiais da Marinha, militares telegrafistas e condutores de motores que atuavam na estação de rádio da marinha¹²¹.

O interesse da Marinha do Brasil na ilha de Santa Bárbara vai além da sinalização náutica. A região, desde a época da colonização¹²², era explorada com a pesca de baleias e badejos, atraindo baleeiros de outras bandeiras, o que exigia fiscalização por parte da Marinha. Há ainda,

¹¹⁷INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza.

Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991, p. 22.

¹¹⁸Idem, p.19.

¹¹⁹Idem, p. 22.

¹²⁰ UM farol e 33 pessoas na “ilha dos desprezados”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 07, 15 de fev. 1976.

¹²¹ Idem, p. 07.

¹²² “A caça às baleias foi introduzida no Brasil pelos Biscainhos, em 1602, no Recôncavo Baiano. Isso aconteceu depois que Filipe III, rei da Espanha e Portugal, concedeu por alvará ao capitão Peto de Orecha e a seu sócio, João Miguel, na Biscaia – a mais setentrional das antigas províncias vascongadas ou bascas o privilégio de caçar baleias nas costas do Brasil”. RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas: Desde o século XVI.* Fundação Benedito Ralile. Caravelas, BA, 2006.

outro aspecto a se considerar, a soberania nacional dessa autarquia, que acima de tudo, atua na defesa do país. Portanto, o posicionamento na região de Abrolhos caracteriza uma importante estratégia de defesa, motivo da implantação da base militar dos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial.

1.5. O Farol de Abrolhos

Em virtude aos acidentes ocorridos na região do Arquipélago de Abrolhos, decorrentes das formações de recifes de corais, foi instalado um farol na ilha de Santa Bárbara, tornando-se um importante sinal náutico no sul da Bahia, o que reduziu a quase zero¹²³ o número de acidentes na região¹²⁴.

O Farol de Santa Bárbara foi abrigado no alto da ilha, durante o reinado de D. Pedro II, o qual ordenou sua fabricação e instalação, sendo iluminado pela primeira vez em 8 de maio de 1861. Sua estrutura evidencia uma tecnologia¹²⁵ característica do século XVIII, que apresenta potencialidade e precisão de funcionalidade até os dias de hoje.

A pré-fabricação do farol ficou a cargo dos irmãos Miers e Maylor da fábrica francesa Babier, Bernard & Turenne, com uma imponente torre de ferro fundido, de 22 m de altura, fixado no cimo de uma rocha a 60 metros acima do nível do mar, podendo ser avistado do continente¹²⁶.

¹²³ APESAR de o farol ter sido instalado no ano 1861, com a finalidade de tornar a região mais segura, foram reportados vários naufrágios, como o do navio “*Princesa Mafalda*”, em 1927, e “*Rosalinda*”, em 1955. (Dolorosas as notícias de uma das grandes tragédias do mar: o naufrágio do “*Princesa Mafalda*”! *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 02, 26 de out. 1927. – “NO meio da noite ouvimos o estrondo e violento abalo jogou-nos no chão”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 08, 04 de nov. 1955.).

¹²⁴ ASSOCIAÇÃO dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG. O Farol de Abrolhos completa 150 anos. *Administração Nacional* – RJ. Disponível em: <www.adesg.net.br> Acesso em 15 de abr. de 2015.

¹²⁵ A TORRE tem 46 pés de altura, 17 de diâmetro na base e 13 na parte superior. Sobre ala assenta a lanterna, toda de bronze, com faces de vidro de patente, na qual se contém um aparelho de luz dos systemas catoptrico, composto de 21 lâmpadas de Argant, com outros tantos refletores de 21 polegadas de diâmetro, feitas de cobre prateado e dispostas em grupos de sete. Este aparelho é giratório, concluindo em três minutos uma revolução completa com eclipses de minuto a minuto. O foco luminoso eleva-se a 170 pés acima do nível das marés. A luz, que é viva e brilhante pode ser avistada da tolda de um navio, na distância de 17 milhas, e a mais de 20 pelo observador colocado nos vãos. RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas*: Desde o século XVI. Fundação Benedito Ralile. Caravelas, BA, 2006, p.50.

¹²⁶ ASSOCIAÇÃO dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG. O Farol de Abrolhos completa 150 anos. *Administração Nacional* – RJ. Disponível em: <www.adesg.net.br> Acesso em 15 de abr. de 2015.



FIGURA 05: Farol de Santa Bárbara. FONTE: Acervo pessoal. As imagens mostram o Farol de Santa Bárbara de ângulos diferentes.

O Farol de Abrolhos é classificado atualmente como radiofarol¹²⁷ devido os aparelhamentos modernos (DPGS, RACON E NDB) que possibilitam maior alcance na sinalização náutica, o que nem sempre foi assim¹²⁸. A instalação do radiofarol ocorreu no ano de 1960, juntamente com a substituição de equipamentos movidos a querosene por eletrônicos no farol. De acordo com a reportagem do Jornal Folha de São Paulo de 1960, o farol possuía,

um alcance de 300 milhas e funcionando continuamente, já se encontra instalado o Radiofarol mantido no Arquipélago dos Abrolhos na altura de Caravelas, na Bahia, segundo informa o Ministério da Marinha. O trabalho de montagem foi executado em apenas 31 dias por uma equipe especializada de 10 homens, sob o comando do capitão de corveta Cesar Augusto Linhares. Na ocasião a mesma equipe precedeu nos trabalhos de eletrificação na ilha de Santa Bárbara, do antigo farol ali existente, que deixou de ser movido a querosene. O radiofarol de Abrolhos proporcionará assim maior proteção de segurança a navegação local, cuja região é considerada das mais perigosas do nosso litoral¹²⁹.

¹²⁷ “[...] funcionando continuamente. Já se encontra instalado o Radiofarol mantido no Arquipélago dos Abrolhos na altura de Caravelas, na Bahia, segunda informa o Ministério da Marinha. O trabalho de montagem foi executado em apenas 31 dias por uma equipe especializada de 10 homens, sob o comando do capitão de corveta Cesar Augusto Linhares. Na ocasião a mesma equipe precedeu nos trabalhos de eletrificação na ilha de Santa Bárbara, do antigo farol ali existente, que deixou de ser movido a querosene. O radiofarol de Abrolhos proporcionará assim maior proteção de segurança a navegação local, cuja região é considerada das mais perigosas do nosso litoral”. INSTALADO o radiofarol de Abrolhos, Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.13, 05 de out. 1960.

¹²⁸ Em entrevista a uma matéria do jornal *Folha de São Paulo*, em 30 de junho de 1985, o faroleiro há quase duas décadas no Arquipélago de Abrolhos, Aurelino Gomes de Araújo, de 50 anos, há 34 seguindo a profissão do pai, conta a emoção de acender o farol sozinho pela primeira vez, o que ainda era feito com querosene. A mudança veio com a chegada da luz elétrica. Já no ano de 1985, dois anos após a criação do Parque Marinho no Arquipélago, o farol possuía uma lâmpada de 1.500 watts, o que podia ser visto a 20 milhas náuticas de distância. Gandra, J. R. A Solitária Vida de 15 pessoas no Farol dos Abrolhos. *A Folha de São Paulo*, São Paulo, 2º caderno, p.21, 30 de jun., 1985.

¹²⁹ INSTALADO o radiofarol de Abrolhos, Bahia. *A folha de São de Paulo*, São Paulo, p.13, 05 de out. 1960.

Portanto, farol da ilha de Santa Bárbara configura como Patrimônio Histórico de Abrolhos e protagoniza, ao lado das embarcações naufragadas, a dicotomia entre o natural e cultural.

Além da relevância para a sinalização náutica da região, o farol de Abrolhos desperta o imaginário de muitos moradores das comunidades de Caravelas, como afirmava o professor Benedito Ralile:

Julgamos interessante fazer esta referência sobre o farol de abrolhos, por saber que muitos caravelenses acreditam na lenda que diz ter sido o farol colocado na ilha de Santa Bárbara, por alguém em época que nunca foi possível se ter conhecimento, atribuindo outros seres encantados as ilhas e o farol¹³⁰.

Ou ainda das lendas de moradores da costa sul da Bahia, construídas a partir dos naufrágios ocorridos na região dos Abrolhos:

“Não se deve passar com tempo ruim entre o Canal das Tainhas, a Coroa Vermelha e a Ilha Redonda. Nesses dias Janaina¹³¹ vem descansar do “berro do mar” e ver coisas bonitas: é quando chama para si os pescadores”. Conselhos dos moradores da costa sul da Bahia, influenciados por lendas que cercam a existência do arquipélago.¹³²

O Farol de Santa Bárbara atua entre as lendas forjadas no imaginário de muitos pescadores e daqueles que buscam nos filetes de sua luz a orientação para um caminho seguro.

1.6. “É fascinante!” A presença de pesquisadores e turistas nos Abrolhos

Diante do “*paraíso tropical submarino*”¹³³ existente no arquipélago de Abrolhos, não é de impressionar que esta região já fosse conhecida por turistas e estudiosos há alguns séculos. O famoso naturalista inglês, Charles Darwin foi um dos pesquisadores que se encantou com a beleza do lugar. Em 1832, a bordo de seu veleiro *Beagle* desembarcou nas ilhas que ele considerou um “*santuário, ‘um céu de aves*”¹³⁴ e em seu diário, “*viagem de um naturalista ao redor do mundo*”, ele descreveu sua sensação no arquipélago de forma categórica: “*é fascinante!*”¹³⁵.

Deve-se considerar que o fascínio tanto de Darwin como de qualquer outro turista ou pesquisador que chega ao Arquipélago de Abrolhos, é fruto de suas próprias impressões e seu olhar sobre o natural, pois como afirma Tereza Luchiari, a “*paisagem é uma produção humana,*

¹³⁰ RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas*: Desde o século XVI. Fundação Benedito Ralile. Caravelas, BA, 2006, 50.

¹³¹ Segundo lendas e crenças religiosas nativo americanas, Janaina é a rainha do mar, mãe das águas.

¹³² UM farol e 33 pessoas na “ilha dos desprezados”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 07, 15 de fev. 1976.

¹³³ CLASSIFICAÇÃO dada à região dos Abrolhos por cientistas que defendiam a criação de um parque marinho na região. Parque Nacional Marinho pode surgir nos Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 09 de jul. 1972.

¹³⁴ UM arquipélago onde a riqueza está submersa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 23 de agosto 1987.

¹³⁵ GALIB, S. Abrolhos reencena sensações de Darwin. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 07, 06 de fev. 1992.

cultural, uma forma pela qual se vê o mundo, resultado da produção social e da determinação do natural”¹³⁶, e olhares diferentes podem ser lançados sobre a mesma paisagem, uma vez que, “ela remete tanto à percepção da cena em relação à sua representação, como à sua interpretação por modelos racionais ou experiências sensoriais”¹³⁷. Assim, a paisagem é a soma do olhar do observador e sua relação com meio, como afirma Davis Sansolo:

As paisagens possuem significados variados, com alto grau de subjetividade, e que dependem, sobretudo, de quem as observa, consome ou vive nelas, ou seja, dependem da relação que se estabelece entre paisagem e seu observador¹³⁸.

Com isso, a região dos Abrolhos atrai pesquisadores de diversas áreas, principalmente, biólogos e oceanógrafos, que têm como objeto de pesquisa, especialmente, uma vasta fauna e flora marinha, além, de milhares de pássaros que habitam nas ilhas. Algumas espécies de corais, um dos principais atrativos dos Abrolhos, não são encontradas em outros lugares do planeta, com essa excepcionalidade, não é difícil entender o magnetismo que esse lugar causa em muitos estudiosos. O fotógrafo Carlos Secchi, que passou 05 anos na região, é um dos exemplos, “descobriu ocorrências nunca antes registradas, como a do hidrozoário *Solandieria gracilis* e de octoral do gênero *Plexaurela*”¹³⁹.

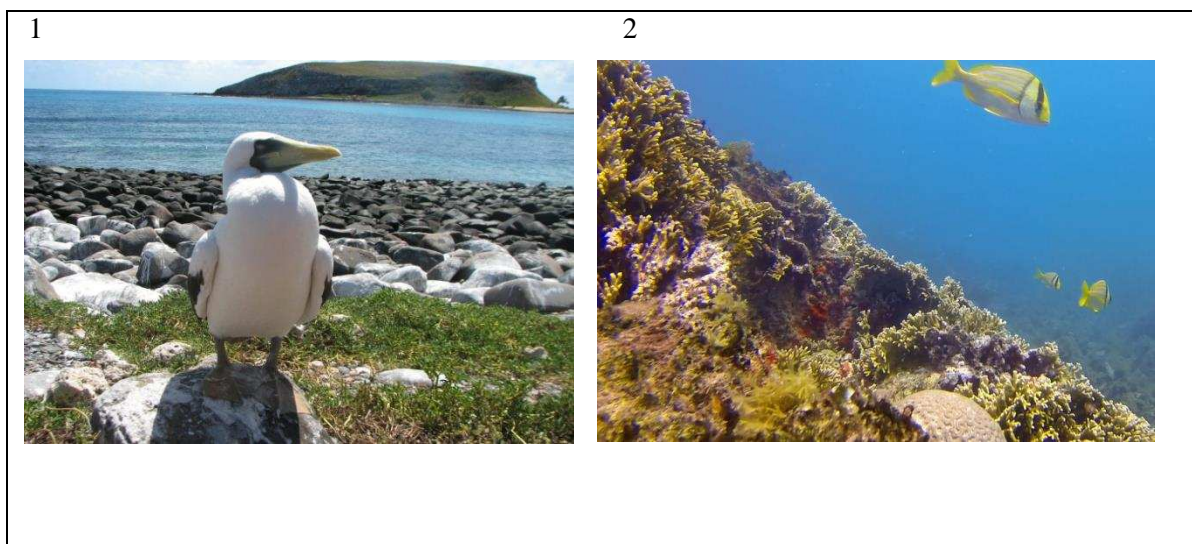


FIGURA 06: Biodiversidade de Abrolhos. FONTE: Acervo pessoal. Imagem 1: Foto: Wagner Barros. O Atobá Branco “pousa” para a foto. As ilhas de Abrolhos abrigam diversas espécies migratórias de

¹³⁶ LUCHIARI, Maria Tereza D. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2007, p.31.

¹³⁷ Idem, p. 29.

¹³⁸ SANSOLO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.).- Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 49.

¹³⁹ UM arquipélago onde a riqueza está submersa. O *Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 23 de agosto 1987.

aves, as mais famosas e numerosas são: atobá, fragata, benedito e grazina. Imagem 2: Foto: Mauro Lana. Formações de recifes de coral no Arquipélago de Abrolhos.

As pesquisas desenvolvidas no Parque contam com uma autorização prévia do ICMBio através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO. Atualmente, o Parque de Abrolhos possui nove pesquisadores cadastrados. O que implica submissão do projeto de pesquisa do ICMBio e a autorização dos técnicos responsáveis que analisam se a pesquisa não implicará em prejuízos a integridade da biodiversidade da UC.

QUADRO 05: Pesquisas realizadas atualmente no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Pesquisador	Título da Pesquisa	Instituição vinculada
Fabiano Lopes Thompson	Biodiversidade, genômica comparativa e evolução da microbiota associada com corais endêmicos brasileiros.	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Leonardo Vidal Marques	Interações entre populações de gramas marinhas e sua fauna e flora associada.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Beatrice Padovani Ferreira	Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil.	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Paula Spotorno de Oliveira	Interações Ecológicas entre Algas Calcárias incrustantes (Rhodophyta, Corallinales) e Vermetídeos (Mollusca, Vermetidae) no Arquipélago dos Abrolhos, BA.	Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Joel Christopher Creed	SeagrassNet – monitoramento de fanerógamas marinhas no PNM dos Abrolhos.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Ruy Kenji Papa de Kikuchi	Dinâmica Populacional do Coral <i>Mussismilia braziliensis</i> (Verril, 1868), Abrolhos, Bahia, Brasil.	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
César Meyer Musso	Monitoramento dos Sítios Reprodutivos das Aves Marinhas no Arquipélago dos Abrolhos.	Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental – Avidepa

Fabiano Lopes Thompson	Consórcio em Educação Superior em Ciências do Mar entre UFRJ-UFPE-UFPB e as Universidades de San Diego (UCSD e SDSU)	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Zelinda Margarida de Andrade Nery Leão	Programa Ecológico de Longa Duração (PELD/CNPq) – Investigação do funcionamento do ecossistema recifal da zona costeira do estado da Bahia e avaliação dos efeitos de ações antropogênicas.	Universidade Federal da Bahia
Janaína Gonçalves Rios Barros	As Paisagens da Memória e a Construção de Novas Identidades: a implantação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e os impactos sociais na comunidade de Caravelas/BA	Universidade Federal de Viçosa – UFV

FONTE: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio¹⁴⁰

O quadro apresenta o interesse dos pesquisadores, que na sua maioria, são de áreas ligadas a oceanografia e biologia marinha, na biodiversidade da região dos Abrolhos, principalmente, nos recifes de corais, o que reafirma sua importância no Atlântico Sul.

A presença de turistas no Arquipélago de Abrolhos, também, é anterior à criação do parque. Amantes da pesca submarina eram atraídos pela região e deleitavam-se na captura de grandes badejos e barracudas. Assim, o fluxo turístico antes da implantação do parque, era composto, na sua maioria, de mergulhadores adeptos da pesca submarina, o que foi alterado com a proibição da pesca. Os turistas, hoje, ainda buscam no mergulho uma opção no passeio, mas, agora só para contemplar os recifes de corais e os destroços de navios naufragados, além, claro, da prática de observar baleias. Desta forma, a atividade turística demanda de regularização e controle adequado para mitigar os impactos negativos na biodiversidade, já que, segundo Davis Sansolo:

Embora o Brasil ainda possua a maior biodiversidade do planeta – em tese, um grande atrativo para o turismo nacional e internacional –, ainda lhe falta a

¹⁴⁰ INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em: <www.icmbio.gov.br> Acesso em 13 de setembro de 2015.

condição necessária para garantir o equilíbrio entre a conservação e o turismo, visto que nem os requisitos básicos para a gestão da conservação vêm sendo satisfatoriamente desenvolvidos¹⁴¹.

Assim o PARNAM dos Abrolhos necessita de planejamento para a ordenação do turismo nas áreas protegidas a partir das diretrizes e normas para o usufruto das atividades recreativas, o que requer, uma gestão consciente e eficaz.

Nos últimos anos houve um crescente aumento na procura por atividades ecoturísticas nas UC, visto que, “a patrimonialização da natureza tem funcionado, contraditoriamente, como catalisadora de interesses de apropriação e uso das paisagens naturais selecionadas como excepcionais e, por isso mesmo, atrativas para o olhar turístico”¹⁴². Assim, os turistas buscam nas atividades de recreação uma forma de desfrutarem dos recursos naturais, o que pode gerar, tanto impactos positivos quanto negativos, já que favorece, em tese, a economia local, mas, pode causar perdas irreparáveis a biodiversidade se não possuírem ordenamento adequado.

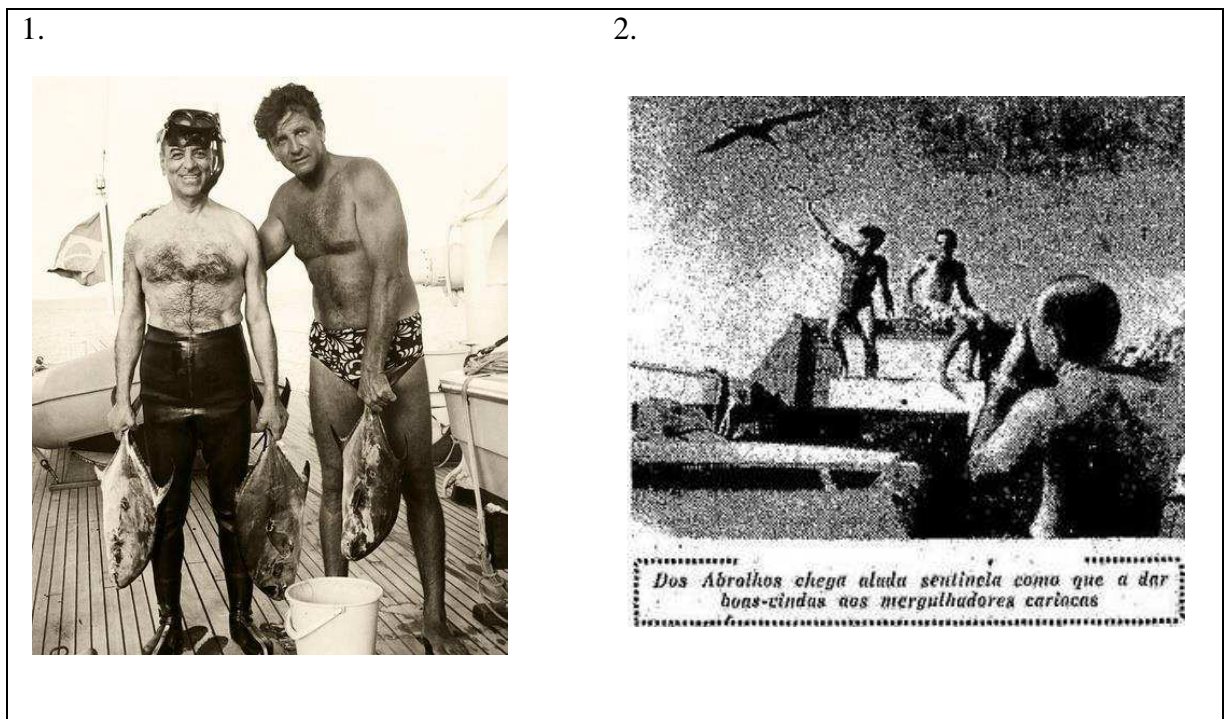


FIGURA 07: Turistas no Arquipélago de abrolhos. FONTE: Imagem 1: O jornalista e empresário Roberto Marinho pousa para foto em um barco no Arquipélago de Abrolhos, com seu amigo Carlos Tavares, exibindo os peixes (badejos) pescados com arpão e sem equipamentos (pesca submarina de

¹⁴¹ SANSOLO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.).- Campinas, SP: Papirus, 2007, p.59.

¹⁴² LUCHIARI, Maria Tereza Paes. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 27.

apneia)¹⁴³. Imagem 2: Jovens mergulhadores se divertem em embarcação no Arquipélago de Abrolhos, em dezembro de 1962. Era muito comum a presença de pessoas interessadas na pesca submarina nessa região¹⁴⁴.

Outro atrativo para mergulhadores fica a carga dos destroços das embarcações naufragadas na região dos abrolhos, algumas das quais, hoje, estão dentro dos limites do PARNAM dos Abrolhos e apesar de não serem inscritas nos Livros de Tombo constituem como uma referência histórica. As figuras 08 e 09 ilustram destroços desses naufrágios, do Navio Guadiana naufragado em 1885 e o Rosalina em 1955.



FIGURA 08: Desenho de Maurício Carvalho representando os destroços do Navio Guadiana, naufragado na região de Abrolhos. FONTE: SKAF¹⁴⁵ O navio tem 110 metros de comprimento e 12 metros de boca. O desenho apresenta as partes do navio e chapeirões em seu entorno.

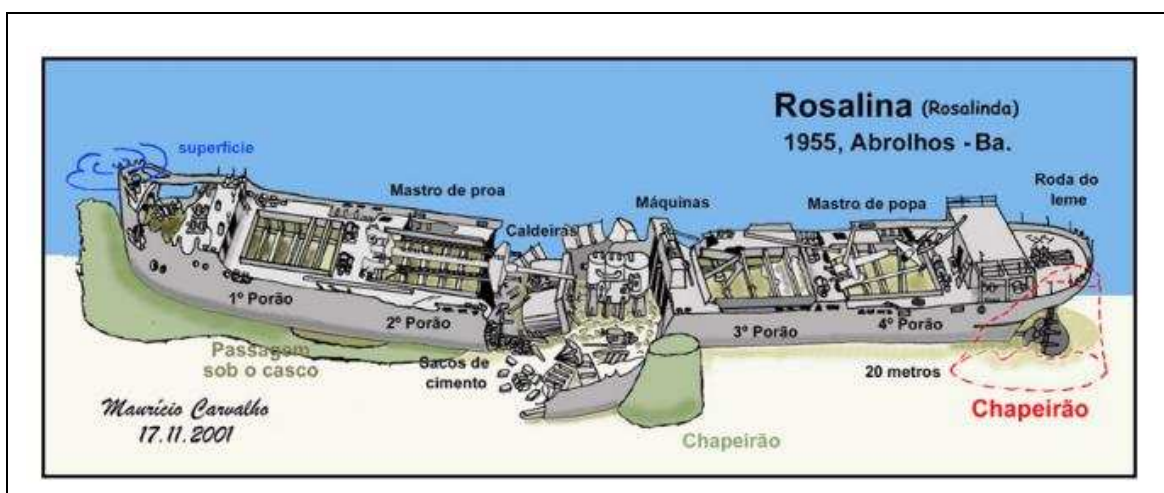


FIGURA 09: Desenho de Maurício Carvalho representando os destroços do Navio Rosalina, naufragado na região dos abrolhos. FONTE: SKAF¹⁴⁶ O navio mede 112 metros de comprimento e 13 metros de boca e é frequentado por mergulhadores autônomos.

¹⁴³ MEMÓRIA Roberto Marinho. Disponível em < www.robertomarinho.com.br > Acesso em 08 de setembro de 2015.

¹⁴⁴ WELLISCH, V. Novamente Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.02, 01 de dez. 1962.

¹⁴⁵ SKAF, Marcelo. *Estudo da capacidade de carga da área do Arquipélago dos Abrolhos*. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Ambiental Consultoria, 2005, p. 04.

¹⁴⁶ Idem, p.04.

O acesso de turistas a cidade de Caravelas, principal ponto de acesso ao Arquipélago de Abrolhos, contava à princípio, com a Estação Ferroviária Bahia a Minas, a Belga-Mineira, inaugurada em 1882, que ligava a cidade ao nordeste do Estado de Minas Gerais e mais tarde, em 1942, a cidade de Araçuaí, norte do Estado¹⁴⁷. Considerando, que o acesso rodoviário se tornou viável, apenas, após a construção da BR-101¹⁴⁸ em 1974, o trem foi durante muito tempo importante condução, inclusive para turistas. Contudo, para aqueles que vinham de Estados mais distantes, ou até mesmo de outros países, o acesso foi facilitado com a inauguração do Aeroporto das Conchas de Caravelas na década de 1940. De acordo com matéria do jornal local, O Samburá, o aeroporto “*está na memória do povo caravelense, que lembra os anos de grande movimentação na cidade, quando agitava a vida pacata dos moradores da região e ajudava muito a economia local*”¹⁴⁹, o que denota que a presença de turistas e mergulhadores na região de abrolhos é anterior a consolidação do Parque Marinho.

Além de voos nacionais, como os regulares ao Recife e ao Rio de Janeiro, o aeroporto contava ainda com voos internacionais, isso, devido ao objetivo inicial de sua construção, como mostra o Jornal O Samburá:

O Aeroporto como conhecido hoje em dia foi construído na década de 1940 pelos americanos em acordo com o Governo brasileiro, como o objetivo de atuar como base área militar das forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). [...]. Nesta época pousavam aqui aviões supersônicos e cargueiros¹⁵⁰.

Apesar de o objetivo ser fundamentalmente militar, o aeroporto foi, durante algum tempo, porta de entrada para muitos turistas e chegou a ter cinco companhias aéreas operando comercialmente. Entretanto, em 2007 o aeroporto foi interditado pelo Ministério da Aeronáutica, devido irregularidades em suas pistas¹⁵¹.

O número de visitantes no Parque de Abrolhos teve um considerável crescimento dos anos iniciais a sua criação a década de 1990, sofrendo significativo declínio entre 1998 a 2001, como mostra o Gráfico 02. Em razão disso deve-se considerar, contudo, que a abertura do Parque ao

¹⁴⁷ ESTAÇÕES Ferroviárias do Brasil. Ferrovia Bahia-Minas. Disponível em: <www.estacoesferroviarias.com.br> Acesso em 15 de setembro de 2015.

¹⁴⁸ “COM a abertura da Rodovia BR-101 ao Tráfego, a região sul da Bahia tornou-se, ao mesmo tempo, viável em termos industriais, turísticos, pesqueiros e madeireiros”. As estradas do progresso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 17, 03 de jul. 1974.

¹⁴⁹ AEROPORTO das Conchas de Caravelas, história e glória recuperados. *O Samburá*, Barra de Caravelas, Caravelas, p. 28, out. 2014.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Idem.

público ocorreu em 1989 e instituiu-se um limite máximo de 3mil pessoas ao ano¹⁵², o que foi discutido posteriormente e definido no Plano de Uso Público concluído em 2003, o qual, determinava a capacidade máxima de 82. 125(quantidade teórica) visitantes/ano¹⁵³, divididos por temporadas, “na alta temporada de janeiro e fevereiro, 150 a 225 usuários / dia; na média temporada de julho a dezembro, 52 a 128 usuários / dia; na baixa temporada dos demais meses, 27 a 67 usuários / dia”¹⁵⁴. O controle de turistas no Arquipélago ocorre, principalmente, devido aos possíveis impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes do demasiado fluxo turístico, como afirma o oceanógrafo e gestor do PARNAM dos Abrolhos entre os anos de 1997 a 2000 Marcelo Skaf:

Deve-se considerar que a presença do visitante numa área protegida, além de interferir na visitação de outros grupos, gera impactos sobre os recursos naturais do local. Estes impactos devem ser conhecidos e avaliados para que seja possível compatibilizar os objetivos do local visitado, sejam eles de conservação, recreação ou outros; e os anseios do visitante. Para tanto é importante conhecer o perfil do visitante, o uso que faz do local e os impactos que gera. Por meio destes dados é possível dar diretrizes para planejar com maior qualidade e acerto o uso público do local, realizando assim o manejo adequado dos recursos naturais e culturais disponíveis¹⁵⁵.

Nessa perspectiva, no ano de 1991 com a formulação do Plano de Manejo do Parque de Abrolhos, foi prevista a determinação da capacidade de carga nas ilhas para que não haja “comprometimento de seus recursos naturais e sem desfiguração de suas características cênicas”¹⁵⁶. A partir de então, foram permitidas quinze pessoas, por vez, nas ilhas que comportam o uso público, Redonda e Siriba, sendo que, cada grupo deve ser acompanhado por monitores do Parque.

No que tange as embarcações turísticas, a capacidade máxima nos limites do Parque, a considerar naus de médio porte, é de 15 barcos, distribuídos, por sua vez, entre o fundeadouro conhecido como Portinho, 10 embarcações, e o canal entre as ilhas Siriba e Redonda, 05

¹⁵² ROSSETTO, R. Ilhas de Abrolhos terão turismo controlado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C.1, 9 de jan. 1989.

¹⁵³ KROB, Alexandre José Diehl. *Plano de Uso Público para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/ Ministério do Meio Ambiente – MMA. Brasília (DF), 2003, p. 37.

¹⁵⁴ Idem, p. 82.

¹⁵⁵ SKAF, Marcelo. *Estudo da capacidade de carga da área do Arquipélago dos Abrolhos*. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Ambiental Consultoria, 2005, p.03.

¹⁵⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991, p. 53.

embarcações. Para a estabelecer a estimativa de usuário, segundo o Plano de Manejo do PARNAM dos Abrolhos, utilizou-se:

as médias mensais para apontamentos, conforme monitoramento do IBAMA nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001. Com base na distribuição de taxa de apontamento ao longo do ano foram estabelecidas as temporadas de ocupação, ou seja, alta temporada de janeiro a fevereiro, média temporada de julho a dezembro e baixa temporada de março a junho. Estabeleceu-se um máximo de lotação de 15 passageiros, um número mínimo de 10 passageiros para a alta temporada e um mínimo viável para a operação na baixa e média temporada de 6 passageiros. Realizou-se ajustes para mais nos períodos de média e baixa temporada (+ 1/3) devido ao deslocamento de público para este período decorrente da futura lotação do período de alta e a ampliação das visitas para a observação de baleias¹⁵⁷.

Com estudos realizados nos anos posteriores sobre a capacidade de carga no Arquipélago de Abrolhos foi possível constatar a necessidade de nova determinação quanto ao número de turistas seja na visitação bate-volta ou no pernoite. Assim, permaneceriam as 15 embarcações diárias (quantidade teórica), previsto no Plano de Manejo, mas, com grupos de no máximo 12 pessoas para cada condutor e, *“para passeios diários um limite de 9 grupos (cada um com 12 visitantes no máximo) para os atrativos Siriba, Trilha do Farol, mergulho de snorkel entre a Redonda e a Siriba”*¹⁵⁸. Porém, deve-se considerar, que pela distância da costa e os altos preços cobrados pelas empresas que realizam o passeio, que custam em média, hoje, R\$ 290, 00 por pessoa, o acesso ao Parque torna-se restrito, principalmente, para os moradores locais que vivem de atividades de pesca e mariscagem.

¹⁵⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991.

¹⁵⁸ SKAF, Marcelo. *Estudo da capacidade de carga da área do Arquipélago dos Abrolhos*. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Ambiental Consultoria, 2005, p.17.

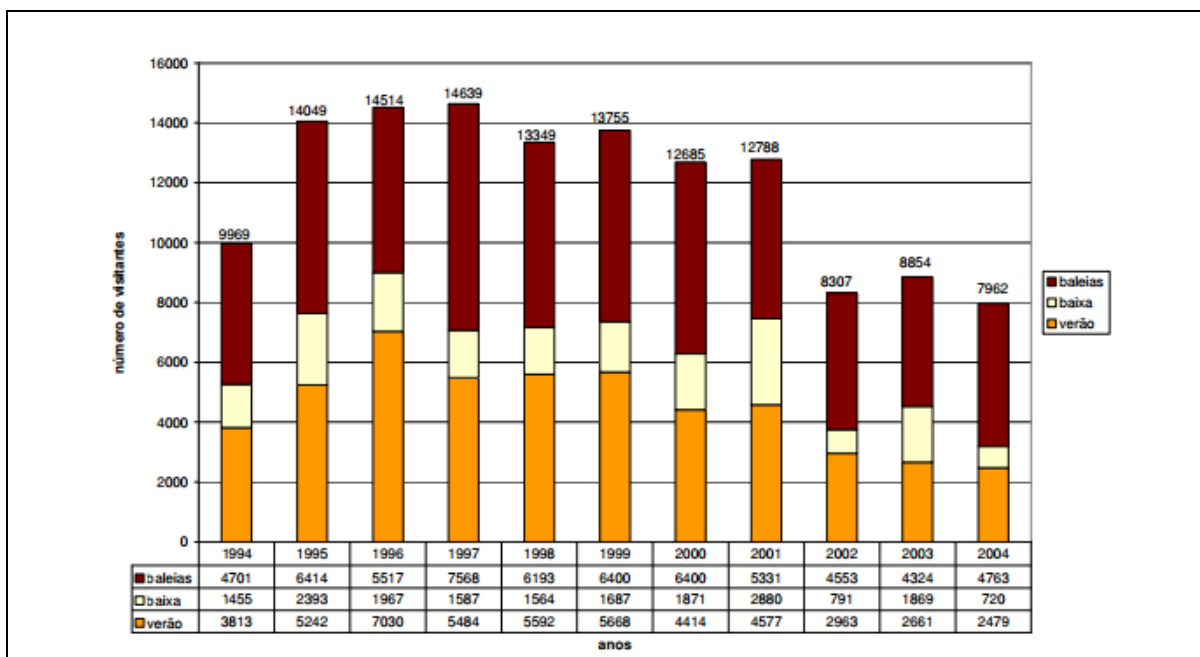


GRÁFICO 02: Visitação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, 1994 – 2004, por temporadas. FONTE: SKAF¹⁵⁹ O período com maior índice de visitação, é o de observação de baleias, que podem ocorrer entre os meses de junho a novembro. O ano de 1997 foi o ápice das visitas chegando a 14.639 ingressantes no parque. De 1998 a 2001, houve um período estabilidade alcançando por volta de 12.900 ingressos pagos. Sofrendo uma abrupta queda nos anos seguintes.

Os principais motivos que levaram ao declínio na visitação do Parque de Abrolhos nos anos de 2002 a 2004, segundo dados de entrevistas realizadas por Marcelo Skaf no ano de 2005, foram:

- Queda da qualidade nos passeios realizados, gerando uma insatisfação nos clientes e divulgação negativa de Abrolhos;
- Embarcações obsoletas;
- **Término dos voos da Pantanal para Caravelas, o que dificulta o acesso ao turista a região;**
- **Falência da Soletur;**
- Política de comissionamento das empresas locais (comissionamento de 10% enquanto que, no mercado turístico é de 20% a 30%)¹⁶⁰. (Grifo nosso)

A falência e fechamento de companhias aéreas que atuavam no Aeroporto das Conchas em Caravelas configuraram como importante fator no declínio no número de visitas no Parque de Abrolhos, considerando, a dificuldade de acesso à cidade. Assim, com a interdição do aeroporto local o desembarque aéreo mais próximo, até o ano de 2014, era o Porto Seguro a 270 km de distância, contudo, o transporte viário na região também deixa muito a desejar.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 17.

¹⁶⁰ Ibidem, p.17.

Entretanto, com a inauguração do aeroporto de Teixeira de Freitas a 77 km de Caravelas, conjectura-se um aumento no número de visitantes no PARNAM dos Abrolhos.

O ápice de visitação ao Parque de Abrolhos, em relação aos anos de 2007 a 2014, é o ano de 2009 com 5.144 visitas, o que pode ser atribuído segundo Skaf, entre outros fatores, “*a intensificação do conceito ‘costa das baleias’[...] aumento da divulgação dos Parques Nacionais pela Embratur*¹⁶¹”¹⁶², o que caracteriza, não apenas uma divulgação da região costeira do Sul da Bahia, mas, a promoção de atividades recreativas e turísticas do Parque e estímulo ao ecoturismo, preocupação do governo que sabe que apesar do potencial turístico ambiental do Brasil, “*a realidade nega esse pressuposto, visto que o país não está (pelo menos até hoje) entre os principais destinos do turismo mundial*”¹⁶³.



GRÁFICO 03: Número de visitas feitas ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos nos anos de 2007 a 2014. FONTE: Centro de visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. O Gráfico escabele o número de visitas, considerando o número de visitantes no Parque vezes a quantidade de dias da visitados. No ano de 2009 foram feitas 5.144 visitas ao Parque, o maior número entre os anos em questão. No ano seguinte o Parque teve o pior índice de visitação, formam apenas 3.819 visitas. Entre os anos de 2011 a 2014, um pequeno aumento e manteve a média de 4.054 a 4.560 visitas.

¹⁶¹ Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur.

¹⁶² SKAF, Marcelo. *Estudo da capacidade de carga da área do Arquipélago dos Abrolhos*. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Ambiental Consultoria, 2005, p.10.

¹⁶³ SANSELO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2007, p.48.

Apesar da íngreme queda na visitação ano de 2010 (3.819 visitas), de acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, a partir, de dados concedidos pelo ICMBio, o Parque de Abrolhos registrou um crescimento de 86%¹⁶⁴ na visitação no ano de 2014 e otimiza um crescimento ainda maior, isso devido a mudanças previstas na região que facilitará o acesso à cidade de Caravelas, como afirmava o então gestor do Parque, Ricardo Jerozolimski, em entrevista à Secretaria do Meio Ambiente no ano de 2015:

Temos boas perspectivas no médio prazo, como a reforma do aeroporto de Caravelas e Teixeira de Freitas e o asfaltamento da rodovia BR 418, no trecho que liga Caravelas ao Espírito Santo e Minas Gerais. Além disso, placas de sinalização indicando o parque estão sendo instaladas ao longo das estradas da região¹⁶⁵.

Espera-se que o crescimento no número de turistas nessa UC aconteça nos próximos anos, com o trabalho de divulgação do Parque e a conclusão das obras na BR 418 ligando Caravelas aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além, do aeroporto na cidade de Teixeira de Freitas com voos à Belo Horizonte e Salvador.

A visitação no Parque de Abrolhos tem como ponto alto os meses nos quais podem ser observadas as baleias, que chegam entre os meses de junho e julho, as quais permanecem na região para o acasalamento até os meses de outubro a novembro, o que pode variar (desde a chegada dos primeiros grupos de baleias na região para o acasalamento e reprodução à migração de volta à Antártica) a cada ano. Entretanto, apesar da procura para o avistamento de baleias, o turista deve contar com possível mal tempo (o que não caracteriza todo o período) devido à estação das chuvas.

¹⁶⁴ BRASIL. Parque de Abrolhos (BA) registra crescimento de 86% na visitação. *Secretaria de Meio Ambiente*. Abr. 2014. Disponível em: <www.brasil.gov.br/meioambiente>Acesso em 01 de outubro de 2015.

¹⁶⁵ Idem.

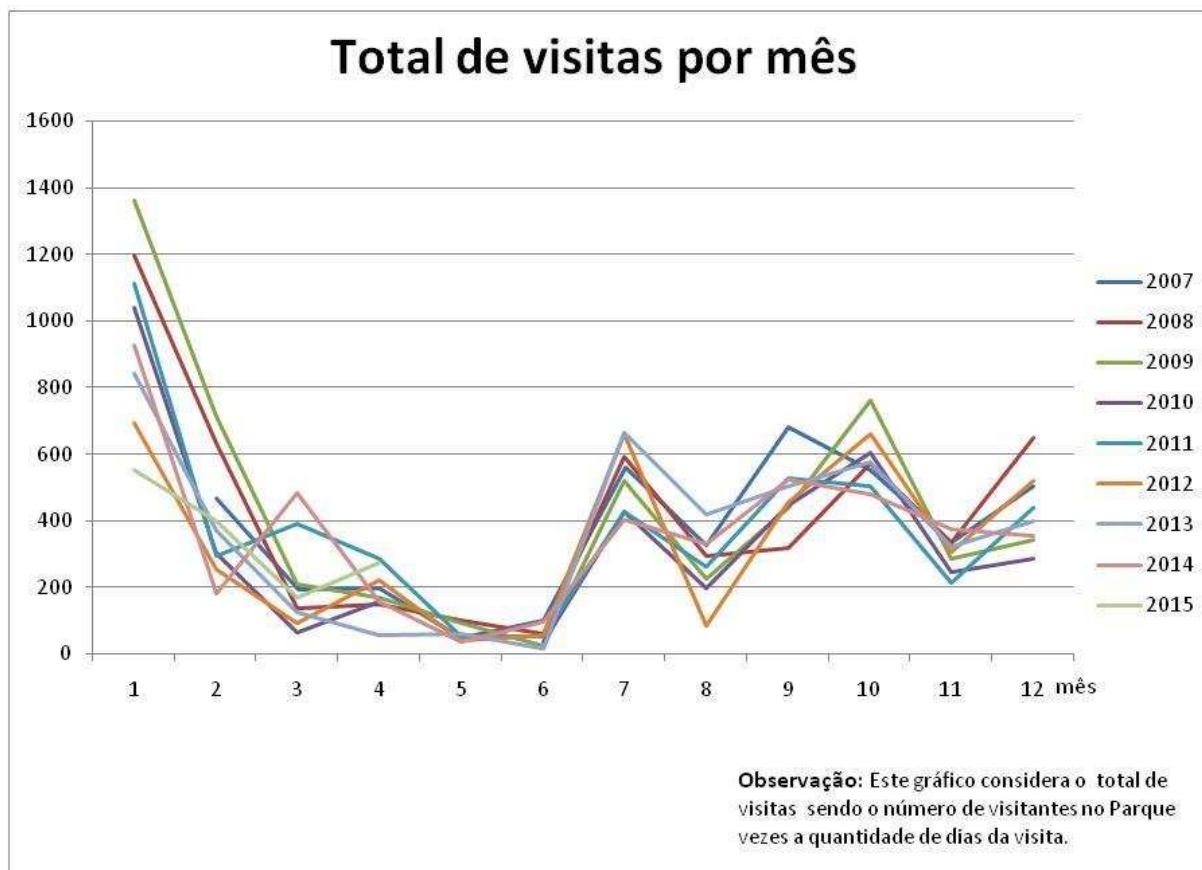


GRÁFICO 04: Total de visitas por mês. FONTE: Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. O Gráfico mostra o número de visitas, considerando o número de visitantes vezes a quantidade de dias da visita, nos meses de janeiro a dezembro dos anos de 2007 a 2015. Os meses de maior concentração de visitas correspondem ao período de verão, janeiro e fevereiro, e temporada de baleias, de junho a novembro. Janeiro foi o mês de maior procura de visitantes mesmo nos anos que apontam um declínio na visitação.

Durante o verão é bem comum à presença de turistas no Arquipélago dos Abrolhos, como apresenta o Gráfico 04, devido ao período de férias escolares, o que facilita a viagem de muitas famílias, além, da visibilidade das águas do oceano propícias ao mergulho. Assim, os meses de janeiro e fevereiro são de intenso movimento, pois, estão em um período de tempo aberto favorável à navegação.

De acordo com informações do Centro de Visitantes do PARNAM dos Abrolhos, os passeios turísticos são realizados por empresas da região que disponibilizam passeios diários, bate-volta, e o pernoite que varia de 02 a 03 noites e as acomodações são na própria embarcação. A viagem tem em média a duração de 3 horas e meia e as atividades oferecidas aos visitantes são observação de baleias (na temporada de julho a novembro), passeios em trilhas nas ilhas Siriba e Redonda (esta última para o pernoite), observação de pássaros, mergulho livre com *snorkeling* e o mergulho autônomo.

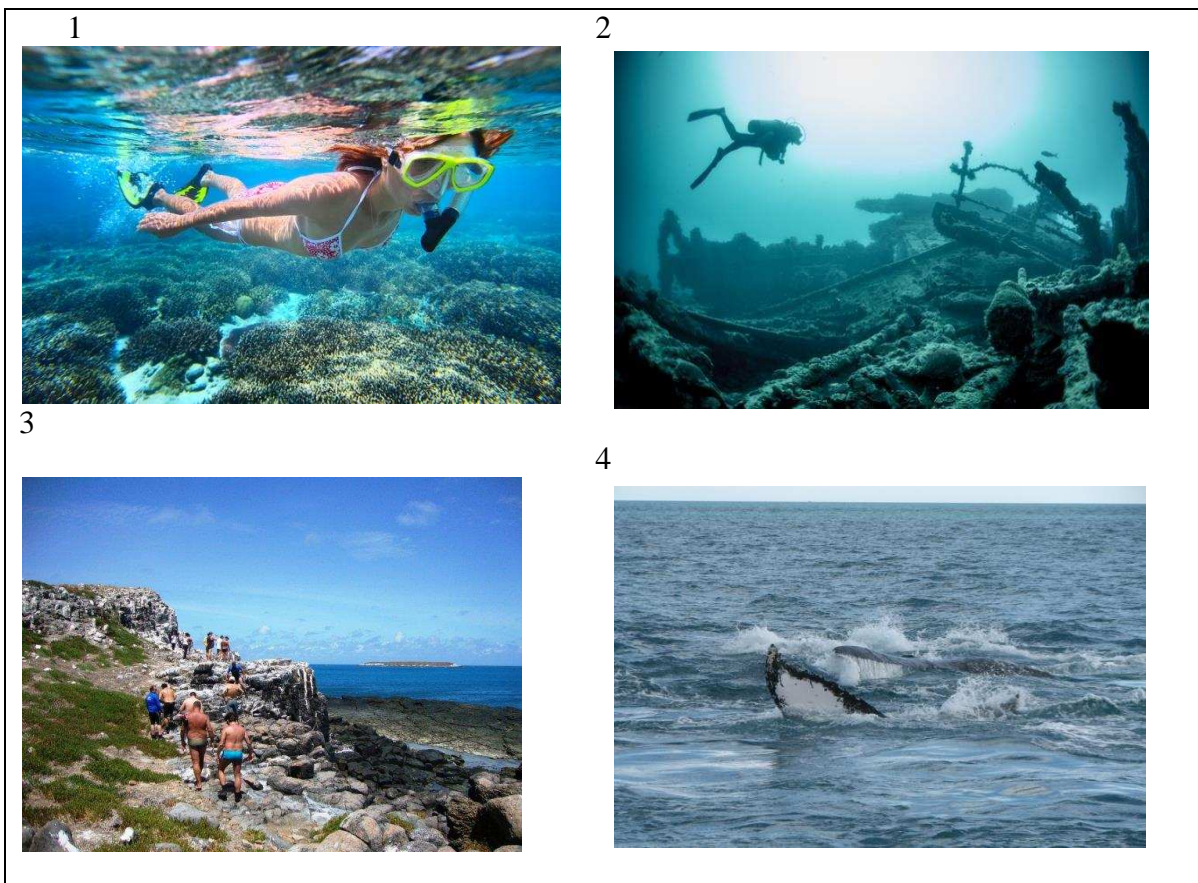


FIGURA 10: Atividades oferecidas aos turistas no Arquipélago de Abrolhos. FONTE: Imagem 1- Geraldton Heights¹⁶⁶. Turista pratica mergulho com snorkeling em meio aos recifes de corais. Imagem 2- Narwhal¹⁶⁷. Turista em mergulho autônomo com cilindro nos destroços de uma embarcação naufragada. Imagem 3- Parque Nacional Marinho dos Abrolhos¹⁶⁸. Turistas em caminhada monitorada na ilha Siriba. Imagem 4- Acervo pessoal. Coreografia de baleias Jubarte.

O desafio enfrentado, entretanto, tem sido o controle das embarcações turísticas na região dos Abrolhos. Foi proposto a concessão de embarcações turísticas pelo ICMBio, as quais deveriam atender a uma série de exigências que garantiriam a segurança e qualidade dos passeios. Mas, como as empresas em licitação não tiveram condições de se adequarem aos padrões de qualidade e segurança nos serviços, impostos pelo órgão vigente, não houve concessão, o que não impediu a realização dos passeios.

A proposta de concessão de passeios ao Arquipélago de Abrolhos foi feita a partir de estudos de viabilidade econômico-financeira, o qual analisou a demanda turística e os serviços oferecidos por empresas que já operavam na região. Partindo da premissa que, segundo Fernanda Alvarenga e Leonardo Flech que desenvolveram o estudo de viabilidade econômico-financeira para a concessão de passeios ao PARNAM dos Abrolhos, “o Estado delega sua prestação

¹⁶⁶ Disponível em:<www.geraldtonheights.com.au> Acesso em 30 de setembro de 2015.

¹⁶⁷ Disponível em:<www.narwhal.com.br> Acesso em 30 de setembro de 2015.

¹⁶⁸ Disponível em:<www.icmbio.gov.br> Acesso em 30 de setembro de 2015.

a uma pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco e prazo determinado”¹⁶⁹, como previsto na Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, desta forma, é necessário que sejam regulamentadas e viáveis financeiramente.

O estudo verificou, ainda, que o declínio do fluxo turístico a partir do ano de 1998 (ver Gráfico 02), atribui-se parte da queda as péssimas condições das embarcações e serviços oferecidos, o que causou uma impressão negativa junto aos turistas¹⁷⁰. Portanto, foi proposta a regulamentação dos serviços por meio de concessão, com investimento pré-operacional - além, dos itens básicos para segurança e conforto, eram previstas embarcações com o fundo de vidro para observar os recifes de corais - previsto em R\$ 609.565, viável, segundo o estudo¹⁷¹, mas, inconcebível, as empresas de embarcações turísticas da região. A este feito, é possível observar que as regras impostas para a regulamentação das embarcações turísticas previam um alto investimento para manter não apenas a segurança dos turistas, mas oferecer conforto durante as visitas. Porém, as empresas não tinham condições orçamentária para cumprir as mudanças, assim, para que os passeios continuassem a acontecer, já que as empresas não foram legalmente licenciadas, a direção do Parque procura exigir, no mínimo, padrões de segurança nas embarcações e serviços prestados aos turistas.

...

Como foi possível observar ao longo do Capítulo 1, a preocupação com a degradação ambiental na região dos Abrolhos acarretada pela pesca predatória e a retirada de recifes de corais, levou a implantação de uma UC integral que caracterizou o primeiro parque marinho da

¹⁶⁹ ALVARENGA, Fernanda R. P; FLECH, C. Leonardo. *Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do Contrato de Concessão de Passeios no Parque Nacional Marinho de Abrolhos – BA*. Conservação Estratégica, 2011, p. 07.

¹⁷⁰ Idem, p. 10 e 11.

¹⁷¹ Idem, p.23 e 28.

América do Sul. A criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos constituía a patrimonialização da natureza com o objetivo de promover integração do meio ambiente com as ações humanas. Embora seu processo de consolidação indique reconhecimento do ponto de vista institucional, não houve uma atuação das comunidades circunvizinhas, o que comprometeu o reconhecimento desse Patrimônio Natural pelas populações locais.

CAPÍTULO 2. Abra os olhos! Conflitos socioambientais e disputa pela hegemonia no Banco dos Abrolhos

As viagens à natureza podem ter motivações diversas. Enquanto muitos especialistas se dedicam a definir, medir, perceber, conhecer a natureza, outros, dentre os quais eu me incluo, buscam compreender as viagens, suas origens, seus interesses, seus percursos e deslocamentos que consolidam trajetos, roteiros, povoando de objetos os lugares inóspitos, domesticando a natureza para observá-la, experimentá-la e conhece-la, também, de outro modo. Ambos encontram na paisagem natural um recurso à reflexão, não só sobre ela mesma, mas sobre a sociedade em que vivemos, suas motivações, suas representações e seus interesses.

Maria Tereza Paes-Luchiari, Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território, 2007.

Este capítulo trata dos conflitos políticos e entraves econômicos relacionados à disputa territorial e usufruto dos recursos naturais vinculados ao Banco dos Abrolhos e suas reservas naturais, bem como faz um breve histórico da cidade de Caravelas.

2.1. “A Princesa de Abrolhos”¹⁷². Breve histórico de Caravelas/Bahia

Caravelas é um dos mais antigos municípios do Brasil. Próxima à Costa do Descobrimento na Bahia, recebeu a visita do navegador Américo Vespucci em 1503, o qual fundara uma feitoria, antes de partir para Portugal, com 24 homens e 12 peças de artilharia. Contudo, acredita-se que estes foram vencidos por índios tupiniquins que viviam na região, extinguindo a pequena feitoria. Assim, como o Brasil fora dividido em Capitânicas Hereditárias, as terras que hoje constituem o município de Caravelas, pertenciam a Capitania de Porto Seguro, concedida a Pero Campos Tourinho, seu primeiro donatário, em Carta-Régia de 27 de maio de 1534¹⁷³.

Antes mesmo de se tornar um povoado, a região de Caravelas tornou-se conhecida devido a naufrágios que ocorreram próximo a sua costa, como a da embarcação que estava o padre José de Anchieta, que saiu de Salvador com destino a São Vicente, mas naufragara na altura dos Abrolhos devido ao mal tempo¹⁷⁴. Acredita-se, que após sobreviver ao desastre marinho, o

¹⁷² “Na costa da Baleia, ela é a “princesa de Abrolhos”. Caravelas, porta de entrada para o Parque, mas também um encantador sítio turístico, com seu casario colonial e de sossegado viver. Pelas ruas estreitas, nos vitrais das janelas, nas sacadas dos sobradinhos, no azulejado de Macau, passa um pedaço da história do Brasil”. ARAÚJO, Ariadne. *Princesa dos Abrolhos*. Disponível em: <www.opovo.com.br> Acesso em 10 de setembro de 2015.

¹⁷³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA BIBLIOTECA DO IBGE. *Histórico do atual município de Caravelas*. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em 02 de setembro de 2015.

¹⁷⁴ RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas: Desde o século XVI*. Fundação Professor Ralile. Caravelas, BA: 2006, p. 15.

padre, “milagrosamente chegou em terras do Pontal do Sul, onde batizou uma velha indígena moribunda”¹⁷⁵.

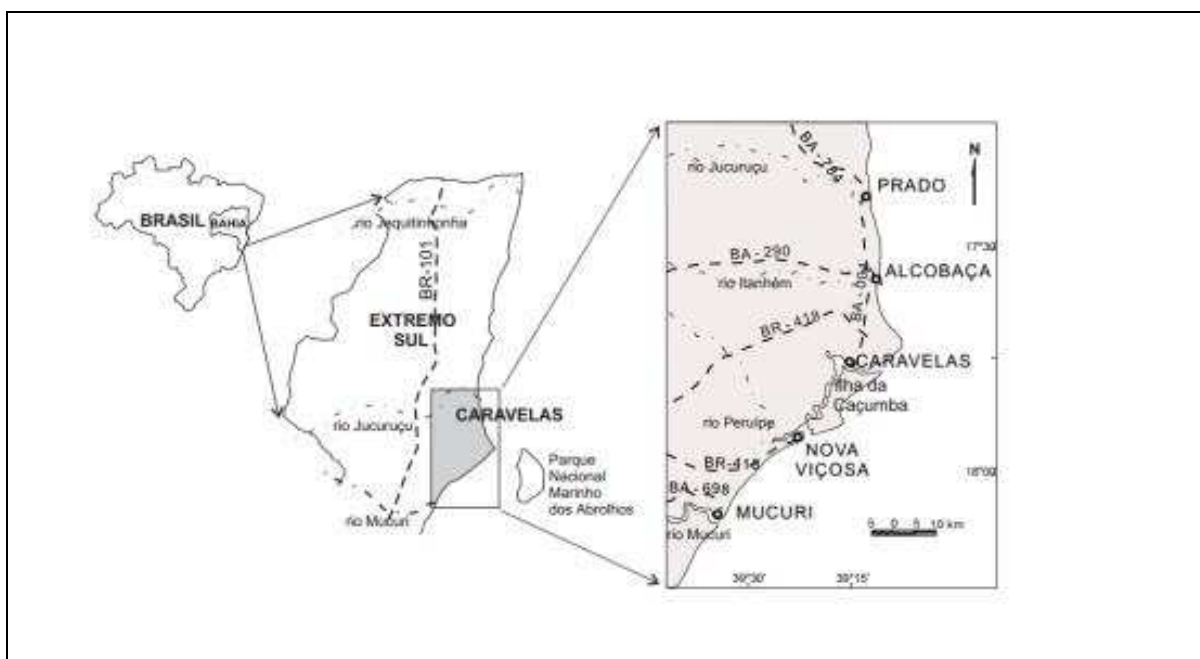


FIGURA 11: Localização da cidade de Caravelas, Bahia. FONTE: Andrade e Dominguez, 2002¹⁷⁶. Localização da cidade de Caravelas no contexto nacional e regional.

Com as primeiras expedições para adentrar no interior do Brasil em busca de metais preciosos, muitas bandeiras contornaram o litoral dando início a uma nova fase da colonização. Uma dessas bandeiras foi a do espanhol Francisco Bruzza Espinoza, primeiro bandeirante a chegar à região da atual cidade de Caravelas, seguido de Sebastião Fernandes Tourinho, em 1572, porém, nenhum povoado, ali, fora fundado¹⁷⁷.

Foi somente em 1581 que um pequeno povoado foi erguido, por intermédio, acredita-se, de um padre francês, pertencente à expedição de Manuel de Nóbrega, o qual fundara a pequena igreja de Santo Antônio do Campo dos Coqueiros¹⁷⁸. Pouco tempo depois, os moradores da nova aldeia a abandonaram, o que não durou muito tempo, pois em 1610, o então Governador-

¹⁷⁵ RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas*: Desde o século XVI. Fundação Professor Ralile. Caravelas, BA: 2006, p. 15.

¹⁷⁶ ANDRADE E DOMINGUEZ, 2002 apud SOUZA, Sírius Oliveira; SOUZA, George Taylor; REIS, Lincoln dos Santos. A Ferrovia do Adeus: um estudo sobre a estrada de ferro Bahia - Minas gerais (Brasil). *Observatório Geográfico da América Latina*. Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx> Acesso em 29 de setembro de 2015.

¹⁷⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em 02 de setembro de 2015.

¹⁷⁸ Idem.

Geral do Brasil, D. Diogo Menezes, ordenou o retorno destes a suas residências. A partir de então, foi efetivamente consolidado o povoado¹⁷⁹.

Em 1700 D. João de Lencastre tornou a pequena região costeira em uma vila que recebeu o nome de Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas, o que foi outorgado por Ato em 1701 por D. Pedro II¹⁸⁰. Já em 1755, a Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas abrangia um amplo território que se estendia pelo sul do litoral e abarcava os atuais municípios de Mucuri e Conceição da Barra no Espírito Santo. Com isso, em 18 de janeiro do mesmo ano, ela foi elevada à categoria de freguesia eclesiástica¹⁸¹.

A Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas, vinculada à comarca de Porto Seguro, crescia e consolidava seu Conselho Administrativo, recebendo ainda, investimentos do Governo para ampliação de suas obras e aberturas de novas estradas pelo interior, o que rendeu a vila o título de “*novo centro civilizado*”¹⁸². Entretanto, foi somente em 1855, através da Lei 521, de 23 de abril, assinada por João Maurício Wanderley, na época, 1º Ministro do Império e na sequência nomeado Barão de Cotegipe, que a vila recebeu o título Constitucional Cidade de Caravelas¹⁸³.

Deste modo, Caravelas carrega em seus casarões a imagem do período colonial, com arquitetura de estilo barroco influenciado pelos jesuítas portugueses do século XVI¹⁸⁴. Ao lado de Porto Seguro, já foi considerada a mais importante cidade do extremo sul baiano. Título que representava seu desenvolvimento em meados do século XIX, sobretudo, pelo cultivo do café por uma elite escravocrata. Além do café, o movimento no porto local e a ferrovia Bahia-Minas também contribuíram para o seu crescimento econômico¹⁸⁵.

Assim, nesse período, a cidade de Caravelas configura como importante cenário da história brasileira. Nos anos iniciais a colonização sua economia se baseava no extrativismo predatório

¹⁷⁹FUNDAÇÃO Professor Ralile. *De cantos e encantos*. Disponível em: <www.fundacaoralile.blogspot.com.br> Acesso em 03 de setembro de 2015.

¹⁸⁰Ibidem.

¹⁸¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em 02 de setembro de 2015.

¹⁸² RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas*: Desde o século XVI. Fundação Professor Ralile. Caravelas, BA: 2006, p. 21.

¹⁸³INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em 02 de setembro de 2015.

¹⁸⁴ ALMY, S. Casarões antigos são obras de arte da arquitetura colonial. *O Timoneiro*, Caravelas, p.16, jul. /ago. 2009.

¹⁸⁵ RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas*: Desde o século XVI. Fundação Professor Ralile. Caravelas, BA: 2006,16.

do pau-brasil¹⁸⁶. Com o declínio da atividade de extração dessa madeira, a economia foi marcada por ciclos, com “*diferentes atividades associadas aos diferentes produtos – açúcar, baleia, café, madeira, gado [...]*”¹⁸⁷, e determinavam a principal base econômica de cada período, entretanto, paralelamente, a pequena agricultura familiar e a pesca artesanal, presentes desde a formação do pequeno vilarejo fornecia subsídios para o comércio local.

A produção de café em Caravelas ganhava destaque na região, segundo a historiadora Alane Fraga Carmo, “*principalmente por causa da Colônia Leopoldina que se destacava como centro produtor e exportador de café. Seus cafezais exportaram em 1839 o total de 36.277 arrobas de café*”¹⁸⁸. A colônia Leopoldina formada inicialmente por suíços, alemães e franceses, estava localizada na Vila Viçosa, atual município de Nova Viçosa, e pertencia à comarca de Caravelas¹⁸⁹, possuía, portanto, significativo contingente escravo, única mão de obra nas lavouras. Assim, a produção das colônias era transportada, através do lombo de animais, até Caravelas onde as embarcava no porto rumo ao Rio de Janeiro¹⁹⁰.

Dos produtos apresentados no contexto de desenvolvimento econômico de Caravelas, que por sua vez, também, marcavam a devastação dos recursos naturais da região, cabe mencionar, mesmo que de forma simplória, a caça às baleias. Aderida no início do século XVII, segundo Carmo, “*foi uma importante atividade econômica na região que dinamizou significativamente a economia da cidade*”¹⁹¹, que além do valor comercial da carne, lucrava com a extração do óleo do toucinho da baleia. Para o cientista social Omar Souza Nicolau:

Tanto a caça como o processamento do óleo de baleia, apesar de rudimentar, constituíam-se num complexo de atividades em que cada um era responsável por uma função específica. Os caçadores eram bastante respeitados e considerados heróis, revelando uma atividade nobre e rica em simbolismos. Muitos trabalhadores vinham de distantes localidades para a “carnagem” das baleias capturadas. Quase tudo da baleia era aproveitado, apesar de sua carne não ser consumida pela população local¹⁹².

¹⁸⁶ NICOLAU, Omar Souza. *Ambientalismo e carcinicultura: disputa de “verdades” e conflito social no extremo sul da Bahia*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2006, p. 30.

¹⁸⁷ Idem, p. 33.

¹⁸⁸ CARMO, Alane Fraga. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888*. / Alane Fraga do Carmo- Salvador, 2010. Dissertação (mestrado) – UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-graduação em História social, 2010, p. 37.

¹⁸⁹ Idem, p. 22.

¹⁹⁰ Idem, p. 40.

¹⁹¹ NICOLAU, Omar Souza. *Ambientalismo e carcinicultura: disputa de “verdades” e conflito social no extremo sul da Bahia*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2006, p. 37.

¹⁹² Idem, p. 38.

Assim a carne da baleia era exportada e considerada uma iguaria, inclusive na corte portuguesa. Quanto ao óleo, era utilizado para diversas finalidades, a mais comum, era a iluminação, que antes do querosene, constituía como importante combustível de lâmpões nas cidades litorâneas¹⁹³.



FIGURA 12: Exposição de ossos de baleias. FONTE: Imagem 01: Foto: Bia viagem ambiental¹⁹⁴. Antigo “Museu da Baleia” a céu aberto na praia Grauçá em Caravelas, mostrava resquícios da devastação causada pela caça à baleia. Imagem 02 e 03: Acervo pessoal. Exposição de ossos de baleias na Casa 02. A Casa 02 fica no Centro de Visitantes do PARNAM dos Abrolhos e é gerida pelo Instituto Baleia Jubarte. Além, da exposição de ossos de baleias é possível observar, também, ossos de botos. A casa também é utilizada como laboratório para a realização de necropsia de botos e baleias que são encontrados mortos no litoral de Caravelas e região.

2.1.1 A chegada do “progresso”

Durante muito tempo, Caravelas foi considerada um dos mais importantes polos econômicos da região, isso devido à construção da ferrovia que ligava a cidade ao Estado de Minas Gerais no final do século XIX. Inaugurada em 1881, a estrada de ferro ia de Ponta da Areia em Caravelas, marco zero, a Araçuaí, destino final¹⁹⁵. A conexão de Minas Gerais à

¹⁹³ COMERLATO, Fabiana. A baleia como recurso energético no Brasil. *Anais do Simpósio de História Ambiental e Migrações*. Florianópolis, SC. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Setembro de 2010, p. 1131.

¹⁹⁴ Disponível em: <www.biaviagemambiental.blogspot.co.br> Acesso em 29 de outubro de 2015.

¹⁹⁵ PONTA da Areia, município de Caravelas, BA. *Estações Ferroviárias*. Disponível em: <www.estacoesferroviarias.com.br> Acesso em 04 de setembro de 2015.

Assim, o cotidiano dos moradores da pacata cidade de Caravelas fora moldado a partir dos novos paradigmas, segundo os geógrafos Sírius Oliveira Souza, George Taylor Souza e Lincoln dos Santos Reis, impostos pelo crescente capitalismo, no ritmo da “maria-fumaça” e nos trilhos que traziam o progresso e “*como todas as estradas de ferro na Bahia, ela estava direcionada para a comercialização de riquezas das áreas interioranas em direção aos portos do litoral*”¹⁹⁹.

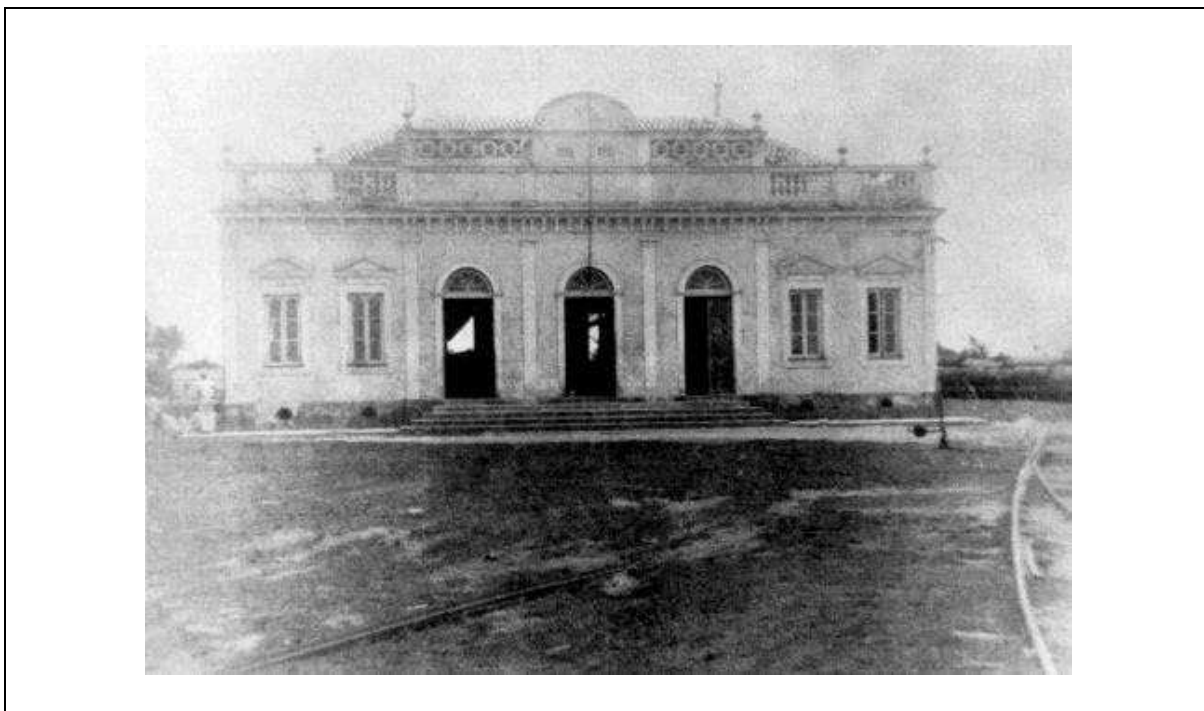


FIGURA 14: Antiga Estação Ferroviária em Ponta da Areia, Caravelas. FONTE: Estações Ferroviárias do Brasil²⁰⁰.

Contudo, no ano de 1966 Estação Ferroviária Bahia-Minas (E.F.B.M.) encerrou suas atividades, o que provocou prejuízos àqueles que tinham nas locomotivas um meio de percorrer com seus produtos, caso dos pequenos lavradores que viviam próximos à linha férrea. Para o professor Benedito Ralile, as causas para a extinção da ferrovia foram:

Desmatamento das margens sem a preocupação do plantio; Abertura da Rodovia Rio Bahia, e outras rodovias; A madeira bruta passou a ser trazida de longas distâncias em veículos motorizados aumentando-lhes o custo; A falta de manutenção e recuperação das locomotivas, pranchas, vagões, etc.; O

¹⁹⁹ SOUZA, Sírius Oliveira; SOUZA, George Taylor; REIS, Lincoln dos Santos. *A Ferrovia do Adeus: um estudo sobre a estrada de ferro Bahia - Minas gerais (Brasil)* [Pdf]. Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx> Acesso em 29 de setembro de 2015.

²⁰⁰ ESTAÇÕES Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <www.estacoesferroviarias.com.br> Acesso em 15 de setembro de 2015.

encarecimento do frete devido ao combustível gasto, em alta escala, pelas locomotivas; O fechamento das grandes serrarias²⁰¹.

Com isso, a economia local sofreu forte colapso, pois, com a interdição da ferrovia, conseqüentemente, houve a paralisação do porto e das atividades ligadas ao seu funcionamento. De fato, a desativação da E.F.B.M. foi reflexo da crise global de 1929, que, segundo Sírius Oliveira Souza, George Taylor Souza e Lincoln dos Santos Reis, “*veio a desarticular as atividades cafeeiras e, como consequência, diminuiu o ritmo dos transportes ferroviários, reduzindo também a demanda de madeira como combustível*”²⁰². Nas palavras do jornalista Gustavo Wenerck:

Bahia ainda se escrevia sem “h”, Araçuaí tinha dois “s” e a esperança andava nos trilhos para garantir a integração regional. Foi nos tempos imperiais, sete anos antes da Proclamação da República, que começaram a circular os trens em direção a um porto no Oceano Atlântico. A Estrada de Ferro Bahia e Minas estava a todo vapor para transportar madeira e café, fomentar o comércio, tornar rápidas as viagens e acelerar o desenvolvimento. Mas a história durou pouco mais de oito décadas, deixou saudades na população e hoje é um fantasma na paisagem dos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Estações foram abandonadas, dormentes arrancados deram espaço a estradas vicinais e uma página da história descarrilou. A maria-fumaça deu seu último apito em 1966²⁰³.

Assim, com o último apito da maria-fumaça muitas cidades que margeavam as linhas férreas da Bahia - Minas enfrentaram problemas, sobretudo econômico, que dificultaram o seu crescimento, ou mesmo levaram a uma estagnação em meio ao tempo, o que, de sobremodo, não foi diferente em Caravelas, que sofreu diretamente a desativação da E.F.B.M., principalmente, por sua localização e isolamento geográfico.

Já na segunda metade do século XX, com a extinção da E.F.B.M., restou junto aos trilhos abandonados, uma enorme devastação na Mata Atlântica que a margeava, resultado da exportação de madeira, principalmente, ao Estado de Minas Gerais. Na década de 1960 a região foi dinamizada com as ampliações na BR-5 que ligava a Bahia ao Espírito Santo, e a construção da BR-101, o que promoveu uma nova configuração na economia local, e consagrou outros centros urbanos, como declara os pesquisadores Amorim; Oliveira, 2006:

²⁰¹ RALILE, Benedito de Souza. *Relatos Históricos de Caravelas*: Desde o século XVI. Fundação Professor Ralile. Caravelas, BA: 2006, p. 62.

²⁰² SOUZA, Sírius Oliveira; SOUZA, George Taylor; REIS, Lincoln dos Santos. *A Ferrovia do Adeus: um estudo sobre a estrada de ferro Bahia - Minas gerais (Brasil)*. Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx> Acesso em 29 de setembro de 2015.

²⁰³ DUTRA, Paulo César. Mar dos mineiros. *Folha Diária*. 08 de set. 2015. Disponível em: <www.folhadiaria.com.br> Acesso em 01 de outubro de 2015.

Na área cortada pela rodovia, ocorreu o surgimento e o rápido crescimento de diversas localidades fora da faixa litorânea, como os povoados de Eunápolis e Teixeira de Freitas, que a partir de 1970 tornaram-se os maiores centros urbanos da região, rivalizando em importância econômica e porte demográfico com cidades de regiões vizinhas, assim como propiciaram o adensamento de pequenos núcleos interioranos já existentes, a exemplo de Itamarajú. Observa-se entre que a ocupação acelerada da região acentuou o desmatamento²⁰⁴

Como é possível observar, houve significativo crescimento das cidades às margens da BR-101, a exemplo de Teixeira de Freitas a 77 km de Caravelas. Desta forma, a economia regional passou por intensas transformações, que por sua vez, promoveu aumento demográfico nos novos centros urbanos e divisão territorial²⁰⁵. Houve ainda, forte imigração, principalmente, do Estado do Espírito Santo, daqueles que foram atraídos pelas perspectivas de bons negócios na área comercial, agrícola e pecuária, além, do contínuo comércio de madeira nativa²⁰⁶.

Assim, o crescimento demográfico da região do extremo sul da Bahia, entre os anos de 1970 a 2000 (Tabela01), apresentou um acelerado processo de ocupação das áreas urbanas, sobretudo, nos municípios cortados pela BR-101. É notório, que esses anos representam uma transformação na territorialidade, acomodando o hibridismo cultural, característico das intensas imigrações decorrentes desse período.

Entretanto, o crescimento de novos centros urbanos e a aceleração demográfica, proporcionaram um aumento na destruição da Mata Atlântica na região, apesar, da retirada de madeira de lei já ser caracterizada desde o período da colonização portuguesa. Neste feito, para os geógrafos Raul Reis Amorim e Regina Célia de Oliveira, na segunda metade do século XX a “*exploração da madeira representou a devastação de significativas áreas de Mata Atlântica e substituição pela pastagem e área de uso agrícola*”²⁰⁷.

²⁰⁴ AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, V.8 N° 22, p. 18-37, p.27. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia> Acesso em 19 de novembro de 2015.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ JORNAL Alerta. *Documentário dos 23 anos de Teixeira de Freitas*. Teixeira de Freitas: [S.N], [S.D], N°88-A.

²⁰⁷ AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, V.8 N° 22, p. 18-37, p.27. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia> Acesso em 19 de novembro de 2015.

TABELA 01: Evolução demográfica da região do extremo sul da Bahia entre os anos de 1970 e 2000

Município	1970			1980 (1)		
	T	U	R	T	U	R
Alcobaça	32.323	4.018	28.305	11.672	3.533	8.139
Belmonte	21.070	8.126	12.944	22.549	9.953	12.596
Caravelas (3)	26.027	6.609	19.418	20.443	7.089	13.354
Eunápolis (2)	-	-	-	48.748	407	48.341
Guaratinga	33.118	3.720	29.398	30.442	7.170	23.272
Ibirapóá	-	-	-	9.804	3.420	6.384
Itabela	-	-	-	24.959	0	24.959
Itagimirim	10.811	3.453	7.358	7.887	3.799	4.088
Itamaraju (3)	63.938	12.050	51.888	60.937	31.947	28.990
Itanhém	34.745	13.164	21.581	27.679	10.857	16.822
Itapebi	13.786	3.487	10.299	11.063	4.610	6.453
Jucuruçu (2)	-	-	-	16.745	1.104	15.641
Lajedão	7.092	1.734	5.358	4.682	1.970	2.712
Medeiros Neto	29.336	14.571	14.765	27.452	14.691	12.761
Mucuri	16.766	2.262	14.504	15.143	2.842	12.301
Nova Viçosa	17.073	3.807	13.266	18.587	6.091	12.496
Porto Seguro (3)	33.108	3.588	29.520	14.419	5.742	8.677
Prado (3)	31.210	5.145	26.065	15.722	6.156	9.566
Santa Cruz Cabrália (3)	27.171	1.761	25.410	7.557	1.138	6.419
Teixeira de Freitas	-	-	-	49.269	1.023	48.246
Vereda (2)	-	-	-	10.721	757	9.964
TOTAL	397.574	87.495	310.079	456.480	124.299	332.181

Município	1991			2000		
	T	U	R	T	U	R
Alcobaça	15.410	5.464	9.946	20.900	7.446	13.454
Belmonte	22.070	10.860	11.210	20.032	10.806	9.226
Caravelas (3)	19.763	8.932	10.831	20.103	10.332	9.771
Eunápolis (2)	70.545	63.540	7.005	84.120	79.161	4.959
Guaratinga	25.441	9.159	16.282	24.319	10.017	14.302
Ibirapóá	8.290	3.413	4.877	7.096	3.573	3.523
Itabela	20.848	13.577	7.271	25.746	18.837	6.909
Itagimirim	7.887	5.078	2.809	7.728	5.941	1.787
Itamaraju (3)	64.308	44.449	19.859	64.144	48.037	16.107
Itanhém	23.225	13.060	10.165	21.334	14.090	7.244
Itapebi	11.078	6.396	4.682	11.126	8.542	2.584
Jucuruçu (2)	16.012	1.299	14.713	12.377	1.850	10.527
Lajedão	3.818	1.663	2.155	3.409	1.852	1.557
Medeiros Neto	23.059	15.704	7.355	21.235	16.027	5.208
Mucuri	17.606	4.810	12.796	28.062	18.685	9.377
Nova Viçosa	25.570	9.374	16.196	32.076	24.636	7.440
Porto Seguro(3)	34.661	23.315	11.346	95.721	79.619	16.102
Prado (3)	22.632	9.655	12.977	26.498	14.169	12.329
Santa Cruz Cabrália (3)	6.535	3.197	3.338	23.888	13.527	10.361
Teixeira de Freitas (2)	85.547	74.221	11.326	107.486	98.688	8.798
Vereda (2)	8.914	961	7.953	7.450	1.276	6.174
TOTAL	633.219	328.127	205.092	664.850	487.111	177.739

FONTE: AMORIM; OLIVEIRA²⁰⁸. Tabela desenvolvida por Raul Reis Amorim e Regina Célia de Oliveira a partir de dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. (1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE; (2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980; (3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

²⁰⁸ AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, V.8 N° 22, p. 18-37, p.33. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia> Acesso em 19 de novembro de 2015.

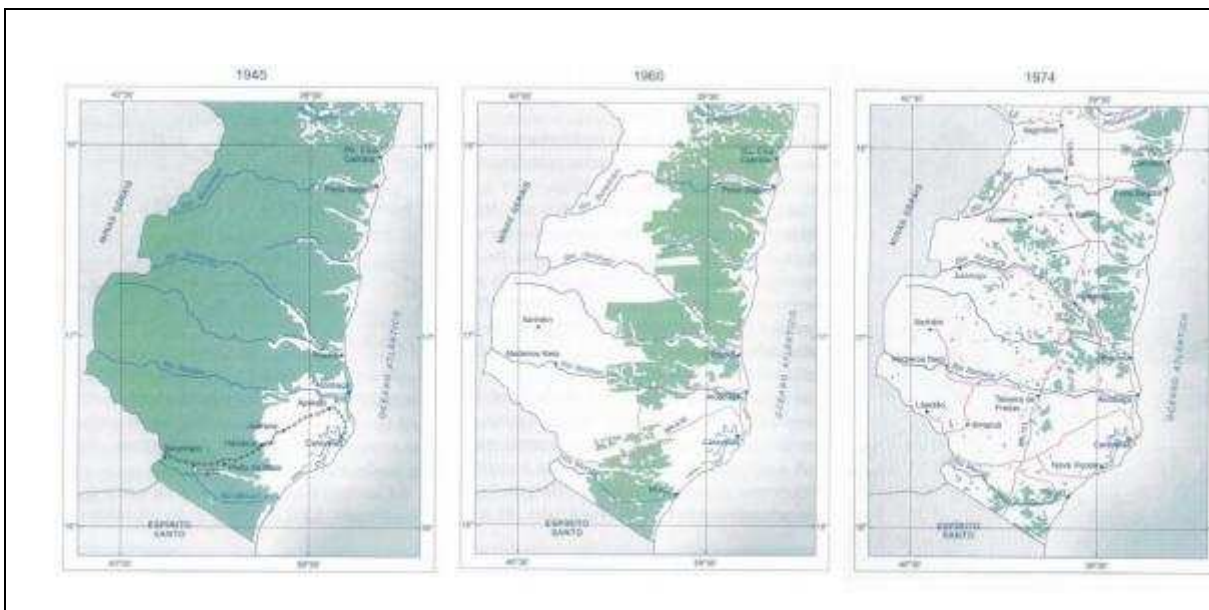


FIGURA 15: Mapas da área de Mata Atlântica em 1945, 1960 e 1974, respectivamente. FONTE: SILVA apud AMORIM; OLIVEIRA²⁰⁹. Os mapas apresentam a cobertura da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia nos anos de 1945, 1960 e 1974, nesta sequência. Em 49 anos o desmatamento, promovido por diversos fatores, principalmente, pela extração de madeiras para serrarias, abertura de áreas para pastagens e o reflorestamento com madeira de eucalipto.

Esse período foi marcado, ainda, pela chegada de grandes empreendedores da silvicultura do eucalipto, responsáveis por novas imigrações na região e seu desenvolvimento socioeconômico e, de acordo com professor e pesquisador do Instituto Federal da Bahia Sebastião Neto, vem “*determinando as novas configurações territoriais, tendo em vista que, elas promovem, através do comércio com outros países, a inserção da região no mercado mundial, têm peso relevante na política das localidades onde estão inseridas, geram empregos*”²¹⁰, porém, em contrapartida, acelerou o processo de devastação da Mata Atlântica.

Uma das empresas a se instalar no extremo sul da Bahia foi a Aracruz Celulose, ocupando um vasto território com o plantio do eucalipto, inclusive, na cidade de Caravelas. Não deixa de ser curioso, que se por um lado a chegada dessa multinacional proporcionou aumento no número de emprego para toda a região, por outro, desestabilizou a agricultura, já que, além, das terras compradas ou arrendadas, as pequenas propriedades rurais foram ilhadas e muitas tornaram-se inviáveis para o cultivo da terra.

²⁰⁹ AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, V.8 N° 22, p. 18-37, p.28. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia> Acesso em 19 de novembro de 2015.

²¹⁰ NETO, Sebastião P. G. de Cerqueira. Um Recorte Geográfico Sobre as Contradições do Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, CODE, Ipea / Brasília 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acesso em 19 de novembro de 2015.

Assim, o plantio de eucalipto em Caravelas, ao passo que contribuía para o desenvolvimento econômico, através de empregos, de sobremodo, braços, limitava as atividades agrícolas. Com o fortalecimento da monocultura do eucalipto, foi projetado e construído anos mais tarde (início dos anos 2000), um terminal de barcaça, de carga e descarga de madeira de eucalipto da Aracruz Celulose, para o escoamento de sua produção através da foz do rio Caravelas, o que gerou preocupação, por parte dos ambientalistas, com os impactos ao meio ambiente²¹¹. No ano de 2001, a revista ISTOÉ noticiava:

Para operar o terminal, será necessária a dragagem de um trecho com mais de um quilômetro de extensão próximo ao Canal do Tomba – uma passagem natural no mangue entre o rio Caravelas e o oceano. A calha vai ser rebaixada até atingir cinco metros de calado (profundidade), permitindo assim a passagem das barcaças. Atualmente, essa região fica com meio metro na maré baixa, o que impede o trânsito das embarcações previstas para o transporte da carga²¹².

Deste modo, diante da possibilidade de graves impactos negativos na biodiversidade local, estudos foram feitos com intuito de determinar a viabilidade do empreendimento e minimizar os efeitos da instalação do terminal de escoamento de eucalipto, inclusive, nos limites do PARNAM dos Abrolhos. Segundo o jornalista e doutor em Ciências Sociais Leonardo Sakamoto, o projeto teve o investimento de R\$ 77,4 milhões, sendo que, “R\$ 23 milhões serão de investimentos em Caravelas”²¹³, e passou operar a dragagem²¹⁴ no Canal do Tomba, em fevereiro de 2002. De acordo com o jornal O Samburá, mai. 2011:

Além de serem tomadas as devidas precauções e respeitada a legislação ambiental brasileira, a licença de operação da dragagem prevê 21 condicionantes ambientais específicas, como o monitoramento das taxas de deposição de sedimentos nas áreas de recifes do sul do Banco de Abrolhos; a preservação das áreas de recifes de corais; o monitoramento do boto-cinza; projetos de Educação Ambiental e relacionados à cadeia pesqueira na região, como é o caso do Projeto Caravelas Empreendedora, voltado principalmente para a comunidade de pescadores e pescadoras artesanais e à melhoria da condição da atividade produtiva.²¹⁵

²¹¹ SAKAMOTO, Leonardo. Terminal na Bahia pode colocar meio ambiente em risco. *Repórter Brasil*, Caravelas, 2000. Disponível em: <www.reporterbrasil.com.br> Acesso em 29 de outubro de 2015.

²¹² ABROLHOS em perigo: terminal para transporte de madeiras da Aracruz pelo mar afetará mangue e ameaçará o maior conjunto de corais do mundo. *ISTOÉ*. Ed. N° 1634, 24 de jan. 2001. Disponível em: <www.istoe.com.br> Acesso em 30 de outubro de 2015.

²¹³ SAKAMOTO, Leonardo. Terminal na Bahia pode colocar meio ambiente em risco. *Repórter Brasil*, Caravelas, 2000. Disponível em: <www.reporterbrasil.com.br> Acesso em 29 de outubro de 2015.

²¹⁴ Dragagem – draga: “é um tipo especial de embarcação e sua função mais comum é a de aprofundar portos e vias navegáveis removendo parte do fundo do mar ou do leito dos rios e canais. Geralmente junto à draga operam outros equipamentos para recolhimento e descarte do material extraído”. O que é dragagem e para que serve? *O Samburá*, Barra de Caravelas, Caravelas, p.02 15 de mai. 2011.

²¹⁵ O QUE é dragagem e para que serve? *O Samburá*, Barra de Caravelas, Caravelas, p.02 15 de mai. 2011.

Com as devidas precauções de caráter técnico para a implantação do terminal e da dragagem e compromisso de investir em programas de educação ambiental, a Aracruz Celulose, hoje Fíbria, tem atuado na região, escoando toneladas de madeira, todos os dias, através da foz do rio Caravelas, que banha a cidade e em poucos quilômetros liga-se ao oceano Atlântico.

Mediante ao cenário socioeconômico de Caravelas, na segunda metade do século passado, apesar dos empreendimentos da eucaliptocultura, houve um declínio no seu desenvolvimento econômico. Nota-se, portanto, que a cidade foi perdendo sua capacidade de produção agrícola, devido, entre outros fatores, à expansão da eucaliptocultura na região e o crescimento de novos centros urbanos a partir da construção da BR-101. Assim, a base da economia local tornou-se a agropecuária²¹⁶ e a pesca artesanal.

O turismo, também, esteve presente como fator econômico da cidade, sobretudo, nos anos de funcionamento do Aeroporto das Conchas, construído pelo governo dos Estados Unidos, como base aérea durante a Segunda Guerra Mundial que passou a ter, após a guerra, voos regulares para importantes capais do país e que contribuiu para o fluxo turístico e a movimentação de capital na cidade²¹⁷.

Entretanto, no final do século passado e início dos anos 2000, houve significativo declínio nas operações das companhias aéreas do aeroporto de Caravelas, em parte pela falta de manutenção nas pistas, o que inviabilizava decolagens e aterrissagens. Outro motivo, segundo matéria do jornal O Samburá no ano de 2014, seria a crise financeira que levou à falência companhias aéreas que operavam nesse aeroporto. Assim, em 2007, o Ministério da Aeronáutica interditou o Aeroporto²¹⁸.

2.2. Tensão nas áreas naturais entorno do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos: desafios e conquistas

Finalmente fica claro que estamos diante de um conflito iniciado por tomadas de posição política que respondem a interesses econômicos específicos, e que refletem uma visão de desenvolvimento e de usos possíveis de recursos naturais.

C. P. Ormeño; P. S. M. Saavedra, P. S. M, Conflictos ambientales: una oportunidad para la democracia, 1995.

²¹⁶ REDES – Redes para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:< www.programaredes.org.br> Acesso em 15 de novembro de 2015.

²¹⁷ AEROPORTO das Conchas de Caravelas, história e glória recuperadas. *O Samburá*, Barra de Caravelas, Caravelas, p. 28, out. 2014.

²¹⁸ Idem, p. 28.

Conflitos de ordem ambiental que envolvem as UC's são cada vez mais comuns e debruçam no impasse da legitimação territorial e na busca desenfreada pelo direito de usufruto dos bens naturais. Para Maria Tereza Paes-Luchiari, “*não podemos perder de vista que a conservação da natureza e sua patrimonialização envolvem saberes, interesses e valores advindos das esferas política, econômica e sociocultural*”²¹⁹. Essa relação de interesse, por sua vez, tem causado tensões entre os que buscam promover a preservação ambiental e aqueles que requerem a exploração de bens de consumo, sejam esses em larga escala ou de forma extrativista. Segundo a Cientista social Lucia Costa Ferreira:

As UC's brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em situação de confronto com os moradores das áreas colocadas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas acabaram se tornando altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente investidos na condição de atores²²⁰.

Assim o despreparo por parte das comunidades circunvizinhas às UC, causado pelo *déficit* de comunicação entre moradores e os detentores do poder público, geram embates que as distanciam, embora, permaneçam próximas as áreas preservadas, do seu patrimônio natural, forçando a uma relação, minimamente, conflituosa.

No caso dos Parques Nacionais, a situação se agrava um pouco mais, pois, os impasses com as comunidades locais se iniciam, de forma mais enérgica, segundo Davis Sansolo, quando criados em áreas “*onde existem pessoas vivendo há muitos anos e que se veem impedidas de desenvolverem suas atividades, sejam elas tradicionais ou outras atividades econômicas*”²²¹. É preciso levar em conta, ainda, a determinação legal da realocação dessas pessoas para outras áreas asseguradas por uma indenização, que muitas vezes, não saem do papel devido à insuficiência de verba no orçamento governamental²²². Como resultado, além dos conflitos de ordem econômica, os laços que estabelecem uma condição identitária com o meio em questão

²¹⁹ LUCHIARI, Maria Tereza Paes. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). – Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 26.

²²⁰ FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP. In: *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. VII, n.1, p. 47-66, jan. /jun. 2004, p. 52.

²²¹ SANSOLO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). – Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 58.

²²² Idem, p. 58.

deixa de existir, o que promove uma ruptura na relação, relativamente harmoniosa, homem/natureza. De acordo com Antônio Carlos Diegues:

[...] pensar na criação de áreas protegidas como espaços territoriais onde a necessidade de uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza é afirmada positivamente, não de forma excludente como hoje prevê a legislação de parques e reservas, mas de forma a beneficiar as populações locais²²³.

Entretanto, a realidade está aquém do ideal. Os conflitos dentro das áreas protegidas e em seu entorno revelam o despreparo por parte das autoridades competentes no trato com as comunidades e ainda, a vulnerabilidade dos gestores das UC na “quebra de braço” com grandes empreendedores, sejam turísticos ou de qualquer outra exploração de bens de consumo nas áreas sob a proteção ambiental.

Chama a atenção o abuso dos que detêm o poder ou influência política colocando-se à acima da lei e buscam a apropriação desigual do território. É curioso que o caso de evidente abuso e prepotência ocorrido no PARNAM dos Abrolhos teve como protagonista Arnon Collor, filho do então presidente da República Fernando Collor de Melo. Segundo matéria do Jornal Folha de São Paulo de maio 1992:

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) multou anteontem em Cr\$ 2.371.77,00 (o máximo permitido por lei) a empresa Helivale Aero Táxi Ltda., de São Paulo, responsável pelo helicóptero à Bozano Simonsen Leasing S/A – que levou um grupo de 18 pessoas na Semana Santa ao Parque Nacional de Abrolhos (BA). O filho do presidente Collor, Arnon Affonso Collor de Melo estava no helicóptero que pousou na ilha de Santa Bárbara – a maior do arquipélago – sem autorização da Marinha, segundo informações do superintendente do IBAMA em Salvador, César Pirajá²²⁴.

A excursão de Arnon Neto relevou o caráter de sua influência política, pois, apesar da assessoria da Marinha não confirmar, especula-se que a permissão partiu de oficiais de alta patente dessa autarquia. Ainda segundo o jornal Folha de São Paulo, o passeio promoveu prejuízos irreparáveis à fauna local, “*os guardas informaram ao Ibama que o helicóptero desceu em três ilhas do arquipélago, destruindo ninhadas e matando aves nativas, principalmente, os atobás (mergulhão)*”²²⁵. E ainda durante sua estadia no arquipélago, barcos turísticos foram impedidos de atracarem nas ilhas.

²²³ DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1996, p.97.

²²⁴ EXCURSÃO de Arnon a ilha provoca multa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 23 de mai. 1992.

²²⁵ Idem, p. 23.

De acordo com as normas do PARNAM dos Abrolhos, estabelecidas através de seu manejo e do Plano de Uso Público, os visitantes devem seguir todas as indicações, inclusive de aviso prévio para o passeio, tanto para o desembarque, quanto para as atividades propostas pelo Parque. Apesar desses instrumentos não especificarem a proibição de pouso de helicópteros nas ilhas, através do bom senso, percebe-se que, apenas na ilha de Santa Bárbara existe um heliporto e que as demais ilhas não possuem qualquer tipo de estrutura para tal atividade. Além de abrigarem, naturalmente, diversas espécies de aves e tartarugas, que fazem seus ninhos no chão.

Assim, segundo o Plano de Manejo do PARNAM dos Abrolhos de 1990, todas as regras estabelecidas para o uso público, que podem ser resumidas como a capacidade de carga em cada ilha, desembarque, mergulho, caminhada nas trilhas propostas, observação de pássaros, tem por objetivo:

Proporcionar ao visitante atividades recreativas e de lazer, de acordo com as aptidões e potencialidades dos recursos do Parque; orientar o visitante em suas atividades recreativas e de lazer para que este tenha uma experiência positiva. Plano de Manejo – Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; Racionalização das atividades recreativas e de lazer do Parque; Minimização do impacto negativo sobre os recursos do Parque, resultante do uso público²²⁶.

Para o turista, as normas vigentes do Parque proporcionam segurança e lazer com restrições iguais para todos. Há de se considerar, que no caso da excussão de Arnon Melo Neto, ao pousarem nas ilhas Siriba e Redonda e matarem pássaros e destruírem diversos ninhos e ovos, a experiência tornou-se negativa, no mínimo para a biodiversidade do Parque.

Os demais turistas que pagaram o ingresso ao Parque, além da viagem, não conseguiram se aproximar das ilhas durante a estadia do filho do presidente e seus amigos e não foram, também, informados que ao saírem do continente passariam por essa situação arbitrária, já que a quantidade de embarcações não excedia à 15, número máximo de acordo com capacidade diária.

Deve-se, portanto, analisar o papel da Marinha, ao conceder, ou não, a autorização para o pouso na ilha de Santa Bárbara. Não deixa de ser curioso, porém, que para o turista que, por qualquer motivo, deseja o desembarque na ilha sob a jurisdição da Marinha é necessária prévia autorização. Fato que revela que para além da burocracia, existem, infelizmente, os conchavos políticos e o uso equivocado do poder público.

²²⁶INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S.A. 1991, p. 70-71.

2.3. Os maiores predadores: a ameaça de exploração de Petróleo e Gás na região de Abrolhos

A possibilidade de exploração de petróleo e gás no Bloco dos Abrolhos tem chamado a atenção de ambientalistas de todo o mundo. Isso, porque a atividade petrolífera poderia gerar resíduos químicos que afetariam diretamente a vida marinha da região, inclusive, o PARNAM dos Abrolhos.

A criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em 1998, marcou o fim do monopólio da exploração de petróleo e possibilitou a realização de leilões para a concessão de fundos marinhos para a exploração de gás e petróleo²²⁷, que caracterizou como ameaça para a biodiversidade marinha e costeira. Assim, para os oceanógrafos Gabriel Marchioro, Mauro Girano, Ison Silveira e Rodrigo Campos, “*o rápido e massivo avanço das atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos na região costeira e marinha, incluindo áreas próximas às unidades de conservação e ambientes sensíveis, como recifes de corais e manguezais*”²²⁸ impulsionaram a delimitação da Zona de Amortecimento do PARNAM dos Abrolhos.

Nesse intuito, foram realizados estudos para avaliar os impactos gerados das atividades de exploração de petróleo e a produção de hidrocarbonetos no Banco de Abrolhos e nas regiões de seu entorno (ver Figura 16). Desta forma, foi possível projetar através da simulação do derramamento de óleo os prejuízos para a biodiversidade da região. No ano de 2002, segundo o analista ambiental Marcello Lourenço, “*na quinta rodada de licitações a ANP ofereceu 243 blocos de exploração sobre o Banco dos Abrolhos, o que chamou a atenção, imediatamente, da sociedade civil, das ONGs (organizações não governamentais), ambientalistas*”²²⁹.

À vista disso, com o apoio de comunidades marisqueiras e pesqueiras de Caravelas, ONGs, juntamente com as pesquisas realizadas pela Conservation Internacional (CI - Brasil), as

²²⁷ REDE Sul Bahia de Comunicações. Marcello Lourenço em entrevista ao SBA-Meio Dia da Rede Sul Bahia de Comunicações, exibido no dia 15 de agosto de 2011. Disponível em:< www.youtube.com> Acesso em 17 de setembro de 2015.

²²⁸ MARCHIORO, Gabriel Botelho; GIRANO, Mauro; SILVEIRA, Ison; CAMPOS, Rodrigo de Oliveira. *Subsídios para a delimitação das zonas de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista Marinha do Corumbau por meio de avaliação de impactos potenciais de derramamento de óleo*. Conservação Internacional – IC Brasil. Caravelas, 2005, p. 04.

²²⁹ REDE Sul Bahia de Comunicações. Marcello Lourenço em entrevista ao SBA-Meio Dia da Rede Sul Bahia de Comunicações, exibido no dia 15 de agosto de 2011. Disponível em:< www.youtube.com> Acesso em 17 de setembro de 2015.

concessões da ANP foram congeladas em virtude da sentença expedida pela Justiça Federal em 2003²³⁰.

Entretanto, no ano de 2010 após recurso da ANP, a decisão foi revogada através de liminar expedida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1º região. De acordo com a jornalista Bruna Hercog em matéria para o jornal Mosaico no ano de 2011:

No final de 2010, o Tribunal Regional Federal (TRF), da 1º Região, derrubou sentença expedida pela Justiça Federal de Eunápolis/BA que proibia a exploração de blocos de petróleo e gás em raio de 50km do banco dos Abrolhos e adjacências, considerada a maior área recifal do Atlântico Sul. Com isso, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) poderá realizar leilões de concessão nas áreas adjacentes ao parque e regiões que compreendem o Banco dos Abrolhos e o Banco Royal Charlotte. A decisão do TRF1 provocou a mobilização de ambientalistas na região²³¹.

Assim, para o movimento de preservação ambiental na região do Banco dos Abrolhos, a decisão da Justiça Federal simbolizou um retrocesso na luta contra a exploração de petróleo, já que, segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas - FGV 2006:

A "Coalizão SOS Abrolhos: Pescadores e Manguezais Ameaçados" rebateu o projeto de decreto encabeçado pelo senador João Batista Motta (PSDB/ES), que afirma que os 250 kms de raio da Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Nacional dos Abrolhos são exagerados. Segundo a Coalizão, o decreto confunde área de entorno, que é definida pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), como Zona de Amortecimento, criada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)²³²

Deste modo, a Colisão SOS Abrolhos: pescadores e manguezais ameaçados, “*uma rede de organizações do Terceiro Setor mobilizadas para proteger a região com a maior biodiversidade marinha registrada no Atlântico Sul*”²³³, foi criada em 2003 e é uma junção de ONGs em prol da biodiversidade, tanto a nível local quanto global. Entre elas destacam-se, CI – Brasil, Greenpeace, Coalizão Internacional da Vida Silvestre - IWC/BRASIL, Environmental Justice Foundation – EJF²³⁴. A Colisão SOS Abrolhos atuou como importante agente de mobilização na luta contra a exploração de petróleo no Banco dos Abrolhos e protagonizou

²³⁰ CAMARA, Tiago. Qual será o futuro de Abrolhos? *O Eco*. 05 de jan. 2011. Disponível em: <www.oeco.org.br> Acesso em 20 de setembro de 2015.

²³¹ HERCOG, Bruna. Ambientalistas mobilizam-se para frear a exploração de petróleo. *Jornal do Mosaico*. Itamarajú, fev. / mar. 2011, p. 03.

²³² BERNARDES, F. ONG vai buscar apoio de senadores para defender Abrolhos. *Centro de Estudos em Sustentabilidade, Fundação Getúlio Vargas – FGV*. Disponível em: <www.gvces.com.br> Acesso em 20 de outubro de 2015.

²³³ GREENPEACE. *Manifesto pela Proteção do Banco dos Abrolhos e pelo Clima do Planeta*. Disponível em: <www.greenpeace.org > Acesso em 27 de outubro de 2015.

²³⁴ Idem.

inúmeros protestos contra os leilões para a concessão dos 240 blocos de petróleo realizados pela ANP.

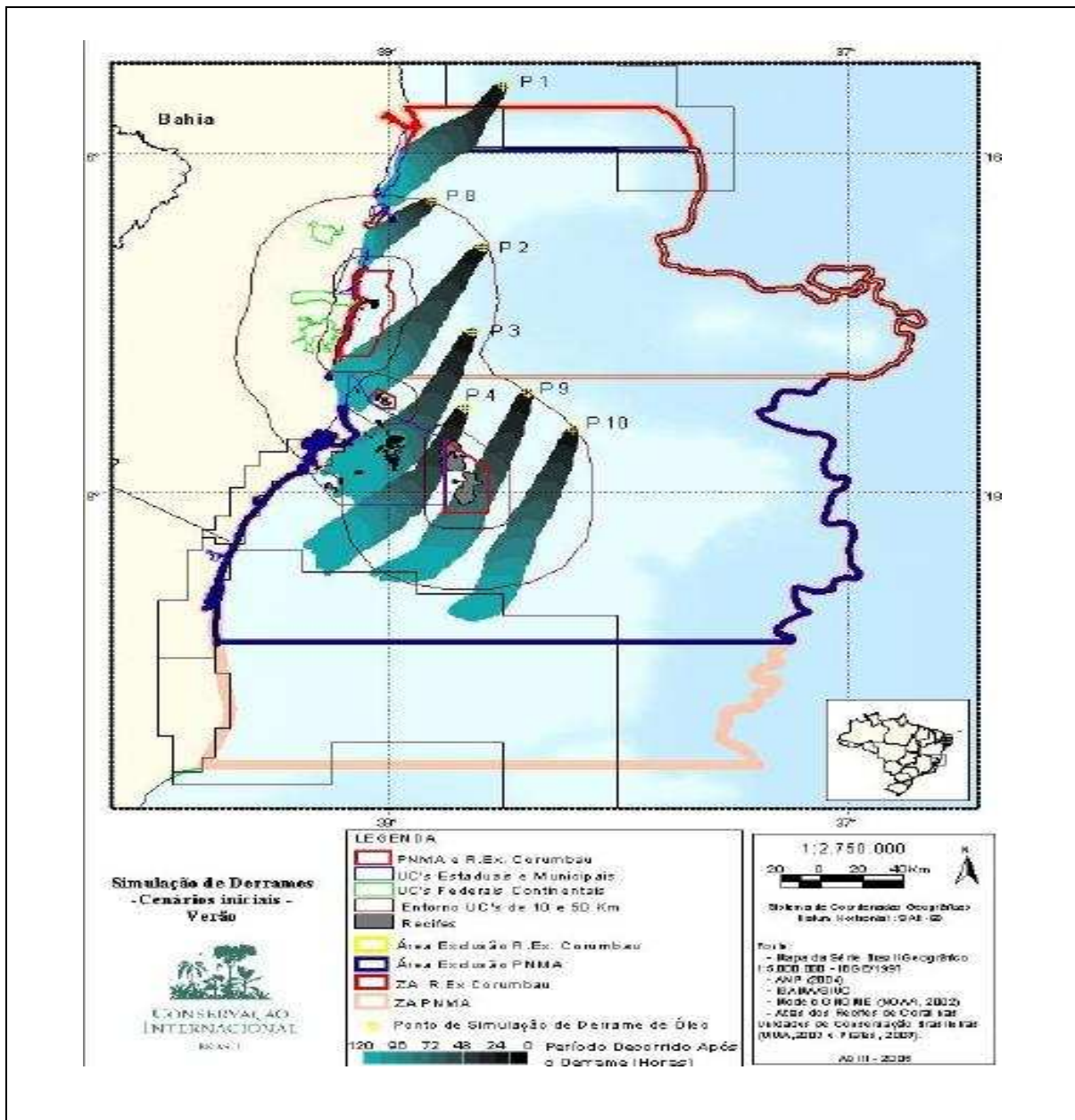


FIGURA 16: Mapa de simulação dos Impactos causados pelo derramamento de óleo no Banco de Abrolhos. FONTE: CI-Brasil, 2005²³⁵. O mapa apresenta uma simulação do cenário inicial dos impactos causados por um desastre nas companhias de exploração de petróleo na região de Abrolhos. Considerando os pontos de exploração, nas proximidades do Parque de Abrolhos, em poucas horas as manchas de óleo tomariam os limites do parque. O que, por sua vez, causaria impacto de proporção avassaladora no Banco dos Abrolhos, com suas reservas naturais, e localidades adjacentes.

²³⁵ MARCHIORO, Gabriel Botelho; GIRANO, Mauro; SILVEIRA, Iلسon; CAMPOS, Rodrigo de Oliveira. *Subsídios para a delimitação das zonas de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista Marinha do Corumbau por meio de avaliação de impactos potenciais de derramamento de óleo*. Conservação Internacional – IC Brasil. Caravelas, 2005, p. 137.

1.



2.



FIGURA 17: Protestos de ativistas contra a exploração de petróleo e gás no Banco dos Abrolhos. FONTE: Imagem 1 – GRELLET, F²³⁶. Ativistas do Greenpeace, vestidos com fantasias de baleias, promovem protesto no Rio de Janeiro contra a Perenco, empresa franco-britânica de exploração de petróleo e gás. Imagem 2 - Greenpeace²³⁷. Ativistas exibem cartaz em mergulho nos recifes de corais em Abrolhos, pedindo que o então presidente, Luís Inácio Lula da Silva aprove o decreto de criação da zona de amortecimento do PARNAM dos Abrolhos e limite a concessão de blocos de exploração de petróleo na região.

Para os ativistas, a principal preocupação com a exploração de petróleo no Banco dos Abrolhos cabe aos riscos de vazamento de óleo que levaria à uma catástrofe que comprometeria, em poucas horas, importantes áreas de procriação e habitat de espécies marinhas e costeiras, inclusive, nos limites do PARNAM dos Abrolhos (ver Figura 16)). Apesar da simulação, os prejuízos ambientais, além dos socioeconômicos, não podem ser calculados, mas, segundo a jornalista Patrícia Mariuzzo em reportagem a Terra Viva no ano de 2005:

Especialistas em poluição enfatizam que os acidentes deixam marcas por vinte anos ou mais e que a recuperação é sempre muito longa e difícil, mesmo com ajuda humana. O contato com o petróleo cru causa efeitos gravíssimos principalmente em plantas e animais. O óleo recobre as penas e o pelo dos animais, sufoca os peixes, mata o plâncton e os pequenos crustáceos, algas e plantas na orla marítima. Nos mangues, o petróleo mata as plantas ao recobrir suas raízes, impedindo sua nutrição. Além disso, a baixa velocidade das águas e o emaranhado vegetal nesses locais dificulta a limpeza²³⁸.

Deste modo, a biodiversidade do Parque e suas adjacências sofreriam diretamente os impactos causados pelo derramamento de óleo e levaria muito tempo para sua recuperação, o que comprometeria a pesca e o turismo e causaria forte impacto na economia local, já que além

²³⁶ GRELLET, F. Greenpeace protesta contra exploração de petróleo em Abrolhos. *Estadão*, São Paulo, p. 16, 31 de ago. 2011.

²³⁷ GREENPEACE. *Em protesto em alto-mar, Greenpeace alerta: "Lula abra os olhos"*. Disponível em: <www.greenpeace.org> Acesso em 20 de outubro de 2015.

²³⁸ MURIUZZO, Patrícia. Petróleo e seus efeitos no meio ambiente. *Terra Viva*. Disponível em: <www.comciencia.br> Acesso em 20 de outubro de 2015.

da pesca, o turismo corresponde como importante fator econômico na região. De acordo com o ICMBio:

O turismo é outra expressão da importância econômica da unidade, o fluxo turístico gerado pelo Parque garante centenas de empregos em hotéis, pousadas, restaurantes e demais atividades ligadas ao setor. Segundo dados do PRODETUR o turismo representa 20% do PIB dos municípios da Costa das Baleias, zona turística correspondente ao litoral do extremo sul da Bahia. Pesquisas da BAHIATURSA apontam que mais de 90% dos turistas que visitam a região tem como motivação principal os atrativos naturais²³⁹

Neste feito, o potencial turístico do PARNAM dos Abrolhos, ao proporcionar passeios nas ilhas do Arquipélago de Abrolhos e a observação das baleias, estaria comprometido, uma vez que, a exploração de petróleo e gás na região simbolizava uma ameaça aos ecossistemas marinhos e costeiros e motivo de preocupação para a economia, principalmente, de subsistência das comunidades tradicionais circunvizinhas ao Banco dos Abrolhos.

Apesar do interesse por parte dos políticos, que visavam os royalties do petróleo, a população se via dividida entre a preocupação com os impactos negativos socioambientais que a exploração de petróleo poderia causar e os possíveis benefícios econômicos para a população local.

Deste modo, o intuito de otimizar a proposta de exploração petrolífera na região, técnicos da empresa CEPRO - Centro de Ensino Profissionalizante do Estado do Espírito Santo realizaram palestras com jovens de Caravelas, nas quais, foram apresentados os benefícios econômicos para a população local. Segundo matéria do Farol para Abrolhos de agosto de 2011:

Durante todo o dia a escola esteve lotada de gente a procura de informações e bastante interessado no discurso de que a exploração do petróleo no Banco dos Abrolhos seria uma solução viável para a juventude local e desenvolvimento econômico da região. O discurso era que "o petróleo está na nossa casa" e que dentro de 2 a 3 anos as empresas terceirizadas ligadas à Petrobrás começariam a exploração, demandando mão de obra qualificada. Os salários estimados seriam entre R\$ 2.200,00 a R\$ 8.000,00²⁴⁰.

Não é difícil entender, entretanto, que muitos moradores, sobretudo, jovens, mostraram-se interessados nas propostas apresentadas, já que, a economia local, tornou-se restrita, pautada na agropecuária, na pesca artesanal e no turismo, este último, limitada à alta temporada.

²³⁹ INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. Disponível em: < www.icmbio.gov.br > Acesso em 07 de outubro de 2015.

²⁴⁰ EXPLORAÇÃO de petróleo é tema para a população jovem de Caravelas. *Farol para Abrolhos*. Caravelas, 21 de ago. 2011. Disponível em: < www.farolparaabrolhos.blogspot.com.br > Acesso em 30 de outubro de 2015.

Porém, mesmo diante das promessas de progresso e desenvolvimento econômico, segundo as informações dos jornais locais é possível inferir que parte dos moradores, principalmente, das comunidades tradicionais de pescadores e marisqueiros aderiram as manifestações contra a exploração de petróleo na região do Banco dos Abrolhos que foram encabeçadas por ambientalistas e ativistas ligados ao PARNAM dos Abrolhos, Instituto Baleia Jubarte, CI – Brasil, Greenpeace, entre outras organizações.

2.4. A carcinicultura²⁴¹ e a disputa de poder

Outro empreendimento que tem caracterizado a luta de ambientalistas contra a exploração dos recursos naturais na região dos Abrolhos é a implantação da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia – Coopex, em uma área de 1.500 hectares entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa. Segundo a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), que desenvolveu um estudo sobre os conflitos envolvendo as comunidades tradicionais e as injustiças ambientais no Brasil:

O ano de 2005 marcou o início do conflito envolvendo comunidades de pescadores, marisqueiros e catadores de caranguejo, entidades ambientalistas e movimentos sociais contra a tentativa de implantação do empreendimento de carcinicultura da Coopex, uma sociedade subsidiária do grupo português Lusomar, mas com investidores brasileiros no grupo de 26 associados. A fazenda de camarões ocuparia 1.500 hectares (à época, a maior área de um empreendimento de carcinicultura do Brasil), entre os canais estuarinos dos rios Macaco e Massangano, em Caravelas²⁴².

Com a divulgação da proposta de instalação da Coopex em 2005, novos embates socioambientais envolveram a região, *“marcando o início do conflito envolvendo setores empresariais, políticos, ambientalistas, acadêmicos e comunidades tradicionais, que extrapolaram as fronteiras do município de Caravelas e do estado da Bahia”*²⁴³.

O que não deixa de ser curioso, contudo, é que a proposta consistia num investimento inicial R\$ 60 milhões, possível razão do interesse, pessoal, de alguns políticos. Assim, para o jornalista C. Ângelo em matéria para o jornal Folha de São Paulo no ano de 2006, *“seis senadores do Estado do Espírito Santo e Bahia, elaboraram um decreto legislativo para tentar*

²⁴¹ Carcinicultura consiste na criação de camarão em cativeiro, dentro de tanques, nas chamadas fazendas de camarão.

²⁴²FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Disponível em: <www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br> Acesso em 29 de setembro de 2015.

²⁴³ DIAS, Henrique Machado; SOARES, Mario Luís Gomes; NEFFA, Elza. Conflitos socioambientais: o caso da carcinicultura no complexo estuarino Caravelas - Nova Viçosa/Bahia - Brasil. *Ambiente & Sociedade*. vol.15 no.1 São Paulo, jan. 2012.

derrubar a chamada zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos”²⁴⁴. O próprio governador da Bahia, na época, Paulo Souto, usou de sua influência, pedindo “*um mandado de segurança na 9ª Vara da Justiça Federal contra o presidente do IBAMA, alegando que a zona de amortecimento prejudica a economia do Estado*”²⁴⁵. Esta alegação é debatida por ambientalistas que afirmam que carcinicultura afetaria milhares de pessoas que vivem da pesca nessa região²⁴⁶.

Fica claro os interesses das grandes companhias na carcinicultura²⁴⁷, quando os resultados econômicos dessa atividade são apresentados. A exportação cresceu de forma significativa, só no Nordeste “*que responde por 98% da produção nacional desse setor [...], cuja produção de 65.000 toneladas de camarão contribuiu para a obtenção de uma receita de US\$ 300 milhões de dólares em 2009*”²⁴⁸. O empreendimento visava assim, um retorno altamente lucrativo para o investimento milionário de sua instalação, e tinha como propósito “*transportar, em aviões cargueiros, duas vezes por semana, toneladas de camarão fresco de Caravelas para Miami, nos Estados Unidos*”²⁴⁹, o que caracteriza o potencial de exportação da região.

Apesar do crescimento no volume de exportação do camarão entre os anos de 1998 a 2003 (ver Figura 18) corresponderem a todo o território brasileiro, eles expressam, de forma significativa, os motivos na disputa judiciária para implantação da Coopex na região. Deve-se considerar, ainda, que a proposta consistia no maior empreendimento de carcinicultura em todo o território brasileiro e envolvia importantes políticos dos Estados da Bahia e Espírito Santo, que defendiam a geração de empregos nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa.

²⁴⁴ ANGELO, C. Senador quer anular proteção a Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 23, 24 de jun. 2006.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ GERARQUE, E. Fazenda de camarão emperra na Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A19, 16 de ago. 2007.

²⁴⁷ Posterior a esse conflito, O Novo Código Florestal de 2012 é mais permissivo as atividades de carcinicultura no Brasil.

²⁴⁸ INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. Carcinicultura Brasileira: Processos tecnológicos, impacto sócio-econômicos, sustentabilidade ambiental, entraves e oportunidades. *Anuário de responsabilidade socioambiental*. Disponível em: < www.istitutichicomendes.org.br > Acesso em 04 de outubro de 2015.

²⁴⁹ LOURENÇO, M. Da Coopex a Ressex. *O Timoneiro*, Caravelas, p. 02, nov. /dez. 2009.



FIGURA 18: Desempenho das exportações de camarão cultivado (1998 a 2010). FONTE: ICMBio²⁵⁰. A figura apresenta um gráfico com o volume de exportação entre os anos 1998 e 2010. O crescimento no número de exportação de 1998 a 2003 foi exorbitante, um salto de US\$ 2,8 milhões para US\$ 235,9 milhões.

Entretanto, para os ambientalistas ligados às organizações locais e globais, os riscos de degradação ambiental causados pelas fazendas de camarões não compensariam os lucros, que, por sua vez, permaneceriam com os detentores do poder. Aqueles, porém, que têm sua renda familiar ligados a pesca artesanal e a mariscagem, dependem da qualidade ambiental dos estuários²⁵¹ e manguezais, portanto, se essas áreas se tornarem depósitos dos dejetos da produção da carcinicultura milhares de famílias seriam prejudicadas.

²⁵⁰ INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. Carcinicultura Brasileira: Processos tecnológicos, impacto sócio-econômicos, sustentabilidade ambiental, entraves e oportunidades. *Anuário de responsabilidade socioambiental*. Disponível em: < www.istitutichicomendes.org.br > Acesso em 04 de outubro de 2015.

²⁵¹ É definido por estuário o braço do mar que se forma pela desembocadura de um rio.



FIGURA 19: Mapa com a área proposta para a implantação da Coopex. FONTE: NICOLAU, Omar Souza²⁵². A área traçada em vermelho representa a região onde seria instalada a Coopex, entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa, a maior cooperativa de criadores de camarão do Brasil.

A área proposta para a implantação da Coopex é um importante estuário no Banco dos Abrolhos e mantém às suas margens uma vegetação de restinga e manguezais essenciais para o desenvolvimento de espécies costeiras e marinhas. Segundo a Colisão SOS Abrolhos:

A Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex) adquiriu uma área de 1.517 hectares de manguezais e restingas no município de Caravelas, no extremo sul da Bahia. Para instalação dos criatórios de camarão serão ocupados cerca de 900 hectares. Desse total, será desmatada uma área equivalente a 800 campos de futebol de vegetação de restinga,

²⁵² NICOLAU, Omar Souza. *Ambientalismo e carcinicultura: disputa de “verdades” e conflito social no extremo sul da Bahia*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2006.

considerada Área de Preservação Permanente (APP) pela legislação brasileira²⁵³.

Deste modo, o desmatamento causaria sérios impactos ambientais na região e, de igual modo, prejudicaria o sustento de milhares de pessoas que vivem da agricultura familiar. Além, de destruir os mangues, que atuam como berçários de peixes que habitam no Banco dos Abrolhos e os tornariam um depósito de esgoto da cooperativa²⁵⁴, o que por sua vez, privaria as atividades extrativistas de mariscagem. Como afirma a bióloga Beatriz Fernandes Barros:

Os ecossistemas de Abrolhos são frágeis, e dependem diretamente da saúde e integridade dos manguezais existentes entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa. Um empreendimento deste porte funcionaria de modo inverso a um filtro captando, diariamente, 880.000 m³ de água limpa e repleta de larvas de peixes e mariscos, e devolvendo água carregada de matéria orgânica e produtos químicos²⁵⁵.

Assim, a possibilidade da contaminação da água e dos manguezais, através da cooperativa de fazenda de camarões, levaram muitos moradores de Caravelas, principalmente, pescadores e marisqueiros, a se unirem aos ambientalistas na luta para derrubar o projeto da Coopex.

Embora a região não tenha exemplos de outros empreendimentos de carcinicultura e seus efeitos ao meio ambiente, a representante do Instituto Terramar, Soraya Vanini, defende que *“as experiências com a carcinicultura em outras regiões do Brasil revelam que a atividade não é sustentável do ponto de vista social e ambiental”*²⁵⁶. Para o economista catalão Joan Martinez Alier, uma vez que, *“o conflito entre a proteção do mangue e a indústria camaroneira constitui um exemplo de choque entre duas orientações, a saber: as que regem o livre comércio e as diretrizes da proteção ambiental”*²⁵⁷, formam-se os blocos que configuram esse embate, de um lado, os que visam o desenvolvimento econômico e no outro, aqueles que buscam preservação ambiental e meios de subsistência para as comunidades locais.

²⁵³ AGÊNCIA Costeira. Região dos Abrolhos ameaçada por mega-empreendimento de criação de camarões. *SOS Abrolhos: Pescadores e manguezais ameaçados*. Disponível em: <www.agenciacosteira.org.br> Acesso em 22 de outubro de 2015.

²⁵⁴ ANGELO, C. Senador quer anular proteção a Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A23, 24 de jun. 2006.

²⁵⁵ BARROS, B.F. Abrolhos: a biodiversidade marinha ameaçada. *Folha do Meio Ambiente*. Caravelas, BA, jun. 2006.

²⁵⁶ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OCEANOGRAFIA. *Criação de Camarão coloca em risco o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, alerta Sarney Filho*. Associação Brasileira de Oceanografia – AOOCEANO. Balneário Camboriú, SC, 2006. Disponível em: <www.aooceano.org.br> Acesso em 30 de outubro de 2015.

²⁵⁷ MARTINEZ-ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 122.



FIGURA 20: Movimentos contra a carcinicultura em Caravelas. FONTE: Imagem 1 – NICOLAU, 2006²⁵⁸. Moradores de Caravelas protestam contra a implantação da Coopex na região. Imagem 2 – Dó Galdino²⁵⁹. Charge apresenta o personagem Zé Atobá, em voo sobre a costa de Caravelas. A sátira mostra a tentativa de implantação de fazendas de camarões em contraste com o potencial turístico da região. Zé Atobá representa os movimentos contrários à Coopex que lutam contra sua consolidação, no mais importante estuário da região dos Abrolhos.

Contudo, os defensores da cooperativa de criadores de camarão em Caravelas, empresários e políticos locais, argumentavam que a implantação da Coopex possibilitaria significativo desenvolvimento econômico na região e colocaria a disposição centenas de empregos, o que beneficiaria muitas famílias.

Por outro lado, ao refletir sobre o processo de implantação da carcinicultura em Caravelas e o interesse de seus empreendedores na região, que consiste num importante estuário para o Banco dos Abrolhos e com localização geográfica privilegiada, nota-se, que a relação da cooperativa com manguezal é unicamente de cunho econômico, já que, segundo a antropóloga Cecília Campello do Amaral Mello:

Os empreendedores concebem o manguezal como recurso econômico, meio do qual podem retirar sem custo algum os recursos hídricos de que necessitam para a produção do camarão em cativeiro. O valor final do camarão será tanto mais competitivo quanto menores forem seus custos de produção. Valendo-se do acesso gratuito a uma matéria-prima disponível em abundância e externalizando os custos da produção para o manguezal e as populações extrativistas, os empreendedores esperam obter lucros crescentes e aumentar a arrecadação do município. Ignorando o manguezal como fonte de trabalho e

²⁵⁸ NICOLAU, Omar Souza. *Ambientalismo e carcinicultura: disputa de “verdades” e conflito social no extremo sul da Bahia. Dissertação (mestrado)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2006.

²⁵⁹ GALDINO, D. Zé Atobá em... *O timoneiro*, Caravelas, p. 02, jun./jul. 2007.

renda, divulgam sua atividade como geradora de emprego e de qualidade de vida para uma cidade que é definida como desprovida de alternativas econômicas²⁶⁰.

O movimento de defesa à Coopex foi encabeçado, principalmente, por políticos que buscavam a colaboração de empresários e comunidades de pescadores artesanais e argumentavam que o empreendimento traria melhoria na qualidade de vida dos moradores de Caravelas. Porém, para o pescador Uilson Farias, representante da Associação de Pescadores de Rede de Arrasto, Boeira, Fundo de Arraieira de Caravelas – APESCA:

A fazenda da COOPEX – Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia era para ser entre os Rios do Macaco e Massangando, uma área igual a mais de 100 campos de futebol. Diziam que ia gerar três mil empregos.... Sabe como comunidade extrativista é carente de emprego, pensa que tem de sair do mangue para viver um pouquinho melhor. Depois a gente soube que no Ceará eles cercam mangue, passam fio elétrico para não deixar ninguém entrar. Aí é família tradicional com fome e tudo mais. E gera uma poluição danada, da Vista aérea da região de Abrolhos Pescador e o manguezal ao fundo Comunidade de pescadores de Caravelas, Sul da Bahia 5 léguas do lençol, do estuário, bombeando água com produto químico, e botando larva de camarão estrangeiro no mangue nativo, larva agressiva. Ia ser uma catástrofe²⁶¹.

Assim, a APESCA somou forças às comunidades tradicionais de Caravelas, além, de ONGs ambientais, PARNAM dos Abrolhos, Instituto Baleia Jubarte e se empenharam na promoção de campanhas e protestos contra a Coopex. Deste modo, apesar da solidificação do projeto da cooperativa de criadores de camarão e a força política que seus associados possuíam, visível à medida que o processo avançava no Centro de Recursos Ambientais (CRA) do governo do Estado da Bahia²⁶². Por fim, após, prévias vitórias para o desenvolvimento da atividade de carcinicultura, o parecer final da Justiça Federal mostrou-se favorável aos argumentos apresentados em prol da preservação ambiental dos manguezais e estuário no Banco dos Abrolhos. De acordo com jornal comunitário O Timoneiro, edição nº04 de 2007:

A Justiça Federal determinou a paralisação imediata do processo de licenciamento da atividade de carcinicultura no município de Caravelas. Baseado no fato de que a zona costeira é patrimônio nacional, o Juiz aceitou o entendimento do Ministério Público de que a competência do licenciamento é do IBAMA. A decisão foi fundamentada no princípio da precaução.

²⁶⁰ MELLO, Cecília Campello do Amaral. Reflexões sobre a experiência de luta em torno do licenciamento de um grande projeto de carcinicultura em caravelas, Bahia. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.1, n.3, Artigo 5, abril 2007, p. 12.

²⁶¹ ZAMBONIM, R.; WEDEKIN, L.; FARIAS, U. A. *Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: comunidade de pescadores de Caravelas, sul da Bahia* / coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevedo Marim, Joaquim Shirashi Neto; autores, Renata Zambonim, Leonardo Wedekin, Uilson Alexandre Farias. – Caravelas, BA: Casa 8 Desing / Editora Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 5 e 8.

²⁶² LOURENÇO, M. Da Coopex a Ressex. *O Timoneiro*, Caravelas, p. 02, nov. /dez. 2009.

Entendeu-se ser prudente a paralisação do licenciamento da Coopex evitando a degradação do meio ambiente, que é patrimônio de todos. Enquanto isso, o governo busca reconstituir a Zona de Amortecimento e deve anunciar em breve a criação da Reserva Extrativista do Cassurubá²⁶³.

Desta forma, o parecer da Justiça Federal, determinando a paralisação do licenciamento da Cooperativa de criadores de camarão em Caravelas, simbolizou uma vitória dos movimentos ambientalistas em junção às comunidades pesqueiras e marisqueiras da região. Segundo Marcello Lourenço:

A suspensão do licenciamento da Coopex traz de volta a confiança e a esperança de que é possível construirmos um futuro para a região que concilie conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Sabemos que as experiências com a carcinicultura, no país e no exterior, mostram que a atividade não é sustentável do ponto de vista social e ambiental²⁶⁴.

Com a suspensão do licenciamento da Coopex, os movimentos ambientalistas, em conjunto com o PARNAM dos Abrolhos, passaram a discutir a viabilidade da implantação de reservas extrativistas na região, caso da Reserva Extrativista Cassurubá, que selaria, de forma efetiva, medidas contra a exploração dos recursos naturais em uma área expressiva na costa do Banco dos Abrolhos.

2.5. Panorama geral dos conflitos envolvendo as comunidades pesqueiras

O Banco dos Abrolhos abrange uma área de 48.899 km², do litoral sul da Bahia ao norte do Espírito Santo. Essa região conta com Unidades de Conservação que garantem a manutenção da biodiversidade no Atlântico Sul, como o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e a Reserva Extrativista Cassurubá.

A importância do Banco dos Abrolhos (ver Figura 21) perpassa a preservação ambiental, soma-se, portanto, a esse aspecto, questões econômicas e turísticas, pois, é uma região de significativo potencial pesqueiro, além, de configurar como relevante ponto turístico para a observação de baleias em todo o Brasil. A esse respeito, Marcello Lourenço, analista ambiental do PARNAM dos Abrolhos, em entrevista à Rede Sul Bahia de Comunicações, declarou:

...possui também, uma importância econômica, que muitas vezes, as pessoas não têm essa compreensão. Não é só a questão da natureza preservada... da biodiversidade. Mas, também, sua importância econômica, tanto para a pesca quanto para o turismo. Cerca de 80 mil pessoas vivem, direta ou indiretamente, ligadas as atividades pesqueiras no Banco dos Abrolhos, que é

²⁶³ PROCESSO de Licenciamento da Coopex Suspenso na Justiça. *O timoneiro*, Caravelas, p. 08, 2007.

²⁶⁴ JUSTIÇA Federal suspende licenciamento de empreendimento de carcinicultura em Caravelas/BA. *Ambiente Brasil*. Disponível em:< www.ambientebrasil.com.br> Acesso em 23 de outubro de 2015.

a região mais “pescosa” do Brasil. Onde tem mais peixes, no Brasil todo, é aqui nos Abrolhos²⁶⁵.

Deve-se considerar, ainda, que a área de preservação integral no Banco dos Abrolhos corresponde a apenas 1,8% de toda sua extensão e caracteriza o PARNAM dos Abrolhos, o que significa, que as restrições a atividades pesqueiras não promovem prejuízos à economia local. Segundo o ICMBio,

Dados de monitoramento pesqueiro mostram que a pesca nas regiões vizinhas ao Parque movimenta mais de R\$ 100 milhões por ano, o que representa 10% da receita da atividade no Brasil. A unidade assegura a procriação das espécies contribuindo para a manutenção da pesca nas regiões vizinhas, que é o meio de subsistência para cerca de 20 mil pessoas na região²⁶⁶.

Deste modo, segundo especialistas, o PARNAM dos Abrolhos, ao contribuir com o desenvolvimento de diversas espécies de peixes, fornece subsídios que fortalece a pesca no Banco dos Abrolhos, o que por sua vez, “*não exige a região de ter problemas com pescadores e visitantes que não entendem a extensão de sua importância*”²⁶⁷ e continuam praticando a pesca dentro dos limites do Parque.

Assim, são realizadas patrulhas de fiscalização nos limites do parque (ver Figura 21), o que não é uma tarefa tão simples, devido à dimensão territorial e o número reduzido de funcionários, na tentativa de coibir a ação de pescadores locais e turistas (que praticam a pesca esportiva) dentro do Parque de Abrolhos, o que se torna mais complicado durante o verão, pois, segundo, o atual gestor do PARNAM dos Abrolhos, Fernando Repinaldo:

A pesca é totalmente proibida dentro dos limites do Parque. Infelizmente, durante o verão as ações de fiscalização precisam ser reforçadas, pois há uma pressão muito grande, tanto por conta dos pescadores locais, quanto por conta de turistas que praticam a pesca ilegal²⁶⁸.

Assim, como o fluxo turístico na região é mais intenso durante o verão e o Parque recebe embarcações de outras cidades costeiras, inclusive barcos particulares, são necessários, portanto, redobrar a fiscalização e as medidas de educação ambiental e as normas de conduta do visitante. Com as ações de fiscalização realizadas dentro do PARNAM dos Abrolhos são

²⁶⁵REDE SUL BAHIA DE COMUNICAÇÕES. Marcello Lourenço em entrevista ao SBA-Meio Dia da Rede Sul Bahia de Comunicações, exibido no dia 15 de agosto de 2011. Disponível em:< www.youtube.com> Acesso em 17 de setembro de 2015.

²⁶⁶INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Disponível em:< www.icmbio.gov.br> Acesso em 19 de outubro de 2015.

²⁶⁷ABROLHOS – Embarcações apreendidas. *Guia da Pesca*. 11 de fev. 2010. Disponível em:<www.guiadapesca.com.br> Acesso em 18 de setembro de 2015.

²⁶⁸INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. Disponível em: < www.icmbio.gov.br> Acesso em 07 de outubro de 2015.

comuns flagrantes de pescadores, locais ou de outras comunidades da região, além de turistas, que buscam praticar a pesca submarina com arpão.

A proibição da pesca nos limites do parque foi idealizada desde sua criação, mas, sua efetivação iniciou em 1988, através de comunicados aos barcos que atracavam no Parque e fiscalização, seguida de multa pelos infratores²⁶⁹. Entretanto, mesmo diante da orientação e inspeção, principalmente nos anos iniciais à restrição da pesca, o Parque sofria com ações predatórias, tanto de pescadores quanto de turistas, que de forma clandestina pescavam e retiravam corais dessa região²⁷⁰.



FIGURA 21: Fiscalização no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. FONTE: ICMBio²⁷¹. Imagem 1: Equipamentos apreendidos nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2014. Duas embarcações foram flagradas exercendo pesca no Recife das Timbebas, que faz parte do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Foram apreendidas diversas armas de caça submarina, petrechos de pesca e os infratores foram autuados conforme previsto na lei de Crimes Ambientais. Imagem 2: Propaganda divulgando as ações de fiscalização no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

²⁶⁹ ROSSETTO, R. Ilhas de Abrolhos terão turismo controlado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C.1, 09 de jan. 1989.

²⁷⁰ ABROLHOS é tema em novo livro da editora ecológica. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 04, 14 de jun. 1987.

²⁷¹ INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. Disponível em: < www.icmbio.gov.br > Avesso em 27 de setembro de 2015.

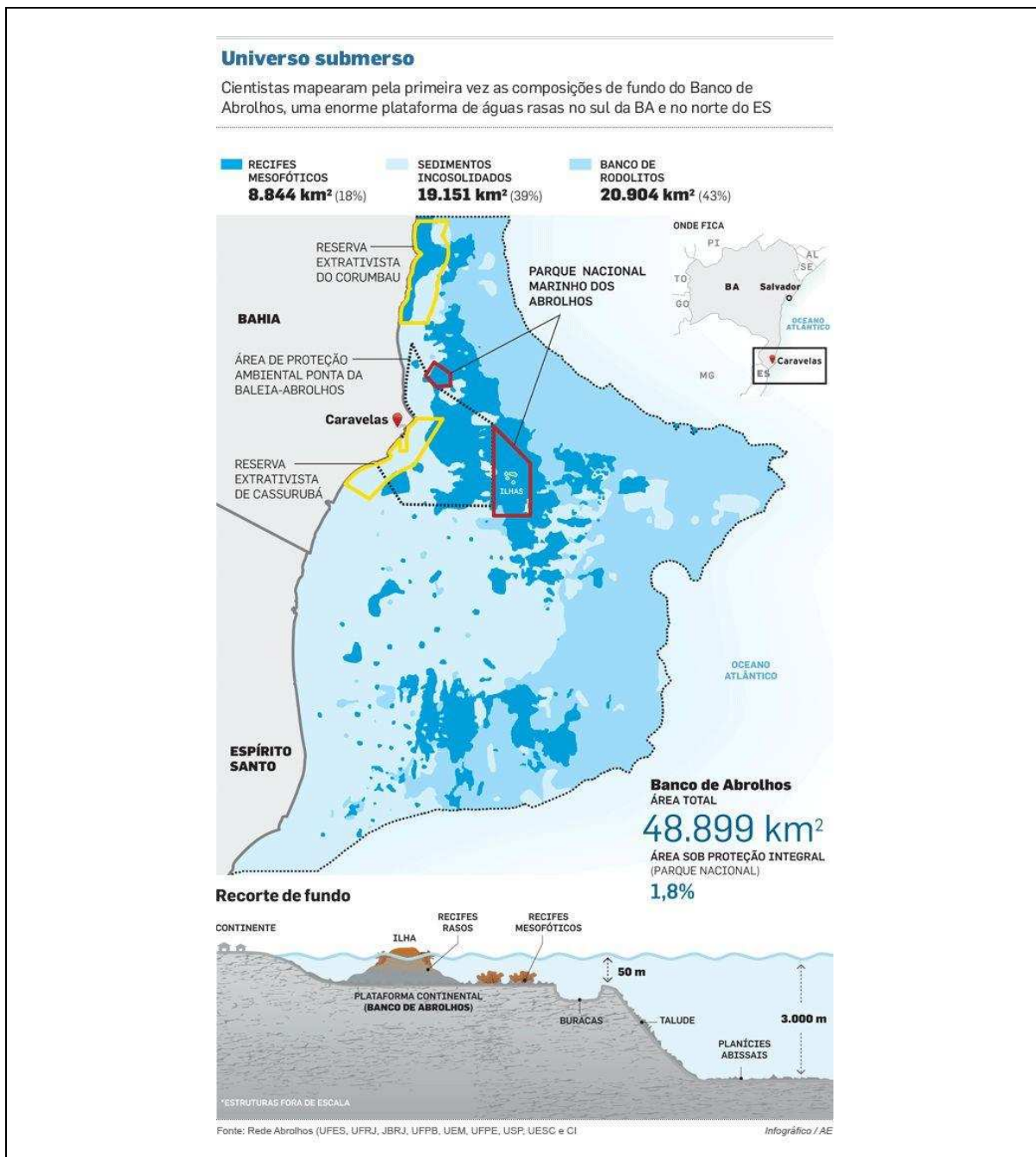


FIGURA 22: Mapa da região do Banco de Abrolhos. FONTE: ZANDONADI, Denise²⁷². O mapa apresenta a composição do fundo do Banco dos Abrolhos, uma enorme plataforma de águas rasas no Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. As áreas demarcadas em vermelho representam o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; as áreas marcadas de amarelo representam as Reservas Extrativistas Cassurubá e Corumbau; as linhas pontilhadas demarcam a Área de Proteção Ambiental Ponta da Baleia - Abrolhos. O Banco de Abrolhos corresponde a uma área de 48.899 km², nas quais, apenas 1,8% são áreas de proteção Integral, referente ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

²⁷² ZANDONADI, Denise. Criação de áreas ambientais inviabiliza petróleo e pesca. *Gazeta Online*. Disponível em: <www.gazetaonline.globo.com > Acesso em: 01 de outubro de 2015.

Outro conflito, comum nas comunidades de pesca artesanal em Caravelas, dar-se na temporada de visita das baleias jubartes ao litoral brasileiro. Para muitos pescadores, a presença desses mamíferos é garantia de prejuízos, pois, estas destroem as redes e apetrechos de pescaria. Segundo o representante da Associação de Pescadores de Rede de Arrasto, Boeira, Fundo de Arraieira de Caravelas – APESCA, Hélio Borges:

Para a nossa pesca a baleia é um problema. Não vamos sair matando estes animais, mas eles nos dão bastante prejuízos. Nossa associação para ver onde poderíamos encontrar, pelo menos, a reposição dos materiais perdidos. E isso até hoje não aconteceu. O que fazer com a rede, com o apetrecho da pesca que a baleia destrói? Ela está ali em seu habitat, mas nos dá prejuízo. Não tem ninguém que nos ajude a reparar, um pouco, esses impactos causados por elas²⁷³.

Na tentativa de minimizar a tensão entre os pescadores, campanhas de educação ambiental são realizadas pelo Centro de Visitantes do PARNAM dos Abrolhos e pelo Instituto Baleia Jubarte, como o evento de comunicação e informação para pescadores da Colônia de Pescadores de Caravelas, "Maré de Informações: cidadania e meio ambiente para uma pesca consciente"²⁷⁴ Contudo, para alguns pescadores, ainda não foram tomadas medidas efetivas para auxiliar no prejuízo, pois, segundo a jornalista Marina Guedes, eles acreditam que os “*órgãos públicos protegem a espécie (baleias) e deixam à deriva o pescador*”²⁷⁵. Muitos buscam, mais que educação ambiental e lições de boa conduta no parque, auxílio econômico e condições para a subsistência de suas famílias, sendo a pesca, a única fonte de renda para a maioria nas comunidades de pescadores.

2.6. Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e a criação da Resex Cassurubá

Diante do cenário conflituoso, deflagrado, a partir da disputa para a exploração dos recursos naturais no Banco dos Abrolhos, protagonizado por diferentes atores, desde pescadores artesanais aos grandes empreendedores, medidas para a redução dos impactos negativos ao meio ambiente e, conseqüentemente, socioeconômicos, foram estudadas, na tentativa de

²⁷³ GUEDES, M. Abrolhos: paraíso das baleias e preocupação no Sul da Bahia. *Plurale em revista*. Ano oito, n° 44, nov. / dez. 2014.

²⁷⁴ "Maré de Informações: cidadania e meio ambiente para uma pesca consciente" foi uma programação desenvolvida pelo PNM dos Abrolhos na sede da Colônia de Pescadores de Caravelas. O evento foi desenvolvido para o público pescador, na comemoração dos 32 anos do PNM dos Abrolhos. Disponível em: <www.icmbio.gov.br> Acesso em 16 de outubro de 2015.

²⁷⁵ GUEDES, M. Abrolhos: paraíso das baleias e preocupação no Sul da Bahia. *Plurale em revista*. Ano oito, n° 44, nov. / dez. 2014.

promover maior respaldo na preservação ambiental e garantir a sustentabilidade para as comunidades pesqueiras e marisqueiras da região.

Com a iminência na implantação de empreendimentos ligados a carcinicultura e a exploração de petróleo e gás, foi proposto à delimitação da Zona de Amortecimento (ZA) do PARNAM dos Abrolhos. Em tese, isso significa o estabelecimento de uma área no entorno de uma UC “*com o objetivo de filtrar os impactos negativos das atividades que ocorrem fora dela, como: ruídos, poluição, espécies invasoras e avanço da ocupação humana, especialmente nas unidades próximas a áreas intensamente ocupadas*”²⁷⁶, preservaria a sua área periférica e manteria o habitat de milhares de espécies de toda a região.

Esta proposta foi estruturada a partir da consideração da análise de nomeação para o cenário estabelecido, a escolha de feição de fácil reconhecimento para a orientação náutica e a inserção de ambientes de notável interesse para a conservação²⁷⁷, assim, segundo Gabriel Marchioro, Mauro Girano, Ilson Silveira e Rodrigo Campos, que desenvolveram estudos sobre os subsídios para a delimitação das zonas de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos no ano de 2005:

Os limites das zonas de amortecimento propostas levaram em consideração características biológicas e oceanográficas que definem a Região dos Abrolhos, incluindo seus ambientes recifais, manguezais e ambientes de transição (quebra da plataforma, talude, sopé e assoalho oceânico adjacente), bem como as áreas de concentração reprodutiva de espécies protegidas (quelônios, aves e mamíferos)²⁷⁸.

Ao considerar, os limites no entorno do PARNAM dos Abrolhos para a delimitação da ZA, foi levado em conta, a relevância dessas áreas para reprodução de espécies ameaçadas de extinção, como os recifes de coral e os manguezais, além, de analisar os aspectos da oceanografia costeira, fatores esses, que contribuem para a compreensão dos prejuízos causados por possíveis desastres ambientais.

Desta forma, a proposta de criação da ZA para o PARNAM dos Abrolhos previa determinadas áreas de exclusão, o que implicaria na proibição de exploração de petróleo e gás,

²⁷⁶ O QUE é uma zona de amortecimento. *O Eco*, 06 de novembro de 2014. Disponível em: <www.oeco.org.br> Acesso em 11 de outubro de 2015.

²⁷⁷ MARCHIORO, Gabriel Botelho; GIRANO, Mauro; SILVEIRA, Ilson; CAMPOS, Rodrigo de Oliveira. *Subsídios para a delimitação das zonas de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista Marinha do Corumbau por meio de avaliação de impactos potenciais de derramamento de óleo*. Conservação Internacional – IC Brasil. Caravelas, 2005, p.19.

²⁷⁸Idem, p.19.

além, das áreas de restrição, nas quais, esses e outros empreendimentos poderia ocorrer, contudo, de acordo com exigências técnicas, eximindo os riscos as UC's²⁷⁹.

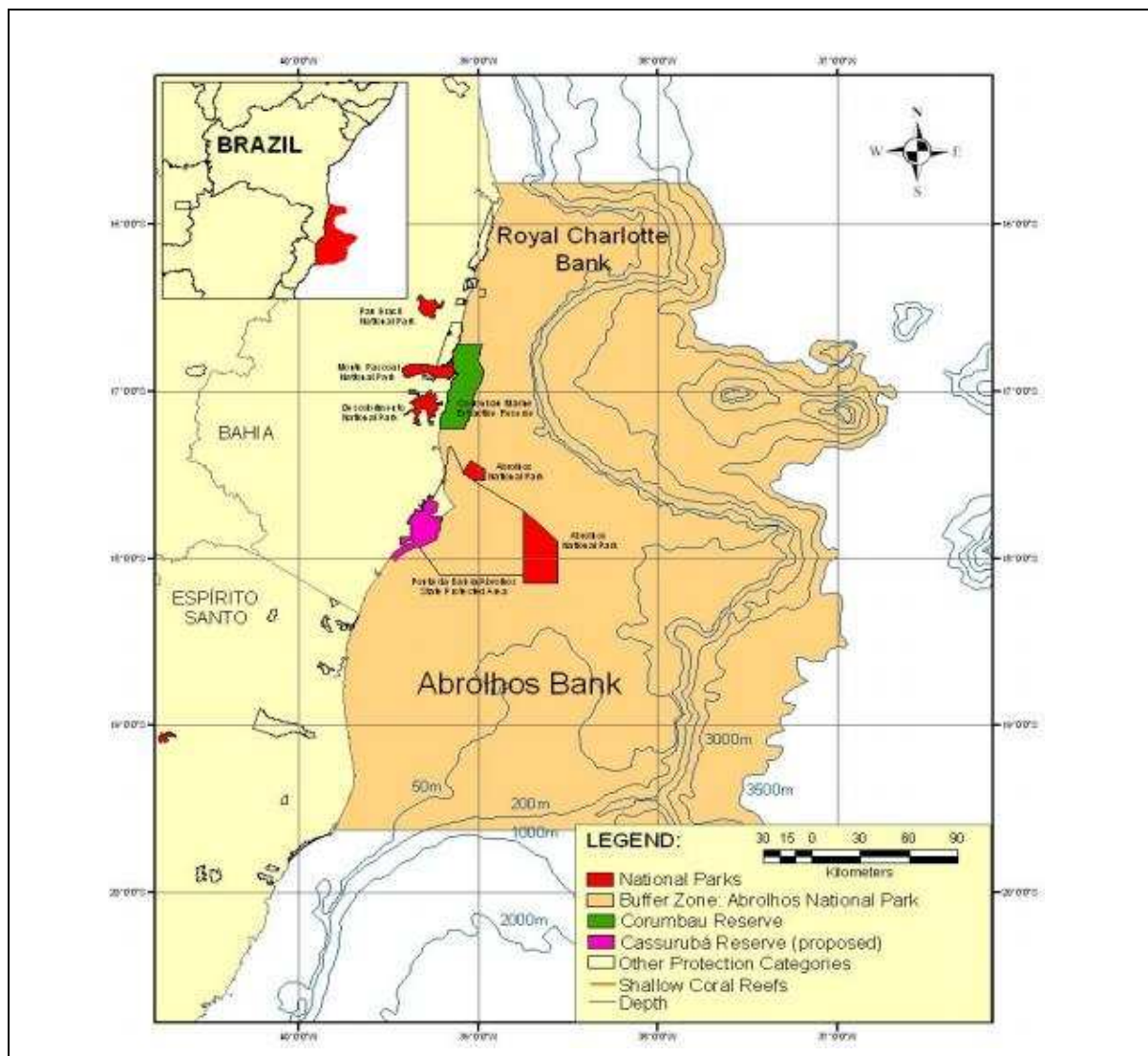


FIGURA 23: Zona de amortecimento do PARNAM dos Abrolhos. FONTE: CI-Brasil²⁸⁰. O mapa apresenta o Banco Royal Charlotte e Banco dos Abrolhos. Os pontos marcados de vermelho representam os parques nacionais nessa região, incluindo, o PARNAM dos Abrolhos. As áreas verdes representam as Reservas extrativistas. A zona de amortecimento do parque é a área marcada nos limites do oceano.

De acordo com matéria do Jornal Folha de São Paulo de junho de .2006,

O governo Federal criou no final de maio uma zona de amortecimento de Abrolhos – uma área que envolve o parque com o intuito de protegê-lo. A portaria do Ibama prevê restrições a atividades que possam causar impacto ambiental, como exploração de petróleo e gás natural. Desta maneira, a carcinicultura também dependerá de um aval do instituto. [...] também

²⁷⁹ Ibidem, p. 20.

²⁸⁰ CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – CI- Brasil. Disponível em: <www.conservation.org> Acesso em 21 de outubro de 2015.

requisitou que o licenciamento seja feito pelo Ibama e não mais pelo governo estadual²⁸¹

É possível observar que a ZA do PARNAM dos Abrolhos tornou-se um entrave na concretização de projetos de implantação da carcinicultura e de empreendimentos para exploração de petróleo no Banco dos Abrolhos. Dependendo, portanto, do aval do Parque no processo de licenciamento das atividades, antes gerido pelo governo do Estado. Em contrapartida, os interessados nos projetos de empreendimentos de exploração dos recursos naturais na região, inclusive, alguns políticos, entraram com processo para derrubar a portaria do IBAMA. Segundo Marcello Lourenço:

...as prefeituras da região entraram na justiça e acabaram derrubando essa portaria do Ibama, não pelo aspecto técnico dela, mas, pela forma que ela foi instituída, que foi uma portaria do Ibama, quando a justiça chegou à conclusão de teria que ser um decreto presidencial²⁸²

Com o fracasso na tentativa de criar a ZA e com as especulações da indústria petrolífera e camaroneira na região dos Abrolhos, foi necessário, portanto, novas medidas para o resguardo da biodiversidade marinha e costeira. Fomentou-se então, a criação de uma Reserva Extrativista – Resex, que atuaria, entre outras coisas, como zona de amortecimento do Parque de Abrolhos²⁸³, e beneficiaria diretamente cerca de 1.200 famílias que vivem da pesca e da coleta de mariscos. Segundo a matéria do jornalista M. Mattos no jornal Tribuna da Bahia de junho de 2009:

De acordo com o Ministro do meio ambiente, Carlos Minc, a criação da reserva vai servir também para a inclusão social com valorização da cultura e da autoestima da população, além de contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável para Abrolhos. “A Resex garante condições para o povo usar o meio ambiente sem o destruir. Tudo isso sem deixar a terra erudida e espécies destruídas”, disse, enfatizando que a reserva também vai garantir a conservação do banco de corais e a proteção do principal berçário da vida marinha deste banco²⁸⁴.

Por meio deste iniciaram o processo de consulta pública para a criação da Resex, com o apoio de comunidades pesqueiras de Caravelas, além, de catadores de caranguejo e marisqueiros. Contando, ainda, com a parceria da Rede Meros do Brasil para o estudo da área

²⁸¹ PORTARIA do Ibama restringe atividades em Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C4, 18 de jun. 2006.

²⁸² REDE SUL BAHIA DE COMUNICAÇÕES. Marcello Lourenço em entrevista ao SBA-Meio Dia da Rede Sul Bahia de Comunicações, exibido no dia 15 de agosto de 2011. Disponível em: < www.youtube.com > Acesso em 17 de setembro de 2015.

²⁸³ FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Disponível em: < www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br > Acesso em 11 de outubro de 2015.

²⁸⁴ MATTOS, M. Reserva Extrativista do Cassurubá vai beneficiar mais de 20 mil pessoas. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 05 de jun. 2009.

de implantação da Resex, foi possível determinar pontos que favorecem a procriação e desenvolvimento do mero na região – um dos gigantes dos Abrolhos²⁸⁵.

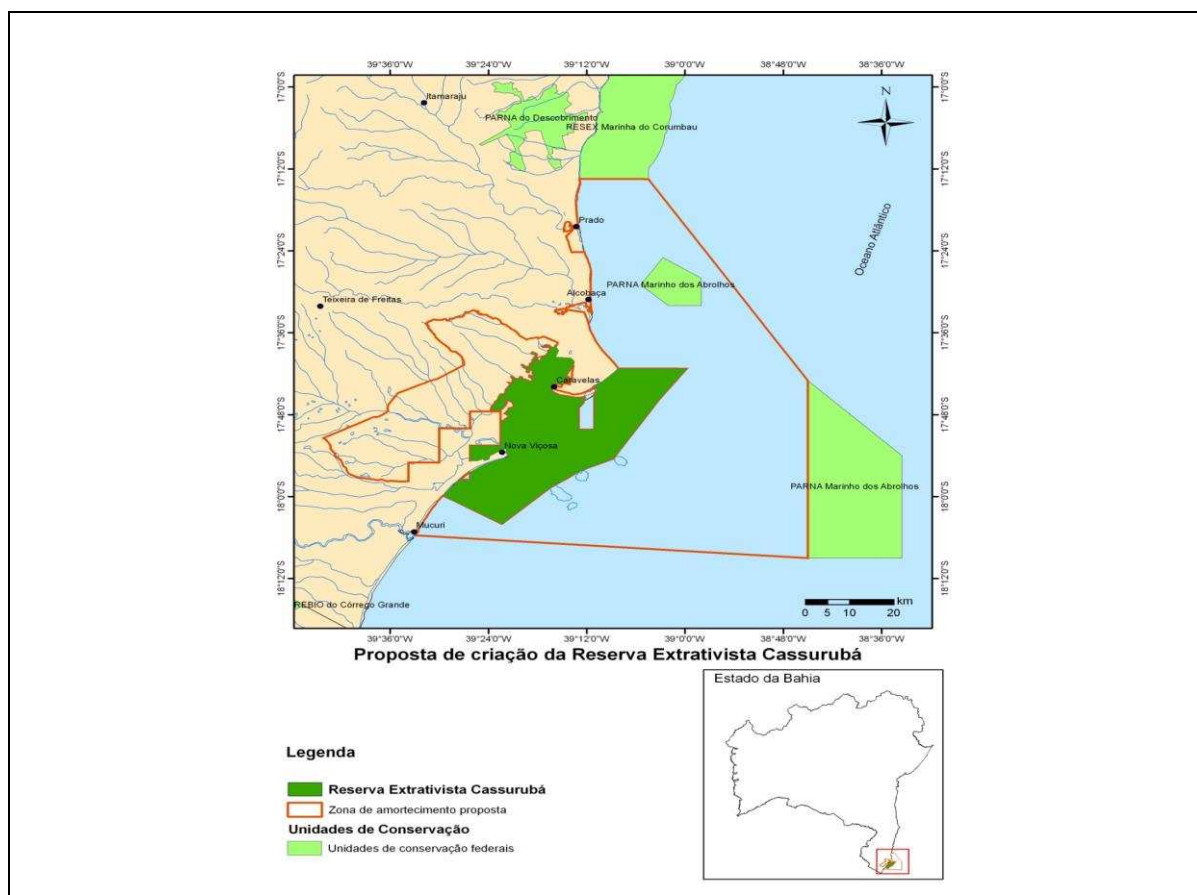


FIGURA 24: Mapa da proposta de implantação da Reserva Extrativista Cassurubá. FONTE: BOURSCHUIT, A.²⁸⁶ Mapa com a proposta de criação da Reserva Extrativista – Resex Cassurubá entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa, Bahia. A Resex abrange um complexo de manguezais, matas de restinga, além, dos corais de recifes do Banco de Abrolhos.

Após a conclusão dos estudos e consulta da comunidade local, o projeto foi apresentado e no dia 21 de dezembro de 2007, o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, em cerimônia na cidade de Caravelas (ver Figura 25), assinou o compromisso de criação da Resex Cassurubá, mesmo diante do protesto de algumas prefeituras da região, que alegaram arbitrariedades no processo de audiências pública²⁸⁷.

²⁸⁵ MEROS DO BRASIL. *Resex de Cassurubá. Meros do Brasil, 09 de jun.2009*. Disponível em:<www.merosdobrasil.org. > Acesso em 16 de outubro de 2015.

²⁸⁶ BOURSCHUIT, A. Reserva protegerá corais de Abrolhos. *O Eco*. Disponível em:< www.oeco.com.br> Acesso em 14 de outubro de 2015.

²⁸⁷ LULA assina, mas reserva na Bahia fica no papel. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p A14, 22 de jan. 2008.

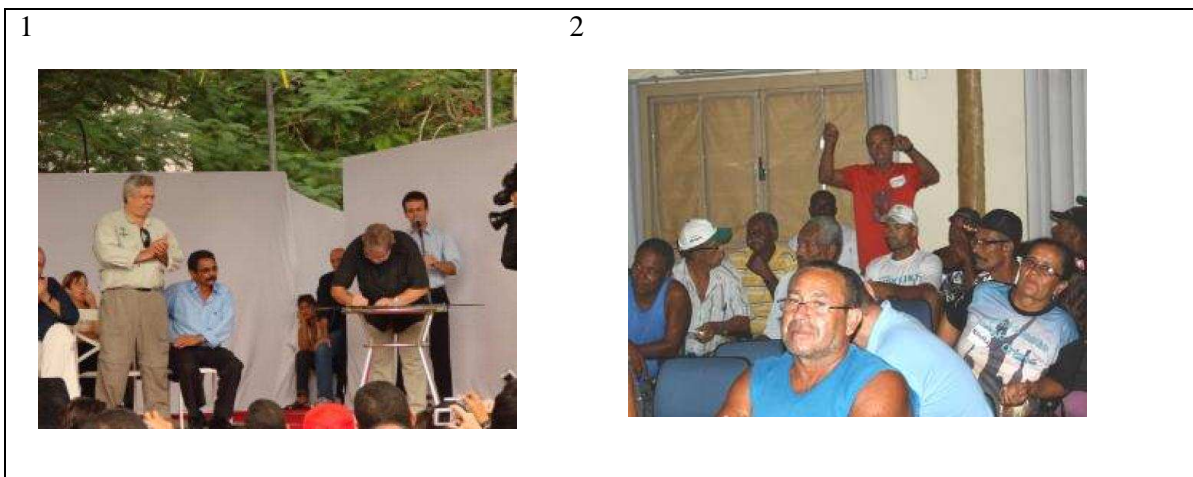


FIGURA 25: Processo de criação da Reserva Extrativista Cassurubá. FONTE: ICMBio. Imagem 1 – Presidente Luís Inácio Lula da Silva assinando decreto de criação da Ressex Cassurubá, em cerimônia da cidade de Caravelas. Imagem 2 – Auditória pública realizada com pescadores para criação da Ressex Cassurubá.

O problema, no entanto, é que apesar do pacto do presidente da República, durante algum tempo, a Resex só existia no papel, já que, “o texto não foi publicado no ‘Diário oficial da União’”²⁸⁸, diferente do que ocorrera com as outras três áreas de preservação anunciadas no mesmo evento.

Assim, muitos questionamentos foram levantados acerca dos motivos para a demora da divulgação do decreto presidencial, entre eles, a influência política de empreendedores da carcinicultura, que se julgavam prejudicados com a criação da Resex no estuário entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa. Segundo matéria do Jornal Folha de São Paulo de janeiro de 2008:

Pelo anúncio, a reserva deveria ter 100.462 hectares. Para os pescadores da região, além da preservação do exuberante manguezal que existe no local, o decreto iria proteger a pesca. Hoje muitas pessoas de outras áreas vão para o local da futura reserva extrativista explorar os recursos naturais²⁸⁹.

A dimensão territorial da reserva comprometia os planos de implantação da Coopex, além, dos projetos futuros de exploração de petróleo no Banco dos Abrolhos. Segundo estudo da Fiocruz, em meios a entraves políticos e a “hesitação governamental na fixação de áreas demarcadas para exploração exclusiva de quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais”²⁹⁰ devido à colisão nos interesses econômicos e nas alianças governamentais, a população local teve que esperar mais de um ano para a efetivação da Resex Cassurubá.

²⁸⁸Ibidem, p. 22.

²⁸⁹Ibidem, p. 22.

²⁹⁰FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Disponível em: <www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br> Acesso em 11 de outubro de 2015.

Foi somente, em junho de 2009, que ocorreu a divulgação do decreto de criação da reserva extrativista. Uma conquista que, além, de beneficiar as comunidades tradicionais de Caravelas, poupou uma significativa área, do que seria a ZA do PARNAM dos Abrolhos, da exploração de petróleo e gás, como declarou a pesquisa da Fiocruz:

A vitória da criação da Resex, que poupou 75% da Zona de Amortecimento do Parque dos Abrolhos da exploração petrolífera e do gás natural, deve ser comemorada, mas não é motivo para acomodação diante das novas tentativas de usurpação que já estarão em curso, especialmente nos lugares que não asseguraram juridicamente as conquistas decorrentes de uma conjunção de forças.

Através da criação da Resex Cassurubá mais de 20 mil pessoas são beneficiadas diretamente com as atividades extrativistas, desde a pesca ao ecoturismo de base comunitário, como afirma Luís Carlos Lyra, conselheiro da Resex em Caravelas:

Temos a pesca, a mariscagem e a pequena agricultura. Além disso, nós estamos desenvolvendo hoje, mais uma atividade, para somar a fonte de renda [...] que é o ecoturismo de base comunitária. Pensando nesse objetivo, e no potencial que nossa área, nossa reserva extrativista proporciona, nós estamos trabalhando num grupo de mais jovens, para que essa atividade se estruture e consolide²⁹¹.

É possível perceber que o envolvimento das comunidades locais contribui para a solidificação dessas reservas, pois o desenvolvimento de atividades extrativistas leva a uma relação de troca mútua e respeito entre as comunidades tradicionais e os recursos fornecidos pela natureza. Soma as atividades de pesca artesanal, a mariscagem e da agricultura familiar, novas promissoras atividades que estão sendo implementadas na Resex, como o ecoturismo, que contribui na renda familiar.

²⁹¹ SALDANHA, P; WERNECK, R; BARCELLOS, R. *Expedições*. [Filme-Vídeo] Produção de Renata Barcellos. Brasília/DF, TV Brasil, 2012. Vídeo Documentário, 25 min. e 42 segs.

CAPÍTULO 3. Da Rede ao Farol: diálogos sobre a relação do PARNAM dos Abrolhos e as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA

Seria necessário que começasse a haver uma dependência mútua nessas comunidades, da conservação com a sua atividade. Isso pode acontecer se for também um pouco fomentado, se for também um pouco provocado.

César Musso, Ambientalista e fundador da Avidepa - Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental.

Este capítulo apresenta e analisa os depoimentos realizados com diversos atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, com a preservação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, partindo, portanto, da premissa que a relação entre comunidades tradicionais e áreas de preservação da natureza tem sido marcada por problemas que vão desde desapropriação fundiária às restrições do uso dos seus recursos naturais.

Assim, o levantamento de dados foi efetivado em duas etapas: observações *in loco*, entre os meses de outubro a dezembro de 2015, no Centro de Visitantes de Abrolhos e nas comunidades pesqueiras de Caravelas e seus distritos de Ponta de Areia e Barra Velha e a realização de entrevistas na cidade de Caravelas e no Arquipélago dos Abrolhos no mês de fevereiro de 2016, o que possibilitou a análise e compressão das vivências dos diferentes entrevistados.

Entre conversas informais e visitas as áreas de concentração de pescadores, notou-se alguns entraves que circundam essas comunidades artesanais, os quais serão discutidos nesse capítulo. Entretanto, é preciso salientar que a ênfase será dada aos conflitos gerados com a proibição da pesca nos limites do Parque de Abrolhos a partir de sua implantação.

O panorama entre as comunidades pesqueiras de Caravelas apresentava um clima um tanto quanto acalorado quanto receptividade à realização de entrevistas entre seus integrantes. Muitos pescadores, principalmente, das comunidades da Barra de Caravelas e Ponta de Areia, encontravam-se receosos em responder as questões propostas por essa pesquisa, desconfiados da finalidade deste trabalho. De acordo com alguns moradores e pescadores locais, a Fíbria, empresa que mantém uma barcaça para o escoamento de madeira de celulose na cidade, tem usado o recurso das entrevistas para manipular resultados sobre os impactos socioambientais promovidos pela dragagem, o que, segundo os pescadores, tem prejudicado o desenvolvimento social das comunidades pesqueiras e ribeirinhas da região.

Portanto, diante desse cenário, as visitas a algumas comunidades de pescadores foram auxiliadas pelo sr. Élio Soares, um funcionário público aposentado que reside na cidade há muitos anos, conhecido e respeitado pelos pescadores locais. Deste modo, com a ajuda do sr. Élio, que se dispôs a apresentar os moradores e mostrar a credibilidade da pesquisa, foi possível alcançar os objetivos esperados nessas comunidades.

Assim, apesar dos entraves, a coleta de dados foi feita e a pesquisa contou com a colaboração de 20 (vinte) entrevistados, dos quais 8 (oito) são pescadores, 01 (um) ex-pescador, 01 (um) ambientalista, 05 (cinco) funcionários do Parque de Abrolhos, incluindo o atual gestor e 05 (cinco) turistas, dos quais 03 (três) estavam mergulhando nos recifes de corais do Arquipélago de Abrolhos.

Os personagens incluídos neste capítulo, podem ser caracterizados como atores sociais emblemáticos, tanto das comunidades pesqueiras quanto do núcleo preservacionista do Parque de Abrolhos, que apesar de não representarem de forma quantitativa os diversos agentes sociais, representam os grupos que demarcam os diálogos essenciais para esta pesquisa. Desta forma, pôde-se contemplar diferentes visões das relações que assinalam os interesses socioeconômicos e ambientais do PARNAM dos Abrolhos e das comunidades pesqueiras da cidade.

A realização das entrevistas, por sua vez, também, foi dividida em duas etapas. A primeira ocorreu no Arquipélago de Abrolhos, nas ilhas Siriba e Santa Bárbara, onde alguns funcionários do Parque e turistas cederam os depoimentos. A segunda etapa foi feita no Centro de Visitante de Abrolhos e em comunidades pesqueiras de Caravelas, Barra de Caravelas e Ponta de Areia.

3.1. Abrolhos: o mapa do conflito

A presença de comunidades tradicionais dentro ou no entrono de territórios de Unidades de conservação no Brasil é uma realidade discutida e pautada pelos conflitos socioambientais, perpetuado por entraves relacionados as questões territoriais e o usufruto de seus bens de consumo e estão diretamente vinculados aos conflitos de ordem social, o que pode ser percebido através da incompatibilidade nas opiniões vigentes quanto à apropriação dos recursos naturais e os entraves legais²⁹².

²⁹² LOUREIRO, C. F. B. AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, p. 17.

Desta forma, medidas judiciais têm sido fomentadas para mitigar os possíveis impactos gerados pela implantação das UC's junto aos povos tradicionais, preceitos que podem ser contemplados, por exemplo, na Lei nº 9.985/ 2000, que instituiu a criação SNUC, a qual define:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações²⁹³.

A realocação e indenização de populações tradicionais são destinadas quando estas vivem dentro dos limites das UC's Integral, como os Parques Nacionais. Assim, a lei determina a retirada de famílias que residem, por vezes, a gerações nestes locais e mantém, suas crenças e cultura vinculadas a esse território.

Com essa proposição, parece nítido que tais leis, ainda, demonstram debilidades no que diz respeito a sensibilização à dicotomia homem/natureza e que dificulta a relação entre as partes envolvidos.

Desta forma, a trajetória de Parques Nacionais no Brasil tem sido marcada pela disputa territorial e o uso de seus recursos naturais, conflito que, pode ser deflagrado com a sua delimitação, tanto geográfica quanto social, e, para o sociólogo Elimar Pereira do Nascimento, “*está atrelado ao espaço onde os atores produzem os movimentos que vão desembocar no confronto de ideias e opiniões*”²⁹⁴. Na percepção de Nascimento, além do campo do conflito os embates socioambientais são constituídos ainda pela natureza ou a categoria da questão, seus diferentes atores sociais, o objeto de disputa – seja material ou simbólico- e a dinâmica do

²⁹³BRASIL. *Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Lei nº 9.985/2000, 2000.*

²⁹⁴ NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M.. *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-105.

conflito²⁹⁵. Neste sentido, nas palavras da psicóloga e Dra. em Educação Isabel Carvalho, as áreas preservadas são:

[..] como constituinte do espaço público onde os atores disputam os seus interesses, a proteção ambiental pode ser uma solução para um determinado conflito, como pode ser causa de outros conflitos, dependendo de como essa política é negociada com as populações locais ou como é construído o conceito de conservação²⁹⁶.

É possível notar que o conflito perpassa os limites territoriais e desmembra-se de forma peculiar, de acordo com os interesses sociais vigentes aos atores envolvidos e seu desdobramento está vinculado as questões que norteiam os lados antagônicos nessa disputa.

No caso do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, percebeu-se a partir do resultado desta pesquisa a existência de embates concernentes às contestações territoriais, no que diz respeito ao uso de seus recursos, ou seja, a pesca ilegal nas áreas que correspondem ao seu território. Desta forma, apesar do Parque ser uma área oceânica, seus limites atuam como um cenário de disputa entre ações preservacionistas e atividades pesqueiras de comunidades tradicionais da região de seu entorno.

Além das ameaças de exploração de petróleo e gás no Banco dos Abrolhos e possíveis impactos ambientais gerados por empreendimentos, como a tentativa de implantar a Coopex, ou mesmo, a atuação da barcaça que transporta madeira para uma empresa de celulose, o Parque de Abrolhos, ainda, protagoniza, junto às comunidades pesqueiras da região, uma série de entraves, os quais podem ser caracterizados através da proibição da pesca nos limites do Parque e as ocorrências daqueles que desrespeitam as normas vigentes dessa UC.

3.2. Visão do conflito a partir da metodologia aplicada

Para compreender as entrelinhas da história e analisar os fatos diretamente ligados as comunidades pesqueiras de Caravelas e os agentes preservacionistas do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no que confere aos possíveis conflitos de ordem socioambientais, fez-se, portanto, necessário dá voz às versões de diversos atores sociais envolvidos.

Foi utilizado como recurso metodológico nesta pesquisa, entrevistas, o que pode ser caracterizado, segundo as professoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marcone, como

²⁹⁵ Idem, p. 87.

²⁹⁶ CARVALHO, I. Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. *Abertura do seminário de trabalhos promovido pelo Projeto Meio Ambiente e Democracia*. Rio de Janeiro: IBASE: 11-13 p. 1995, p.12.

“ um encontro entre duas pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”²⁹⁷. Deste modo, foram perpetradas entrevistas orais (semiestruturadas) e coletado depoimentos gravados com pessoas que fazem parte de diferentes comunidades pesqueiras da cidade de Caravelas, além, de indivíduos diretamente ligados ao PARNAM dos Abrolhos.

Tal recurso metodológico, possibilita uma maior percepção dos fatos que circuncidam o campo de pesquisa. Assim, de acordo com a Dra. em Educação Rosália Duarte:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizados elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados²⁹⁸

A utilização de entrevistas em pesquisas científicas, principalmente no campo das humanas, promove a possibilidade de mapear os conflitos a partir da ótica daqueles que estão diretamente envolvidos, o que permite compreender, entre outras coisas, os laços afetivos que se estabelecem entre esses grupos sociais. Ainda segundo a autora,

Realizar entrevistas, sobretudo se forem semi-estruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propicia situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista²⁹⁹.

Apesar da complexidade da tarefa, observar as entrelinhas das falas, as expressões dos entrevistados, os silêncios, os risos e lágrimas, propicia uma visão mais ampla, e ao mesmo tempo sensitiva, daqueles que querem ser ouvidos. Deste modo:

Saber explorar o riso, as pausas, o silêncio, os gestos e as linguagens não verbais, de maneira geral, é uma atividade indispensável que exigiria não apenas técnica e prática, mas sobretudo sensibilidade por parte do entrevistador. Em muitos momentos, o que é verbalizado pode não estar em concordância com os gestos não verbais. O riso, por exemplo, pode significar diversas coisas, dependendo da postura e do contexto em que ocorrem durante a entrevista: o fato de o participante ter achado graça em alguma fala ou

²⁹⁷ LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1994. 270.

²⁹⁸ DUARTE, R. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*: Educar. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná. n°24: 213-225 p., 2004, p. 215.

²⁹⁹ Idem, p. 216.

lembrança; um certo tom irônico; ou ainda um certo nervosismo. Outro exemplo frequente é a incapacidade do entrevistador de lidar com o silêncio, tornando-se impaciente e incomodado e projetando, na maioria das vezes, tal incômodo aos participantes. Os momentos de silêncio e pausas durante a entrevista podem constituir fatos significativos no contexto do discurso e não devem ser substituídos por perguntas rápidas e improvisadas³⁰⁰.

A análise perpassa o campo das falas verbalizadas e iguala, no mesmo grau de importância, as expressões corporais, que, se consideradas da forma certa, somam para o resultado final da pesquisa. Deste modo, mediante autorização dos entrevistados, os depoimentos foram filmados, o que proporcionou a possibilidade de ponderar, para além do momento da entrevista, as declarações não verbalizadas, tão presentes quanto as próprias falas.

Há que se ressaltar, ainda, os desafios concernentes a história oral, que permeiam em uma esfera tênue entre a realidade e a fantasia e não deve, portanto, ser dissociado de outras fontes para a compreensão do tema. Na percepção da teórica argentina Beatriz Sarlo:

O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade³⁰¹.

Para Sarlo, é preciso considerar que a narrativa do testemunho passa pela subjetividade do indivíduo, o que torna o relato dos fatos dissociável às impressões vividas por ele e pode levar o sujeito a recriar o momento passado a partir de seu próprio discernimento da verdade.

O uso de fontes orais, pressupõe que o indivíduo, através da memória, exponha fatos e acontecimentos que enobrecerão o trabalho, contudo, é necessário ponderar que nem sempre os depoimentos preenchem as expectativas do pesquisador. Deve-se considerar, ainda, que segundo o historiador Enrique Serra Padrós, “*se há usos da memória, há também, usos do esquecimento [...] que são usados ou que são usáveis para certos fins*”³⁰² e são resultantes da seleção de informações que podem se tronar, mesmo que a partir de uma construção social, inerentes ao indivíduo. Para Jacques Le Goff “*o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento*”³⁰³, já que, tanto a lembrança quanto o esquecimento

³⁰⁰ MIGUEL, F. V. C. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada: *Revista Odisséia* PPgEL/UFRN. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. n°05 jan./jun., 2010.

³⁰¹ SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 51.

³⁰² PADRÓS, E. S. Usos da memória e do esquecimento na História. *Literatura e Autoritarismo*. n°04. Disponível em: <w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num4> Acessado em: 10 de abr. 2015.

³⁰³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 26.

podem ser criados ou recriados como ferramenta de manipulação da memória coletiva.

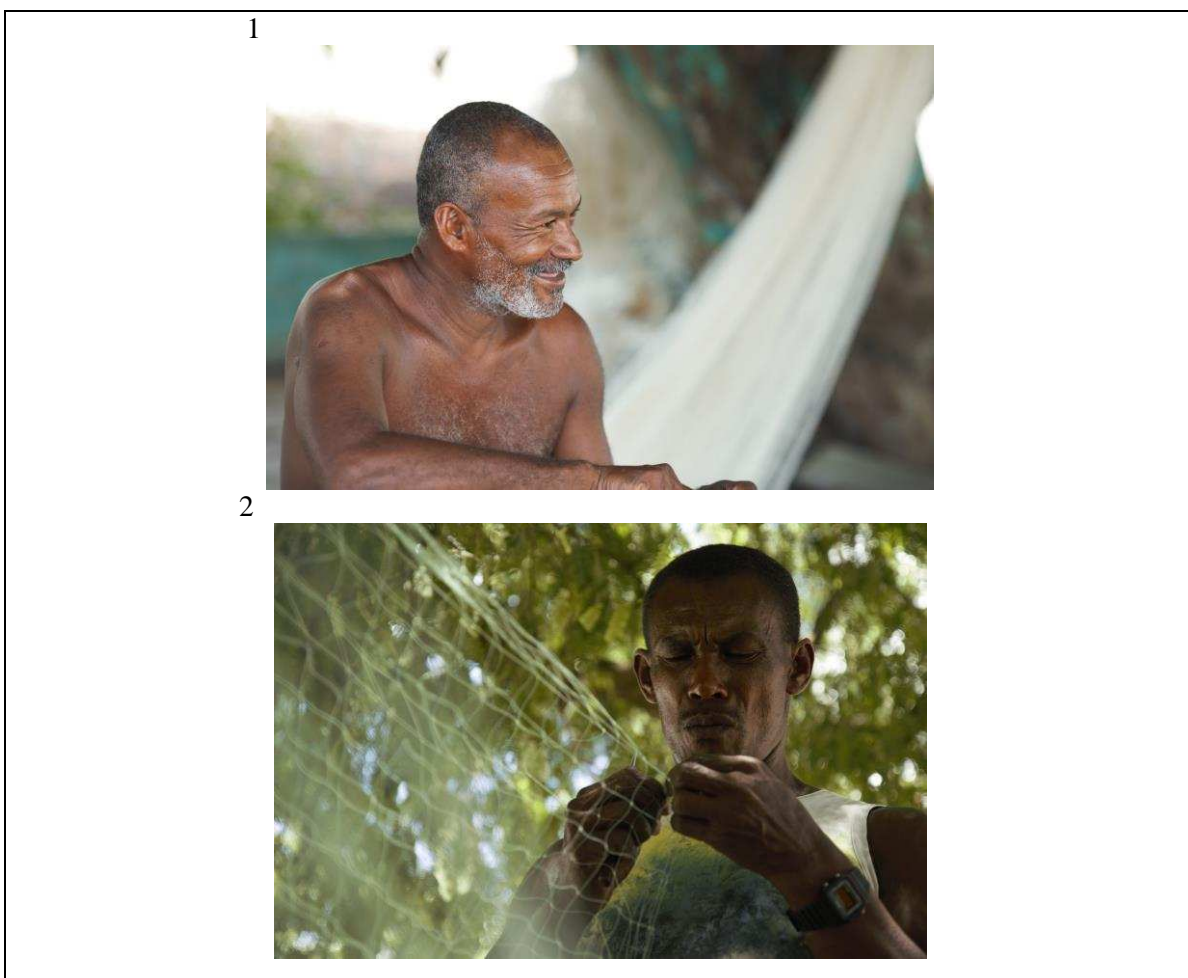


FIGURA 26: Pescadores entrevistados. FONTE: Acervo pessoal. Foto: Peterson Fagundes. Pescadores fotografados durante as entrevistas. Figura 01: O sr. Valdir nos concedeu a entrevista no momento em que apreciava a sombra de uma robusta árvore na praça junto ao porto de Caravelas. Figura 02: O sr. Josiel permitiu ser entrevistado durante seu ofício de consertar as redes de pesca. A princípio, o sr. Josiel, mostrava-se receoso em falar, mas logo estava envolvido numa conversa (entrevista) sem tirar os olhos da linha que rapidamente ganhava forma com seus hábeis dedos.

Após, considerar a relevância das entrevistas como recurso metodológico e seus desafios para esta pesquisa, foi necessário identificar, então, os personagens da trama em questão e buscar entre estes indivíduos que estivessem dispostos a serem ouvidos. Portanto, o que pode ser caracterizada como uma simples tarefa, na verdade, demonstrou-se uma árdua atividade na tentativa de expor os objetivos a serem alcançados com as entrevistas.

3.3. A relação dos pescadores com o PARNAM dos Abrolhos

Para se compreender os conflitos entre comunidades pesqueiras da cidade de Caravelas e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos foi preciso traçar uma linha do tempo capaz de delimitar os momentos nos quais havia uma inclusão dos pescadores na região onde, hoje, está

localizado o Parque e o instante em que houve uma ruptura nessa relação. Assim, deve-se considerar, portanto, a criação do Parque de Abrolhos no ano de 1983, como uma UC Integral, o que levou a proibição da retirada dos seus recursos naturais, ou seja, foi proibida a pesca dentro de seus limites.

Muitos pescadores já frequentavam o Arquipélago de Abrolhos antes da consolidação do Parque. Pescavam, desciam nas ilhas e aproveitavam os alimentos e ovos dos atobás. Ao falarem do tempo em que frequentavam Abrolhos muitos dos entrevistados, pescadores, demonstraram um certo saudosismo ao mencionarem suas aventuras passadas. Assim, descreveram:

A minha experiência de Abrolhos... eu tinha na faixa de 17/18 anos. Eu comecei a fazer viagem para Abrolhos, fazer descarga de navio, de tambores de óleo e mantimento para ilha, viu? Então, naquela época era liberado o Parque, todo mundo pescava, não tinha, não existia o Parque ainda de reserva³⁰⁴.

Abrolhos eu conheço desde dos anos '70'. Na época que nem Parque tinha ainda. Não existia Parque. A gente subia em Abrolhos, lá naquela época, a gente não comprava sardinha. A gente ia lá em Abrolhos saltava contra o vento, para os passarinhos, os passarinhos vomitavam, aí a gente pegava aquilo para engodo³⁰⁵.

Já venho frequentando o Parque Marinho de Abrolhos há muitos anos, desde a minha idade dos 12 anos. Então, em época que vinha para cá com meu pai, meu pai prestava serviço, apoio aqui para o pessoal da Marinha, e daí eu era jovem e visitava o parque e também as vezes pescava aqui com ele, nessa área de Abrolhos aqui, antes de ser Parque. Antes eu subia na ilha Siriba, antes... com uma vasilha para botar os atobás para vomitar para a gente catar o que ele colocava para fora. O vomito dele, que era a sardinha, para a gente está usando de engodo para a pescaria. E isso segui por muito tempo. Muitos catavam os ovos deles, quando raspava ficava azulzinho, os ovos dos atobás. E daí a gente pescava aqui dentro do Parque, dentro das ilhas aqui era ruim de peixe, tinha umas posições muito boa, mas, aí era para pescador que tinha muito conhecimento, como meu pai e outros mais³⁰⁶.

Nota-se a necessidade dos entrevistados de mostrarem que essas histórias passaram no período anterior à criação do Parque Marinho, o que pode ser compreendido como uma

³⁰⁴ SOARES, V. F. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [25 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³⁰⁵ SANTOS, A. P. O. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [26 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³⁰⁶ CAJUEIRO, L. M. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

necessidade de autoafirmação na tentativa de alegar que eles não praticam a pesca nos limites do Parque.

A partir dos dados desta pesquisa, percebe-se que os pescadores, residentes em Caravelas antes da implantação do Parque, apresentaram uma visão otimista do passado. Para alguns, foi a conotação de uma época de farturas, de alimentos acessíveis e livre exercício da pesca. O sr. Donizete, pescador conhecido como Panã (uma espécie de cação), ao ser entrevistado disse que não tinha muito o que falar sobre Abrolhos, pois há muitos anos não passava por aquela região.

Abrolhos só conhecia quando era novo...que tem um bocado de tempo que eu não vou lá em Abrolhos. Não sei nem como é que está mais, entendeu? Fui pescar. Pescar assim... fui passear e lá fiquei pescando, que não era proibido pescar ainda dentro de Abrolhos. Agora é, que tem reserva, entende? ³⁰⁷

Desde a proibição da pesca no Arquipélago de Abrolhos, muitos pescadores (os que respeitam as normas de restrição à pesca) tornaram-se excluídos da realidade e convívio da UC. Como resultado da pesquisa, foi possível perceber que uma parte significativa dos pescadores entrevistados apresentaram alguma experiência vivida por eles no Arquipélago de Abrolhos antes da criação do Parque, como mostra o Gráfico 05.

³⁰⁷ ROCHA, D. D. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [26 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

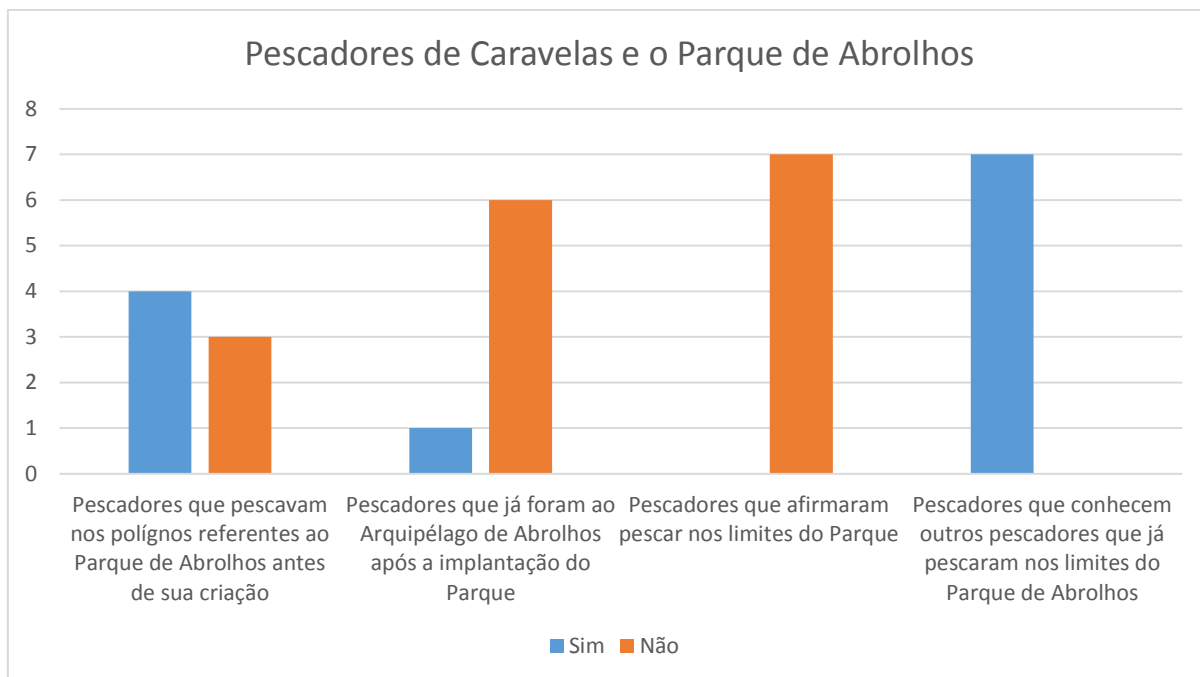


Gráfico 05: Pescadores de Caravelas e o Parque de Abrolhos. FONTE: Dados da pesquisa. Foram entrevistados 08 (oito) pescadores das comunidades de Caravelas, Barra de Caravelas e Ponta de Areia.

Dos pescadores entrevistados apenas 01 afirmou ter ido ao Arquipélago de Abrolhos após a criação do Parque Marinho. Deve-se considerar, entretanto, que entre os frequentavam a região antes de 1983, todos afirmaram não terem retornando ao Arquipélago de Abrolhos devido as limitações impostas as embarcações pesqueiras que não podem adentrar nos limites da UC, exceto, em situações atípicas, como por exemplo, buscarem abrigo no fundeadouro do Arquipélago em caso de mau tempo.

Outro aspecto relevante, ainda, é que todos sabem de casos de pescadores que insistem continuar pescando, mesmo com o risco de serem multados ou perderem suas embarcações. Segundo o sr. Antônio Pedro Santos, presidente da Associação de Pescadores e Moradores da Barra de Caravelas:

Aqui na Barra, principalmente aqui na Barra, eles não respeitam. A gente trabalha em cima disso aí, eles pescam direto. Não todos, né? Principalmente com compressor, acabando com peixe que está, já está em extinção. A gente briga muito, mas é... continua no mesmo³⁰⁸.

Como resultado desta pesquisa, foram identificados a preocupação dos interlocutores no que tange aos conflitos apresentados, outrora, no Capítulo 2. Entre eles, encontra-se os impactos

³⁰⁸ SANTOS, A. P. O. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [26 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

ambientais gerados pela dragagem da barcaça, que para alguns pescadores tem colocado em risco a própria Resex Cassurubá. De acordo com o sr. Antônio:

Aqui é a Resex do Cassurubá, ali é o Pontal do Sul, que a dragagem quase já comeu tudo. Ali tinha mais de 2 milhas de largura, hoje não tem uma milha de largura, entendeu? E eu acho que a cada dia que passa aquilo ali só vai acabando...que a gente alcançou aquilo ali, uma largura de mais de 2 milhas. Hoje não tem uma milha de largura, o mar está comendo tudo. Esse e rio nosso, que vocês 'tão' vendo aqui, isso aqui tinha 06 metros de profundidades. Hoje... aquela boia laranja lá, fica toda no seco, a lama da dragagem aterrou tudo. O canal aqui não tem 20 metros de largura mais³⁰⁹.

Para ele a dragagem tem prejudicado a Resex do Cassurubá e, por consequência, além, dos prejuízos ambientais, eles, também, sofrem os impactos na economia, já que a pesca é uma das principais atividades econômicas do município, que possui por volta de 1.800 famílias³¹⁰ que vivem diretamente dessa atividade econômica e representa cerca de 25%³¹¹ de famílias que residem em todo município.

3.3.1. A pesca artesanal e o PARNAM dos Abrolhos

Maria Bernadete Silva Barbosa, monitora ambiental do Parque de Abrolhos, mais conhecida como Berna, é a funcionária que está a mais tempo trabalhando no Parque, quase três décadas, e vivenciou os primeiros anos dessa UC. Berna desenvolve atividades de educação ambiental junto aos visitantes do Parque, além, de auxiliar nos monitoramentos da biodiversidade das ilhas do arquipélago.

Outro conflito identificado a partir dos depoimentos, é referente aos pescadores e as baleias. Muitos pescadores consideram a baleia uma ameaça à pesca, pois é comum muitas delas serem emalhadas e causarem estragos as redes de pesca. Assim, para a bióloga e voluntária do Parque de Abrolhos, Marina Angeli:

A gente tem muitos casos de baleias que são emalhadas em rede de pesca, né? Então, os pescadores já enxergam a baleia como um problema, para eles. Consequentemente, a pessoa que está lá trabalhando para a conservação da baleia, também entra na questão 'problema', né? Então, o projeto que estuda as baleias aqui na região, também, tem todo esse desafio de estar lidando com a comunidade, principalmente, na parte de educação ambiental, para que eles

³⁰⁹SANTOS, A. P. O. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [26 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

³¹⁰ FÁBRICA de Gelo da Coompescar completa 1 ano de atividades com sucesso. *Farol para Abrolhos*. 2015. Disponível em: <http://farolparaabrolhos.blogspot.com.br>. Acessado em: 07 de abr. 2016.

³¹¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: CNEFE - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos. *Cidades*. Disponível em: < cidades.ibge.gov.br > Acesso em 05 de junho de 2016.

entendam, também, que ninguém é contra a pesca, que é a atividade o sustento deles³¹².

Para os pescadores as baleias possuem mais privilégios, já que o auxílio que é prometido para recuperar os prejuízos causados pelas visitantes nem sempre é cumprido. Para o pescador Lierte Cirqueira:

Ela se enrosca e sai puxando todo o pano, ou corta rede, tanto de boeira quanto a arraieira. Já registrei que perdi 7.000 reais em material por causa de baleia. Outros colegas também perderam dinheiro assim. Tem uma baleia que pegou 600 metros de pano aqui e levou até o Rio de Janeiro, e depois acharam ela morta lá, toda enrolada no pano³¹³.

Em meio a esses conflitos observa-se a negligência do poder público, que em nome da preservação ambiental, institui normas e restrições, mas, não sustenta, de forma prática, as garantias de sobrevivência básica aos pescadores.

Quanto aos conflitos apresentados e discutidos no Capítulo 2 deste trabalho, referentes as ameaças de exploração de gás e petróleo na região dos Abrolhos e o empreendimento de carcinicultura nos estuários de Caravelas e Nova Viçosa, notou-se que estas já não são preocupações de âmbito geral entre os pescadores. Contudo, entre os ambientalistas a preocupação é constante, já não é descartada a possibilidade de surgir novos empreendimentos de impactos negativos a biodiversidade local.

³¹² ANGELI, M. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³¹³ ZAMBONIM, R; WEDEKIN, L; FARIAS, U. A. *Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: comunidade de pescadores de Caravelas, sul da Bahia* / coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevedo Marim, Joaquim Shiraishi Neto; autores, Renata Zambonim, Leonardo Wedekin, Uilson Alexandre Farias. – Caravelas, BA: Casa 8 Desing / Editora Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 08.

1.



2.



FIGURA 27: Atividades desenvolvidas pela monitora ambiental do Parque de Abrolhos. FONTE: Acervo pessoal. Foto: Peterson Fagundes. Nas imagens acima, Berna acompanha um grupo de ambientalistas responsáveis pelo monitoramento de aves marinhas e costeiras. Imagem 1: A monitora auxilia na colocação de anilhas em uma grazina com o ninho entre as rochas na ilha de Santa Bárbara. Imagem 2: Caminhada em uma encosta na ilha de Santa Bárbara para o monitoramento dos ninhos das grazinas e a retirada de armadilhas para a captura de ratos, predadores exóticos dos ovos das aves no arquipélago.

Em seu depoimento, Berna declarou que a relação com os pescadores já esteve em dias mais delicados. Apesar de preferir não falar dos conflitos Berna relembra os primeiros trabalhos junto as comunidades pesqueiras:

[...]o começo foi mais difícil trabalhar com os pescadores, mostrar para eles a importância de estar preservando um lugar, para eles mesmos. Tipo proibindo a pesca nessa área dentro do Parque. Então, foi mais complicado esse começo de trabalho, '88', '89'... mostrar para ele essa importância de fechar o Parque, de uma área aberta, uma área fechada. Principalmente, para os pescadores, porque falar com pescador é uma usar uma linguagem simples, o mais simples

possível. E o que eu vi mesmo, tem que envolver sempre eles em todas as ações que tiverem para poder eles entenderem melhor³¹⁴.

Assim, na percepção da entrevistada, os anos iniciais do Parque não foram dos mais fáceis, pois era difícil para o pescador compreender o porquê das restrições quanto a pesca. Deve-se ponderar, entretanto, que não houve uma contrapartida por parte do Estado, no que diz respeito às indenizações aos pescadores, isso, porque a proibição da pesca não foi avaliada como desintegração territorial, já que, a proteção integral corresponde à apenas uma pequena porcentagem em uma área de 48.899 km², considerados de grande potencial para a atividade pesqueira.

A preocupação quanto ao interesse dos pescadores nas atividades de preservação é contemplada no Plano de Uso Público do Parque:

A comunidade pescadora foi apontada pelo setor não governamental como prioritária no processo de conscientização. A área dos recifes das Timbebas foi indicada como estratégica para este tipo de trabalho. Representações das comunidades pescadoras manifestaram um certo afastamento nas relações com o IBAMA, no entanto, não manifestaram claramente o interesse em receber informações sobre o Parque. Suas reivindicações restringem-se aos procedimentos de fiscalização e controle³¹⁵.

A criação do Parque na região de Abrolhos, não diferente de outras UC's Integral no Brasil, impactou a comunidade local, especialmente, aqueles que viviam diretamente da pesca e não conseguiam entender as novas restrições, por vezes, devido à falta de diálogo, por parte dos órgãos responsáveis, junto às populações tradicionais. Com esse viés, pode-se compreender, portanto, o impacto mais a nível cultural, do que, propriamente econômico, já que, a área de restrição não corresponde nem a 2% de toda a região de pesca no Banco dos Abrolhos. Mas, é preciso considerar, a proposição que o processo de implantação do Parque não contou com a participação coletiva das comunidades pesqueiras da região. À época, de acordo com o que se apurou na pesquisa, os pescadores foram informados das restrições à pesca após a criação do Parque, não havendo uma divulgação ou consulta pública para sua implantação. Nas considerações do ambientalista César Musso a esse respeito:

A criação do Parque, como aconteceu em outros lugares do país, impactou algumas atividades, especialmente, a atividade pesqueira. [...]. Esse impacto,

³¹⁴ BARBOSA, M. E. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³¹⁵ KHOB, A. J. D. *Plano de Uso Público para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/ Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2003, p. 47.

ele teria que ser trabalhado para que fosse um impacto que, embora, aparentemente, fosse negativo, para a pesca, por causa das restrições, mas, pelo próprio objetivo da criação do Parque, que é a conservação, deveria com tempo confluir para que o interesse da pesca artesanal e da conservação, digo da pesca artesanal na região do grande mar de Abrolhos e a conservação de um pequeno polígono onde estar o Parque deveriam confluir, isso para o futuro, para uma integração total. De modo que fosse assumido pela comunidade pesqueira artesanal, que a existência do Parque e as restrições nesse polígono é benéfica como todos os estudos, como tudo que se propaga a respeito de conservação determina³¹⁶.

É possível observar que devido os objetivos do Parque e a relevância de sua existência e, conseqüentemente, a necessidade da proibição da pesca dentro dos limites do Parque, que, deve-se ressaltar, não chegam a 2% de todo o território do Banco dos Abrolhos, o próprio tempo deveria ser responsável pela consolidação da aceitabilidade por parte dos pescadores artesanais em relação as restrições de pesca.

É preciso avaliar, também, que, segundo o ICMBio, “*dados de monitoramento pesqueiro mostram que a pesca nas regiões vizinhas ao Parque movimenta mais de R\$ 100 milhões por ano, o que representa 10% da receita da atividade no Brasil*”³¹⁷, o que é fruto da reserva de proteção integral que garante “*a manutenção da pesca nas regiões vizinhas, que é o meio de subsistência para cerca de 20 mil pessoas na região*”³¹⁸. Contudo, percebe-se que o que deveria confluir para uma relação amistosa entre os pescadores artesanais e o Parque, ainda, caminha em direção ao conflito.

Deve-se considerar ainda que por se tratar de uma área de proteção marinha as barreiras que definem os limites do Parque são naturais, dessa forma, só podem ser determinadas com a ajuda do GPS (Sistema de Posicionamento Global), equipamento que se tornou obrigatório nas embarcações pesqueiras. Embora, de acordo com o que foi apurado na pesquisa, muitos pescadores, quando surpreendidos pescando nos limites do Parque, argumentam que não possuem o GPS e, assim, desconhecem a área exata do PARNAM dos Abrolhos.

³¹⁶ MUSSO, C. Abr’olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³¹⁷ INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. Parque Nacional Marinho de Abrolhos. *Parques e Florestas. Nacionais*. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos> Acesso em 16 de abril de 2016.

³¹⁸ Idem.

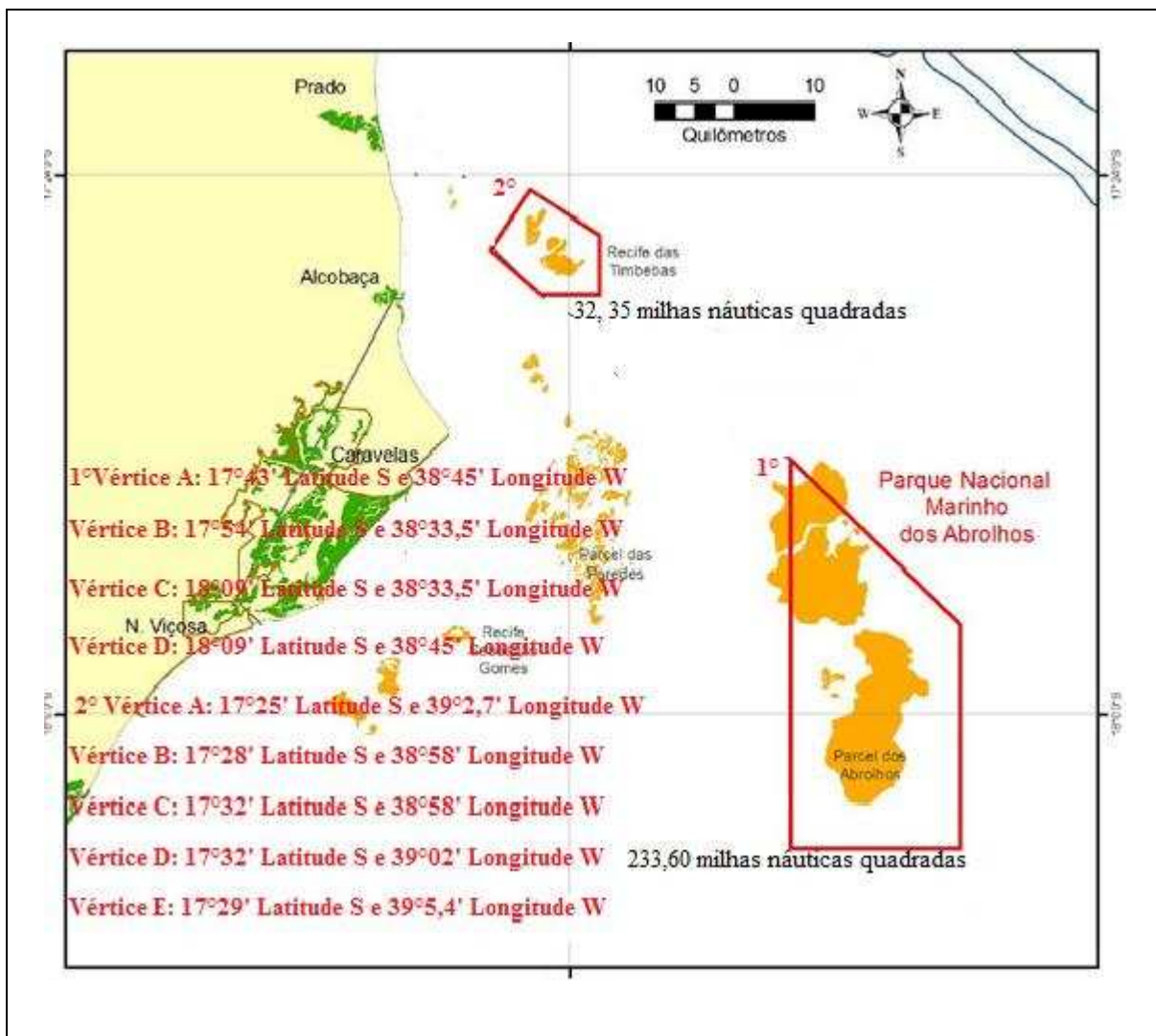


FIGURA 28: Coordenadas geográficas do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. FONTE: O Eco³¹⁹, com adaptações da autora. As áreas que compõem o Parque de Abrolhos são delimitados pelas seguintes coordenadas geográficas: 1ª área (quadrilátero) – Vértice A: 17°43' Latitude S e 38°45' Longitude W; Vértice B: 17°54' Latitude S e 38°33,5' Longitude W; Vértice C: 18°09' Latitude S e 38°33,5' Longitude W; Vértice D: 18°09' Latitude S e 38°45' Longitude W; 2ª área (pentágono irregular) – Vértice A: 17°25' Latitude S e 39°2,7' Longitude W; Vértice B: 17°28' Latitude S e 38°58' Longitude W ;Vértice C: 17°32' Latitude S e 38°58' Longitude W ; Vértice D: 17°32' Latitude S e 39°02' Longitude W; Vértice E: 17°29' Latitude S e 39°5,4' Longitude W.

Como não existem barreiras físicas para delimitar a área do Parque não é incomum as abordagens às embarcações, principalmente, ao polígono referente ao Recife das Timbebas. Essa realidade é confirmada tanto por agentes de fiscalização do ICMBio, quanto pelos próprios pescadores. De acordo com Erley, monitor do Parque de Abrolhos:

Uma das complicações do Parque é a pesca predatória, que nós temos aqui na região. Nós temos bichos endêmicos que só existem aqui na região, tipo o Bodião Azul e é um herbívoro que ajuda a cuidar, a limpar toda nossa fauna

³¹⁹ Disponível em: <www.oeco.com.br> Acesso em 16 de abril de 2016.

aqui. E tem sido bastante predado pelos pescadores... As pessoas pescam de uma forma abusiva. E um dos conflitos que nós temos com a comunidade pesqueira é essa de estar tendo a fiscalização, está abordando. Às vezes as pessoas não entendem o trabalho da gente, acha que nós estamos aqui só querendo saquear eles. É um ponto de vista deles, porque eles necessitam, então, eles preferem se arriscar e vir está pescando aqui na área protegida. Mas aí, nós estamos fazendo o nosso trabalho que é chegar, abordar, tentar convencê-los de não está pescando na área. Quando existem evidências e provas que estavam pescando, o barco é apreendido pelo fiscal, pelo agente do ICMBio e é levado para a terra e onde a gente coleta todos os materiais de pesca e a pesca³²⁰.

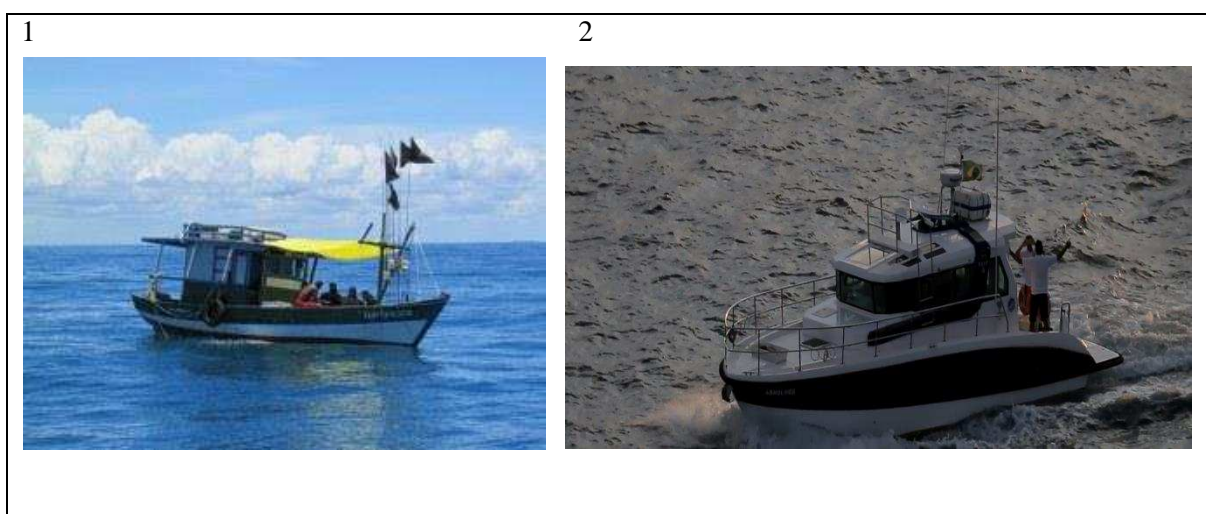


FIGURA 29: Flagrantes de pesca ilegal dentro do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. FONTE: Imagem 1 - Portal Brasil³²¹. Embarcação de pesca é flagrada dentro do Parque de Abrolhos. Imagem 2 – Acervo pessoal. Lancha de fiscalização saindo para apurar a denúncia de embarcação de pesca nos limites do parque, próximo ao Arquipélago³²²

Segundo o sr. Antônio pescador da comunidade de Barra de Caravelas:

“A pobrezinha da Timbebas ali, é gente todo dia lá dentro acabando com tudo, é todo o dia, é todo o dia ... E falo porquê a gente vê... Área proibida, é porque...é porque, também...tem que ser respeitado. E eles desfrutam assim, igual a outra área qualquer”³²³.

³²⁰ CRUZ, E. Abr’olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³²¹BRASIL. Abrolhos e Cassurubá (BA) são alvo de combate à pesca ilegal. *Portal Brasil*. 2014. Disponível em: www.brasil.gov.br/meio-ambiente/. Acessado em: 22 de fev., 2016.

³²² A ocorrência aconteceu no período em que estamos no Arquipélago de Abrolhos para a realização das entrevistas e filmagens. Logo que desembarcamos, por volta das 17 horas, monitores do Parque avistaram, a olho nu, o que seria uma embarcação de pesca. Monitores e o chefe do Parque junto a oficiais da Marinha saíram para verificar as suspeitas de pesca ilegal. Duas embarcações foram abordadas verificou-se a existência da atividade ilegal de pesca. Assim foram feitos os procedimentos de apreensão do material de pesca e todo o pescado que estava em uma das embarcações, a outra por sua vez, conseguiu fugir logo depois que foi abordada.

³²³ SANTOS, A. P. O. Abr’olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [26 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista

As abordagens e apreensões do material de pesca e embarcação caracterizam a existência do confronto entre agentes de fiscalização e pescadores das comunidades caravelenses, que insistem em pescar nas áreas proibidas. De acordo com o próprio pescador, a região do Timbebas, uma das áreas do Parque, a que fica mais próxima ao continente, é mais desrespeitada. A pesca ilegal nos Recifes de corais das Timbebas pode causar danos irreparáveis nas formações coralíneas, que podem ser danificadas com o material de pesca e a própria embarcação, já que, em maré baixa é possível avistar os imensos chapeirões que emergem à superfície.

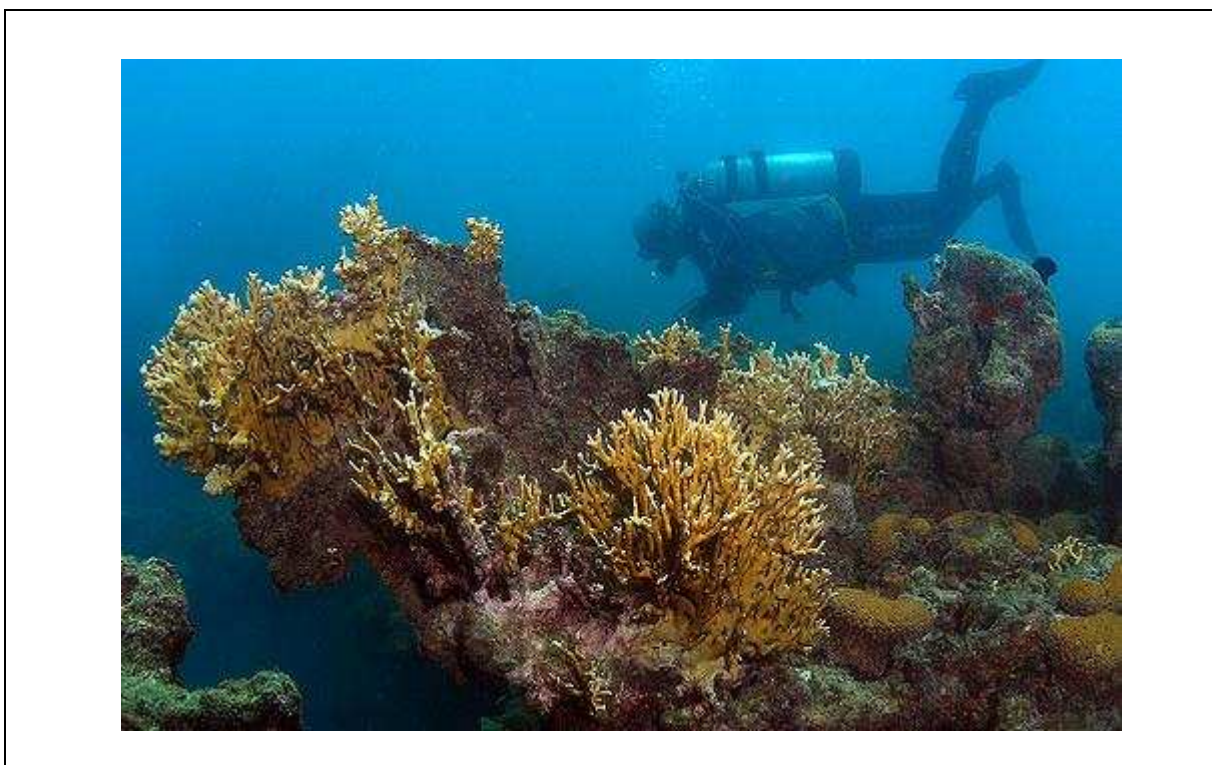


FIGURA 30: Recifes de corais das Timbebas. FONTE: Greenpeace. Foto: FALANGLE³²⁴. A área das Timbebas é conhecida pelos recifes de corais que afloram à superfície na maré baixa. Frequentada por mergulhadores que além, de desfrutarem dos corais, aproveitam os destroços de navios naufragados em seus limites. O recife das Timbebas carece de fiscalização, apesar de ser uma área mais próxima ao continente.

Com a pesquisa foi possível constatar que barcos pesqueiros, tanto da região quanto de outros estados, mais comum do Espírito Santo, são avistados em atividades de pesca ilegal, principalmente na área do Recife das Timbebas. Contudo, nem sempre são flagrados por agentes do ICMBio, uma vez que, segundo os monitores do Parque, uma das dificuldades dessa UC está no baixo número de funcionários e, por consequência, uma limitação na fiscalização.

concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³²⁴ FALANGLE, A. *Greenpeace*. Disponível em: <www.flickr.com> Acesso em 19 de abr. de 2016.

Para o analista ambiental do ICMBio e atual gestor do PARNAM dos Abrolhos, Fernando Repinaldo, os desafios vão além da pesca ilegal nos limites da UC, para ele,

Os principais desafios, então, para alcançar os objetivos esperados pelo Parque e o desenvolvimento de todas as atividades necessárias. A gente tem desde os desafios por parte operacional, da parte logística, que é trabalhar numa área que fica, no caso do polígono referente ao Arquipélago e Parcel dos Abrolhos, de uma área que está a 70 quilômetros da costa, onde a gente depende de ter um apoio da Marinha do Brasil para poder ter uma base no local, para poder estar próximo às atividades. E assim, também como agente depende... as dificuldades que a gente tem de ter os insumos adequados para o traslado da equipe, para a manutenção da equipe nas atividades e mesmo para a viabilização das atividades em si, como aquisição de alguns de alguns equipamentos e outros materiais³²⁵.

Sem os recursos necessários para a manutenção das precisões básicas dessa UC, torna-se um desafio manter suas prioridades no que diz respeito à preservação da sua biodiversidade e a fiscalização de seu território. Com a extensão das duas áreas que compõem o Parque, com uma distância significativa da costa, há necessidade de recursos para a manutenção e utilização da lancha de fiscalização.

É ainda, desconfortável a dependência que o Parque mantém com a Marinha. Vale ressaltar, que a ilha de Santa Bárbara, a maior do Arquipélago está sob a jurisdição da Marinha do Brasil, com uma base naval na ilha, presta serviços de sinalização náutica e meteorologia. E os funcionários do Parque dependem da autorização da Capitania dos Portos para o desembarque e acantonamento, que acontece na casa que foi cedida como alojamento para os monitores.

3.4. Propostas e projetos: a comunidade no Parque

A análise dos depoimentos e da observação *in loco* revelaram que há um esforço por parte do Parque, monitores e funcionários do Centro de Visitantes do PANARM dos Abrolhos, para um engajamento das diversas comunidades com a vida em Abrolhos e sua biodiversidade. Nos últimos anos, vários projetos foram desenvolvidos na tentativa de aproximar o Parque, que é geograficamente distante, da população local. Ao referir-se aos programas comunitários do Parque, a Berna declarou:

Aí teve também ‘Comunidade em Abrolhos’. Nossa isso aí também foi muito legal! Porque trazia gente que nunca veio aqui da comunidade e mostrar tudo isso para ele, ir falar, mostrar como eles são importantes dentro do Parque que é um lugar que é deles, só que eles nem conheciam. Pessoas antigas que

³²⁵ REPINALDO, F. Abr’olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [24 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

vieram aqui, eu até ficava emocionada, né? De receber o pessoal “Comunidade em Abrolhos”³²⁶.

O projeto “Comunidade em Abrolhos” não está mais em atividade, mas, os monitores do Parque afirmam que este projeto foi bem aceito pela comunidade e que muitos tiveram a oportunidade de conhecer o Arquipélago. Segundo ICMBio:

O programa Comunidade em Abrolhos foi criado em 2009 com o propósito de aproximar o público que vive na área de entorno, do cotidiano do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Através de uma visita orientada, cerca de 200 pessoas da comunidade já conhecerem a unidade, aprendendo a sua importância para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais da região³²⁷.

A ideia consistia nas caronas que eram cedidas pelas embarcações turísticas da cidade, desta forma, as pessoas da comunidade que não podiam custear as despesas da viagem, participavam do projeto e eram recebidos no Arquipélago pelos monitores do Parque e apresentados à sua biodiversidade. Apesar da extinção do projeto, o Parque, ainda hoje, recebe, eventualmente, pessoas da comunidade:

Tem muita gente que vem junto com o barco de turismo, que é da comunidade... muita gente que não tem condição de pagar, mas que pode estar vindo com as embarcações e chega aqui e a gente recebe. Às vezes, as pessoas se sentem meio inferior, está junto com o grupo. Mas, aí a gente mostra a eles que eles são iguais, que eles também podem fazer, participar de tudo isso aqui³²⁸.

Não é difícil compreender, no entanto, a resistência, por parte de alguns moradores locais, em participarem de projetos que envolvam caronas das empresas de turismo da região, principalmente quando não há a presença do idealizador do projeto junto à embarcação. Apesar de não existir relatos de maus tratos ou discriminação, o fato da carona ser estabelecida para um morador por vez cria uma situação desconfortável e faz com que eles não se sintam parte do grupo.

³²⁶ BARBOSA, M. E. Abr’olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³²⁷ INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. *Programa Comunidade em Abrolhos*. – ICMBio. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/> Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

³²⁸ BARBOSA, M. E. Abr’olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

Outros projetos, ainda, foram desenvolvidos por gestores e monitores do PARNAM dos Abrolhos, como “Professores no Parque”, o qual propunha, segundo matéria divulgada pelo blog Farol para Abrolhos:

[...] aumentar a integração entre a comunidade e o Parque Nacional sensibilizar e estimular professores e estudantes para o desenvolvimento de intervenções e reflexões das questões socioambientais do território e contribuir na formação socioambiental de professores da rede pública de ensino dos municípios de entorno do PNM dos Abrolhos³²⁹.

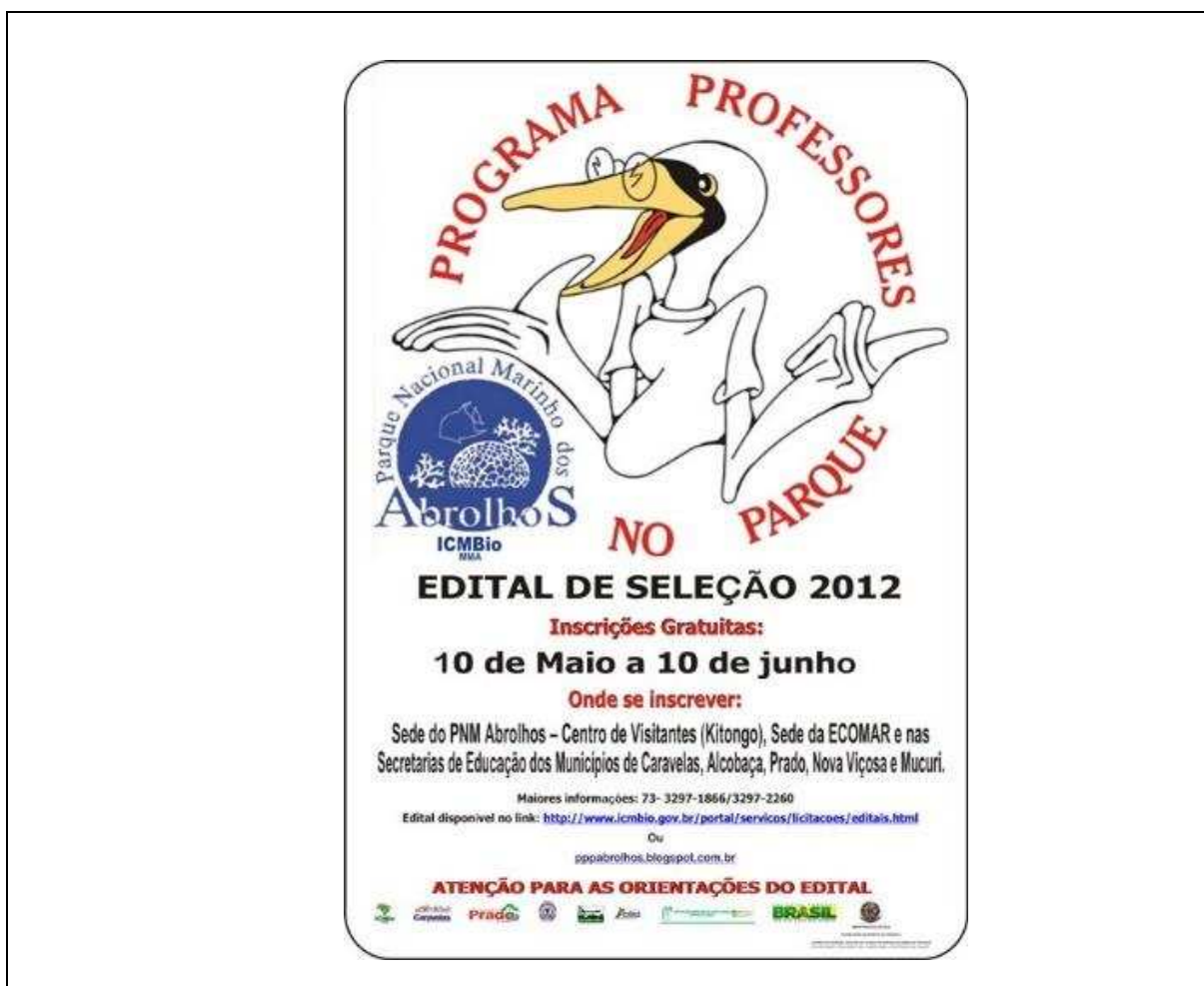


FIGURA 31: Panfleto de divulgação do Edital de Seleção Programa Professores no Parque 2012. FONTE: Farol de Abrolhos³³⁰. Panfleto de divulgação do Edital de Seleção do programa Professores no Parque no ano de 2012. A inscrição foi aberta à professores dos municípios de Caravelas, Alcobaça, Prado, Nova Viçosa e Mucuri.

Segundo o Monitor Ambiental do Parque, Erley Cruz, o projeto,

[...] tenta trazer a comunidade de Caravelas, daí e de toda a região que se beneficiam de Abrolhos, para estar conhecendo, estar entendendo mais o que

³²⁹ COELHO, A. Lançado o Edital de Seleção para o PPP 2012. *Farol para Abrolhos*, 2012. Disponível em: <farolparaabrolhos.blogspot.com.br> Acesso em 08 de março de 2016.

³³⁰ Idem.

os Abrolhos, porque essa necessidade de estar... **porque ninguém cuida de algo que não conhece**³³¹. (Grifo nosso)

A aproximação da comunidade com o Parque, uma das finalidades dos projetos propostos, promove o conhecimento, que por sua vez, estimula uma identificação com bem natural e, em virtude disso, fomenta a preservação da biodiversidade local.

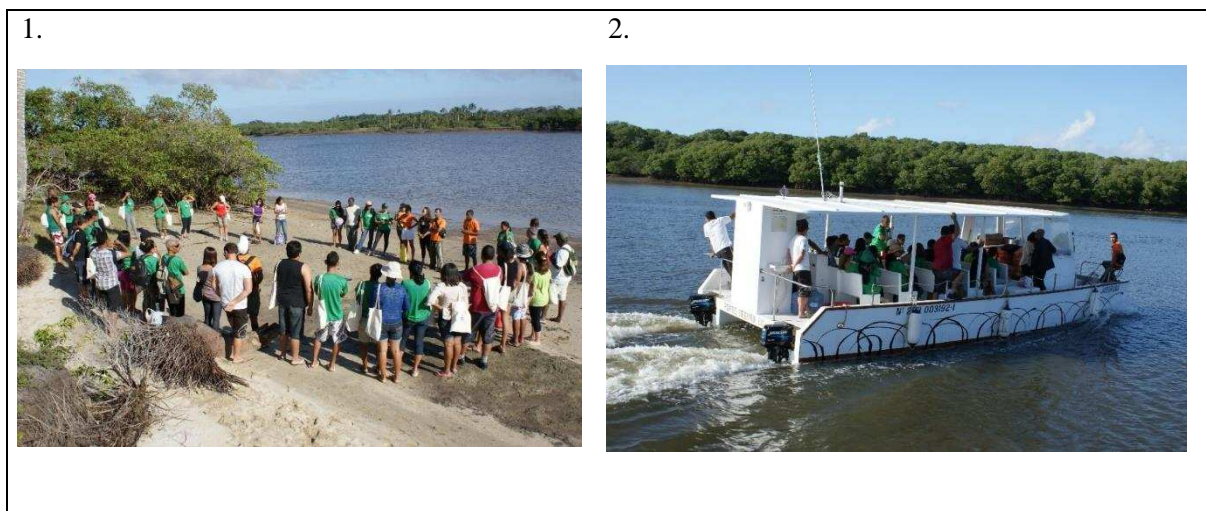


FIGURA 32: Projeto Professores no Parque no ano de 2012. FONTE: Farol para Abrolhos³³². Realização do Projeto Professores no Parque no ano de 2012. Imagem 1: Professores participantes do projeto no Centro de Visitantes do Parque de Abrolhos. Imagem 2: Aula de educação ambiental a bordo de embarcação no Rio Caravelas.

Nessa perspectiva, foi criado no ano de 2004 – 21 anos após a criação do Parque - o Centro de Visitantes do PARNAM dos Abrolhos na cidade de Caravelas, com a finalidade de promover uma aproximação da comunidade local, como afirma a Gestora Ambiental e monitora do Parque, Maria Aparecida:

O Centro de Visitantes, foi criado para aproximar a comunidade. As pessoas que não tem oportunidade de conhecer Abrolhos vêm para cá, conhece um pouquinho... acaba sabendo como é que funciona os trabalhos lá, o que têm lá, um pouquinho da biodiversidade do Parque mesmo. Além, de ter um trabalho, também, de educação ambiental com as crianças da própria comunidade, pescadores também. E ao longo do ano a gente recebe cerca de 2 a 3 mil visitantes³³³.

³³¹ CRUZ, E. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³³² PROGRAMA Professores no Parque 2012 continua com o acompanhamento dos projetos de intervenção nos municípios parceiros do Programa Farol para Abrolhos. *Farol para Abrolhos*. 2012. Disponível em: <farolparaabrolhos.blogspot.com.br/2012/08/programa-professores-no-parque-2012> Acesso em 29 de março de 2016.

³³³ OLIVEIRA, M. A. M. Abr'olhos! Uma análise da relação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [25 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

A participação e envolvimento das comunidades com as UC's vem representando um significativo avanço para a confluência e integração do Parque com as populações de seu entorno. Uma vez que, segundo a ecologista Lúcia da Costa Ferreira, na realidade do Brasil:

As UC's brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em situação de confronto com os moradores das áreas colocadas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas acabaram se tornando altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente investidos na condição de atores³³⁴.

O debate sobre os conflitos nas áreas de preservação ou a implantação de novas UC's, precisam transcender os fóruns de ordem intelectual e envolver as comunidades na discussão por medidas efetivas para aprimoramento nas relações socioeconômicas e preservacionistas.

Outra vertente a ser considerada, contudo, é que apesar do aparente envolvimento das comunidades locais com os programas de educação ambiental propostos pelo Parque de Abrolhos, ainda é possível encontrar aqueles que desconhecem essas ações. Visto que, de acordo com a pesquisa, nenhum dos pescadores entrevistados participaram de projetos desenvolvidos no Centro de Visitantes do Parque de Abrolhos ou em outras localidades e apenas 25% afirmaram ter conhecimento de projetos e eventos promovidos por essa UC.

É preciso frisar que o objetivo dos projetos é garantir o envolvimento das comunidades locais com ações preservacionistas da biodiversidade do Parque e de seu entorno. O que em suma, produziria não apenas conhecimento, mas, sobretudo, respeito as áreas protegidas. Entretanto, apesar de muitos aderirem aos programas de cunho ambiental, seja para crianças, professores, artesãos ou pescadores, existem barcos de comunidades pesqueiras da cidade sendo avistados na prática da pesca ilegal nos limites do Parque. Ainda tem pescadores sendo abordados e multados por desrespeitarem as regras vigentes dessa UC. Fato que precisa ser pensado, uma vez que, se por um lado existem esforços para confluir os interesses, por outro lado permanecem ações enraizadas que sustentam o conflito entre pescadores e o Parque de Abrolhos.

³³⁴ FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP: *Ambiente e Sociedade*. Campinas, SP. v. VII, nº01: 47-66 p. jan/jun. 2004, p. 52.

3.5. De olhos abertos para as soluções

Somente ter o Parque como uma área protegida na região não basta, assim, como também somente as Unidades de Conservação e as áreas protegidas não vão resolver o problema.

Fernando Reinaldo. Biólogo e gestor do PARNAM dos Abrolhos.

No contexto do conflito entre as comunidades pesqueiras de Caravelas e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos estão evidentes a disputa pelo usufruto dos recursos naturais nos limites dessa UC. É necessário, contudo, esclarecer que esses conflitos acontecem, por vezes, de forma silenciosa, sendo evidenciados quando as embarcações pesqueiras são flagradas em atividades ilegais e, assim, há um confronto direto, em alguns casos não tão amigáveis, entre pescadores e os agentes de fiscalização do ICMBio. Segundo o depoimento do ambientalista César Musso:

Mas, infelizmente esse não é um privilégio de Abrolhos, eu vejo que aqui no Brasil, talvez em raras situações, a interação da comunidade evoluiu positivamente. Isso talvez tenha evoluído positivamente em alguns exemplos de unidades que são de uso sustentável, unidades que nasceram pela necessidade da comunidade beneficiada pela exploração sustentável dos recursos, como as Resex, como as RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Mas, a minha impressão é que a criação de unidades de uso restrito, ela traz consigo essa dificuldade, esse desafio e nem sempre ela consegue vencer. E para sistema de UC no Brasil, 30 anos, na minha opinião, já teria que ter sido tempo suficiente para haver essa confluência³³⁵.

A visão do entrevistado não é otimista e representa em certo sentido o contexto da realidade das UC's no Brasil. As Unidades de Conservação de uso restrito, apesar da relevância para a preservação da biodiversidade, não possuem a mesma aceitabilidade das que podem beneficiar de forma mais palpável³³⁶ as comunidades de seu entorno. Para ele, o PARNAM dos Abrolhos não foge à regra e embora criado há mais de 30 anos, ainda, apresenta sérias debilidades na gestão de conflitos junto às comunidades pesqueiras.

Já na visão do gestor do Parque Fernando Reinaldo, apesar da existência de conflitos, algumas conquistas foram alcançadas e representam um avanço no processo de efetivação do envolvimento entre o Parque e as comunidades pesqueiras. Para Reinaldo,

Houveram alguns avanços ao longo desses anos, como a criação das Reservas Extrativistas do Corumbau, ao norte, e de Cassurubá abrangendo os manguezais de Caravelas, que já contribui para proteção de parte desses ecossistemas, também fundamentais para a conservação do Parque. Uma vez

³³⁵ MUSSO, C. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³³⁶ No contexto aqui aplicado, palpável, cabe aos benefícios socioeconômicos que as comunidades, no entorno das UC, conseguem sentir. Por exemplo, em uma Resex, onde a exploração dos recursos de forma sustentável é restrita a uma determinada comunidade, esta, se sente beneficiada, pois, conseguem as vantagens, principalmente, as de ordem econômicas.

que grande parte dos peixes e alguns outros organismos marinhos mantém uma interconexão, vivendo parte de sua vida no manguezal. Além disso, a importância de se ter um estabelecimento de um ordenamento das atividades que ocorrem fora da unidade, seja por estabelecimento de uma zona de amortecimento, ou seja por uma atuação efetiva de outros órgãos correlatos às atividades é fundamental³³⁷.

Assim, a criação da Resex do Cassurubá configurou-se como um progresso, não apenas para a preservação do PARNAM dos Abrolhos, considerando que o Parque não possui uma ZA, mas, de sobremaneira, para as comunidades locais que são resguardadas do direito de usufruto desse território. Para um dos pescadores entrevistados, uma possível solução para mitigar os conflitos com as comunidades pesqueiras seria ampliação da Resex Cassurubá, aumentando, assim, a área extrativista para os pescadores locais.

A gente apoia aqui, a gente já fez várias reuniões para a gente conseguir... a reserva se encostar com Abrolhos, sabe por quê? Porque não entra os barcos aqui ao redor, mas, é uma área que a gente pode desfrutar dela... A nossa reserva aqui encostar com eles lá, ser uma área de amortecimento, igual Alcobaça é da nossa reserva aqui³³⁸.

É preciso considerar, no entanto, que esta proposta não representa a opinião coletiva de uma de uma associação de pesca ou de todos os pescadores entrevistados e precisa ser ponderada porque foi levantada de forma espontânea e caracteriza o desejo, mesmo que, ainda, isolado, de criar uma ZA e ampliar uma unidade de exploração de forma extrativista, o que beneficiaria os pescadores da região.

Além, da proposta de criação da Zona de Amortecimento do PARNAM dos Abrolhos, que já vem sendo cogitada há anos, há ainda, a discussão para a ampliação de áreas protegidas no Banco dos Abrolhos, inclusive de proteção integral. Segundo um folder informativo do ICMBio:

No Banco dos Abrolhos e em suas proximidades existem Unidades de Conservação, tanto na esfera federal quanto na estadual e municipal. No entanto, faz-se necessário ampliar a proteção para ambientes como os bancos de algas calcárias, os recifes profundos e as “buracas”, o que vai proporcionar maior proteção à biodiversidade regional, bem como a manutenção da produção pesqueira pela proteção dos estoques.

³³⁷ REPNALDO, F. Abr’olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [24 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³³⁸ SANTOS, A. P. O. Abr’olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [25 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

A sugestão que consiste na ampliação do Parque de Abrolhos, de uma área de 91.300 ha para 891.872 ha, o que pode, se não gerido da forma certa, ampliar os conflitos com comunidades pesqueiras da região. Portanto, vale salientar que a proposta vem acompanhada pela criação de outras áreas de proteção, inclusive, de uso extrativista. A respeito da relevância de criação de áreas de proteção marinha integral, o gestor da UC Fernando Reinaldo afirma:

Uma das melhores ferramentas para a gestão da pesca é ter áreas protegidas integralmente que possam servir de reservatórios, para que peixes que se reproduzam aqui migrem e povoem pesqueiros fora daqui. Uma vez que numa região já 'sobreexplorada', termos uma área como essa, como um grande berçário, como um grande reservatório permite a manutenção da integridade de diversas populações de espécies, incluindo aquelas de interesse comercial³⁴¹.

Esse conceito também é compreendido e aceito por alguns pescadores, como o sr. Valdir que declarou:

A reserva (Parque de Abrolhos) para a gente que é pescador é importante, entende? É a mesma coisa de você ter um fundo ali, você vai tirando, tirando, sem botar nenhum, a tendência é o quê? Enfraquecer, né? A mesma coisa é a reserva. [...] se não continuar aquilo ali, vai enfraquecer o nosso pescado. Agora vai prejudicar a comunidade daqui, vai escanear a pesca, da onde vão sobreviver? Que a maioria daqui sobrevive disso³⁴².

Logo, áreas de proteção integral contribuem para o desenvolvimento das atividades pesqueiras da região. Embora apesar de muitos entenderem e até concordarem com a ideia, o conflito permanece em torno do Parque. Fato relevante é que, por vezes coloca-se em pauta a conduta do pescador que desrespeita os limites impostos para o desenvolvimento da sua atividade econômica, mas ignora-se as medidas adotadas – pelas políticas públicas- para o gerenciamento dos conflitos que reflete o uso de pesos e medidas diferentes aos infratores, razão das rupturas e resistências. Vale tomar como exemplo o caso de Arnon Neto discutido no Capítulo 2 desta dissertação.

A relação de cada UC com as populações locais possui características específicas e são moldadas a partir de suas próprias experiências. Para o gestor do PARNAM dos Abrolhos:

³⁴¹ REPNALDO, F. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [24 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

³⁴² SOUZA, V. C. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [25 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

Muitas vezes, então, gerir a Unidade de Conservação ou promover a conservação da natureza está muito mais envolvido na gente. Na verdade, gerir esses homens e esses diferentes atores que agem sobre esses meios. Esse é um processo que é dinâmico e provavelmente nunca vai ter fim e nunca vai ter um ótimo. Mas, ele vai ao longo do tempo tendo momentos, às vezes, de mais adesão da população local com as normas, às vezes, momentos de menos adesão, às vezes, momentos em que esses atores agem causando maior pressão sobre a unidade e às vezes, menor pressão sobre a unidade³⁴³.

O conflito pode ser compreendido como um fator constante na relação Parque/comunidades pesqueiras e tem sua trajetória dinâmica e fragmentada no decorrer do tempo. Foi viável observar através da pesquisa que há uma tentativa de aproximação das comunidades pesqueiras com o Parque de Abrolhos através dos diversos projetos de inteiração promovidos no decorrer dos 33 anos de existência dessa UC. Entretanto, apesar da adesão por uma parte dessas populações tradicionais, ainda, são visíveis as faces do conflito decorrentes das limitações de usufruto das áreas de proteção integral. Faz necessário, portanto, repensar a preponderância dessas ações e promover medidas efetivas que conduzam os interesses vigentes em torno do Parque Marinho dos Abrolhos na mesma direção.

³⁴³ REPNALDO, F. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [24 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

PARTE II

CAPÍTULO 4. Vozes de Abrolhos: produção do Vídeo

Documentário como Produto Final do Mestrado

[...] na relação dos homens com a natureza, ocorre uma mediação via representação onde se entrelaçam e se exercem três funções do conhecimento: representação, organização e legitimação das relações dos homens entre si e deles com a natureza. Portanto, faz-se necessário analisar o sistema de representações presentes nas relações dos indivíduos com o seu meio, pois, baseados nelas, eles agirão sobre esse meio

Heloisa Turini Bruhns. A ideia da natureza como fronteira, 2007.

Neste capítulo serão apresentadas as etapas da produção do vídeo documentário, proposto como produto final desta pesquisa, produzido a partir de depoimentos de atores sociais nas comunidades pesqueiras de Caravelas e no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

A ideia da produção de um vídeo documentário surgiu do desejo de propor um retorno para a comunidade pesquisada, como parte da conclusão do curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Assim, ao iniciar o projeto pensou-se em um produto final que caracterizasse o momento da pesquisa *in loco* e atuasse como meio de reflexão sobre a relação das UC's no Brasil e as populações de seu entorno a partir do estudo de caso do PARNAM dos Abrolhos e as comunidades pesqueiras de Caravelas

A proposta consistiu na realização de entrevistas filmadas para a composição de um média-metragem, com cerca de 40 minutos de duração, no qual, além, de apresentar em alta qualidade as imagens do objeto de estudo desta pesquisa, também, propõe uma reflexão das narrativas dos diferentes personagens sociais. Ponderou-se, portanto, nas palavras do historiador Antônio Germano Magalhães Júnior:

Diferente da ficção, o documentário deve estar vinculado ao que realmente ocorreu, sabendo que nunca estaremos frente a frente com o mesmo instante documentado e sim com o sentido que o produto concebeu, mas que a percepção transmitida pode fazer o espectador ver o mundo de forma diferente, trata-se de um sentido que gera sentidos. Um filme é possibilidade da constituição de novos sentidos.³⁴⁴

³⁴⁴ MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano. Luz, Câmera e Emoção: vídeos documentários e história da educação. In: Vasconcelos, José Gerardo et al (orgs) *Tempo Espaço e Memória da Educação: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo*. Vasconcelos et al (orgs). Fortaleza: edições UFC, 2010, p. 142-152, p. 86.

Com essa perspectiva, buscou-se transmitir aos espectadores os olhares sobre o PARNAM dos Abrolhos, tendo como pano de fundo as limitações de pesca dentro de seu território e no seu entorno, determinadas com a criação desta Unidade de Conservação Integral.

É preciso elucidar que as entrevistas feitas no Arquipélago de Abrolhos e na cidade de Caravelas foram usadas nesta dissertação com dois propósitos distintos. O primeiro confere a análise dos depoimentos realizada no Capítulo 3 e o segundo a elaboração do documentário, cada um de acordo com seus objetivos específicos.

Assim, o objetivo deste Vídeo Documentário é apresentar, através dos depoimentos, as diferentes perspectivas sobre a relação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas.

Ressaltar-se que o PARNAM dos Abrolhos é uma Unidade de Conservação Integral que abrange duas áreas descontínuas no Atlântico Sul, o Arquipélago de Abrolhos junto ao Parcel dos Abrolhos e o Recife das Timbebas, e que apesar de não caracterizarem um território onde residiam pessoas - exceto, a Ilha de Santa Bárbara que está nos limites do Parque e permanece sob a jurisdição da Marinha do Brasil –, são áreas que faziam parte da rota de pesca de muitas comunidades de pescadores artesanais na cidade de Caravelas e com a implantação dessa UC tornou-se proibido a exploração de recursos naturais dentro de seu limites. Foi intuito deste estudo, então, analisar se a proibição da pesca promoveu um distanciamento na relação do pescador artesanal com o PARNAM dos Abrolhos e se esse convívio, hoje, é pautado pelo conflito caracterizado na disputa do usufruto dos recursos naturais dessa UC.

Entrevistas semiestruturadas foram feitas na busca de responder as inquietações concernentes aos objetivos da pesquisa: qual a relação do entrevistado com o PARNAM dos Abrolhos?; o entrevistado vivenciou o momento de implantação do Parque?; Os pescadores compreendem o porquê das restrições da pesca nos limites do Parque?; Existem pescadores locais que desrespeitam a proibição?; Como a UC atua para mitigar os conflitos acerca da pesca ilegal?; Quais são os desafios para gerir essa UC?; Qual a importância desse Parque para a região e para as comunidades de pescadores artesanais? Essas foram algumas das questões que nortearam a produção do documentária, mas, vale ressaltar, que a cada entrevistado foi dado a liberdade de responder ou de se desprender da questão.

Portanto, a produção do documentário é uma reflexão sobre as atribuições das UC's junto às comunidades tradicionais do seu entrono, o que pode ser caracterizado, também, como uma

crítica, não à prática da pesca ilegal, mas, à falta de ações efetivas para a convergência dos diferentes interesses que circundam as áreas preservadas no Brasil.

Embora, não seja exclusividade deste trabalho a realização de um documentário sobre o PARNAM dos Abrolhos, uma vez que, é comum a existência de produções acerca da biodiversidade do Parque, sua realização, diferente das demais, justifica-se pelo caráter crítico do conflito promovido com as restrições da pesca nas áreas da UC.

Assim, para a realização do documentário, buscou-se apresentar os diálogos acerca do PARNAM dos Abrolhos selecionados a partir dos depoimentos, cedidos de forma voluntária, por diferentes atores sociais. É preciso sublinhar, também, que por ser um recorte, visto que, não seria viável sua reprodução na íntegra – considerando, que são mais de 2 horas só de depoimentos – as narrativas foram apuradas para contribuírem com a reflexão a partir do objetivo proposto. Os cortes e seleções das imagens foram feitas com diligência, na tentativa proporcionar ao espectador uma obra sujeita a novas interpretações.

4.1. Do Papel à Tela

Os primeiros passos para a produção do Vídeo Documentário foram dados no segundo semestre do ano de 2014 com a elaboração do projeto de pesquisa para o Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Proposto como produto final da pesquisa, o documentário foi embasado com o objetivo de promover uma discussão sobre os embates que circundam as UC's, com base na experiência do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e sua convivência com os pescadores das comunidades de Caravelas.

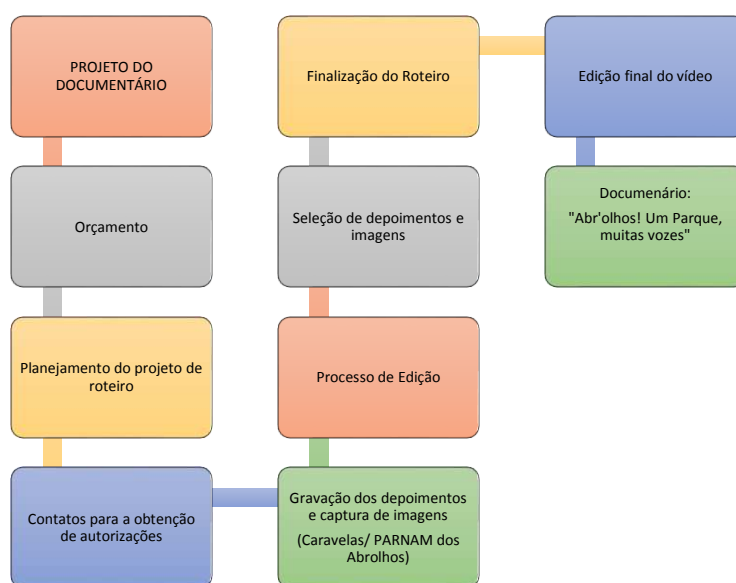


FIGURA 34: Etapas de produção do Vídeo Documentário

Com a formulação do projeto, o passo seguinte foi especular a viabilização do processo de produção através dos custos inerentes nas diferentes etapas para a realização do documentário. Como o projeto não contou com nenhuma fonte de fomento ou financiamento por parte da universidade, foi preciso, então, buscar alternativas nas cotações e orçamentos.

A contratação para a captação, edição e produção do vídeo documentário com depoimentos, locução e imagens com a resolução *FULL HD*, teve o custo de R\$7.000,00, repassados a partir de financiamento próprio. Entretanto, também, precisava ser contabilizado o custo com o traslado e pernoite no Arquipélago de Abrolhos para a equipe de gravação, o que ficaria em torno de R\$5.000,00. Assim, tornou-se fundamental contar com a parceria e apoio dos gestores do PARNAM dos Abrolhos, que através da empresa de passeios turísticos Horizonte Aberto cederam o traslado e pernoite (esta última, na lancha do ICMBio), o que, não apenas, causou uma significativa economia, mas, sobretudo, tornou possível a produção do documentário.

Após, a formulação do contrato, iniciou-se o processo de planejamento do roteiro do documentário e a busca para a obtenção das autorizações necessárias para a realização das gravações no Arquipélago de Abrolhos. A autorização por parte do PARNAM dos Abrolhos veio através do cadastro no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, processo obrigatória para a prática de toda e qualquer pesquisa em UC's no Brasil. De acordo com o seu manual:

O Comitê tem como atribuições avaliar e propor critérios para concessão de autorização referente à pesquisa científica e didática, definir critérios para concessão de licença permanente, propor procedimentos para fiscalização relativa à atividade científica e propor uma política de uso e divulgação da informação³⁴⁵.

Com o parecer positivo para a realização das pesquisas no Parque ainda era necessário a autorização para o desembarque e acantonamento na ilha de Santa Bárbara, já que parte dos depoimentos e filmagens seriam feitos no Arquipélago de Abrolhos. Entretanto, o processo de tramitação, por responsabilidade da Capitania dos Portos de Salvador/BA, mostrou-se lento e burocrático. Como a proposta inicial consistia em entrevistas com oficiais da Marinha do Brasil

³⁴⁵ INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SIBIO. *Manual do Usuário* (ICMBio). 4ª Edição. Agosto de 2015, p. 06.

em exercício na ilha de Santa Bárbara o pedido foi encaminhado à Assessoria de Comunicação do 2º Distrito Naval.

Com a aproximação da data prevista para a saída ao Arquipélago de Abrolhos, a previsão da viagem, após muitas tentativas frustradas, baseava na carona cedida na embarcação do Parque, uma lancha de fiscalização e no catamarã do Horizonte Aberto. Desta forma, era preciso contar com a previsão de passeios ao Arquipélago e disponibilidade da lancha do ICMBio.

Por fim, no mês de fevereiro de 2016 foi possível conciliar as duas caronas à Abrolhos, dividindo a equipe de filmagem, composta de 03 membros, contando com o pesquisador, e os equipamentos nas duas vagas cedidas pela Horizonte Aberto e uma junto à equipe do ICMBio.

TABELA02: Equipamentos utilizados para a gravação do Documentário

Quantidade	Equipamento
02	Câmera DLSR Fullhd
01	Microfone Lapela
02	Tripé
01	Slider
01	Glidecam

O impasse, contudo, estava na autorização para desembarque e acantonamento que não saiu até a data prevista (a autorização só saiu no mês de março). Assim, para manter o cronograma, que já havia sido reformulado, fez-se necessário, dar continuidade ao roteiro sem as entrevistas aos oficiais da Marinha. O desembarque na ilha foi autorizado pelo comandante local, mas, não foi possível a hospedagem nas dependências da ilha. Desta forma, a equipe ficou acomodada na embarcação ancorada no Arquipélago de Abrolhos.

Apesar disso, a realização das filmagens e coleta de depoimentos ocorreu entre os dias 22 e 24 de fevereiro, com apoio dos monitores e voluntários do Parque. A segunda etapa das gravações foi feita nos dias 24 a 26 de fevereiro com pescadores das comunidades da Barra e de Caravelas ainda, foram feitas entrevistas no Centro de Visitantes do Parque de Abrolhos com a monitora e turistas que visitavam o C.V. Assim, os cinco dias de trabalho resultaram em 4 horas de gravação, sendo 2 horas de depoimentos coletados.

Após as gravações, iniciou-se o processo de seleção dos depoimentos, os quais foram fragmentados e reagrupados de acordo com a proposta do pré-roteiro que consistia em dar vozes

aos diferentes atores sociais questionados quanto à relação do Parque de Abrolhos com as comunidades pesqueiras locais. Vale salientar que a edição do vídeo foi feita com resolução *FULL HD*, o que proporcionou a alta qualidade do som e das imagens.

1.



2.



3.



FIGURA 35: Filmagens do Vídeo Documentário. FONTE: Arquivo pessoal. Foto: Peterson Fagundes. Imagens das gravações do Documentário “*Abr’olhos! Um parque, muitas vozes*”. Imagem 1- Captação de imagens do trabalho desenvolvido por ambientalistas responsáveis pelo monitoramento de aves marinhas. A equipe de filmagem foi acompanhada por uma das monitoras do Parque. Imagem 2 – Entrevista feita na ilha Siriba com a voluntária do PARNAM dos Abrolhos Mariana Angeli. Imagem 3 – Imagens de apoio sendo feitas pelo produtor de gravação Bruno Harlles em Barra de Caravelas.

• Roteiro do Documentário

O Documentário resultou dos depoimentos coletados a partir das pesquisas realizadas na cidade de Caravelas e no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Foram selecionadas narrativas com o objetivo de contribuir para a reflexão acerca dos embates referentes a proibição da pesca nos limites do PARNAM dos Abrolhos. Vale ressaltar, que a proposta consiste, também, em promover uma discussão sobre a atual conjuntura das UC's, no que refere ao convívio e vivências com as comunidades do seu entrono.

• Sinopse

O documentário retrata a experiência da relação de comunidades pesqueiras da cidade de Caravelas, no extremo sul da Bahia com o primeiro parque marinho da América do Sul, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, através de diálogos produzidos por seus atores sociais.

O espectador é convidado a mergulhar não apenas na paradisíaca paisagem do Arquipélago de Abrolhos e nos encantos reservados pelo mar, mas, submergir nas vozes de seus interlocutores que transmitem suas impressões sobre os conflitos e as confluências nos diferentes interesses entre o Parque de Abrolhos e as comunidades pesqueiras de Caravelas no litoral sul da Bahia.

“Abr’olhos! Um parque, muitas vozes” é um instrumento para a reflexão das reticências produzidas em suas narrativas.

Quadro 06: Estrutura do Roteiro do Documentário “Abr’olhos! Um parque, muitas vozes”.

<u>Vídeo</u>	<u>Áudio</u>
<p>1. <i>“Um Parque, muitas vozes”</i> (misto de falas e vozes)</p> <p>A proposta consiste numa abertura com um jogo de imagens da biodiversidade do Parque de Abrolhos, apresentando ao público seus atributos paisagísticos. Também serão usadas imagens dos locais de pesca das comunidades pesqueiras de Caravelas.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Helena (Turista)• Marina (Bióloga e voluntária no Parque)• Erley (Monitor Ambiental do Parque)• Lorival (Pescador)• César (Ambientalista)• Berna (Monitora Ambiental do Parque)• Fernando (Biólogo e Gestor do Parque)

2. Cenas de Abrolhos; Imagens das ilhas;
Imagens submersas.

- Berna (Monitora Ambiental do Parque)
- Valdir (Pescador)
- Donizete (Pescador)
- Josiel (Pescador)
- Miriam (Turista)
- Cida (Monitora Ambiental do Centro de Visitantes do PARNAM dos Abrolhos)

SOM: Trilha sonora

Representação do mistério e da calma do mar

(Narração do poema -Joia do Atlântico)

De beleza intensa, viva, perigosa,
Que confunde até os olhos mais astutos.
Abrolhos, joia escondida do Atlântico.
De mar azul, intenso, profundo, misterioso.
Abre os olhos marujo, abre os olhos capitão,
Ou as águas escuras os engolirão.
Águas da Bahia, calma e silêncio,
Águas da Bahia, turbulentas e revoltas.
Sob a luz do sol, acolhe, aquece, desvenda.
Sob a luz da lua, perturba, inquieta, esconde.
Com o mesmo encanto, com o mesmo fulgor.
Quanta história, quanta vida.
Em suas profundezas, perfeição.
Panaceia aos olhos cansados.
Abre os olhos marujo, abre os olhos capitão,
E as águas claras os encantarão.

<p>3. Apresentação do PARNAM dos Abrolhos</p> <p>4. Presença de pescadores no Arquipélago de Abrolhos antes da implantação do parque marinho.</p> <p>5. Presença de turistas (passeios à Abrolhos)</p> <p>6. Voluntário no Parque</p> <p>7. Anos os primeiros anos após a criação do PARNAM dos Abrolhos: trabalho de educação ambiental com os pescadores</p> <p>8. Definição das comunidades do PARNAM dos Abrolhos</p> <p>9. Ofício do pescador</p> <p>10. Objetivos do PARNAM dos Abrolhos</p>	<p>Cláudia Vieira (Psicopedagoga e moradora da região)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Erley (Monitor Ambiental do Parque) • Fernando (Biólogo e Gestor do Parque) • Lorivaldo (Pescador) • Valdivino (Pescador) • Antônio (Pescador) • Helena (Turista) • Lorival (Capitão da lancha do ICMBio a serviço do Parque) • Valdivino (Pescador) • Marina (Bióloga e voluntária no Parque) • Berna (Monitora Ambiental do Parque) • César (Ambientalista) • Valdivino (Pescador) • Josiel (Pescador) • Fernando (Biólogo e Gestor do Parque)
--	--

<p>11. Trabalho de Educação Ambiental</p> <p>12. Relação do Parque com seu entorno: o Centro de Visitantes</p> <p>13. Relação do Parque com seu entorno: Projetos</p> <p>14. Comunidades no Parque: cortesias das operadoras de turismo</p> <p>15. Programa professores no Parque</p> <p>16. Programa crianças no Parque</p> <p>17. Pescadores e os passeios à Abrolhos</p> <p>18. Desafios enfrentados pela UC</p> <p>19. Pesca predatória no PARNAM dos Abrolhos</p> <p>20. Percepção sobre a proibição da pesca nos limites do PARNAM dos Abrolhos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Marina (Bióloga e voluntária no Parque) • Cida (Monitora Ambiental do Centro de Visitantes do PARNAM dos Abrolhos) • Erley (Monitor Ambiental do Parque) • Berna (Monitora Ambiental do Parque) • Marina (Bióloga e voluntária no Parque) • Berna (Monitora Ambiental do parque) • Cida (Monitora Ambiental do Centro de Visitantes do PARNAM dos Abrolhos) • Donizete (Pescador) • Társio (Pescador) • Fernando (Biólogo e Gestor do Parque) • Erley (Monitor Ambiental) • Antônio (Pescador) • Valdivino (Pescador)
---	---

<p>21. A fiscalização</p> <p>22. Proibição da pesca e os impactos nas comunidades pesqueiras de Caravelas</p> <p>23. Percepção da relação das comunidades pesqueiras com o PARNAM dos Abrolhos</p> <p>24. Como mostrar ao pescador a importância do Parque</p> <p>25. Percepção do pescador em relação aos objetivos do Parque)</p> <p>26. Relação dos monitores com os pescadores</p> <p>27. Declínio da produção de peixe da região dos Abrolhos</p> <p>28. Visão do pescador quanto à proibição da pesca no PARNAM dos Abrolhos</p> <p>29. Os pescadores da comunidade de Caravelas também pescam dentro dos limites do Parque</p> <p>30. Realidade das UC's no Brasil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Josiel (Pescador) • César (Ambientalista) • Fernando (Biólogo e Gestor do Parque) • Berna (Monitora Ambiental do Parque) • Valdivino (Pescador) • Donizete (Pescador) • Marina (Bióloga e voluntária no Parque) • Fernando (Biólogo e Gestor do Parque) • Valdir (Pescador) • Josiel (Pescador) • Erley (Monitor Ambiental) • Társio (Pescador) • César (Ambientalista) • Valdivino (Pescador)
---	---

<p>31. A proibição é necessária</p> <p>32. As dificuldades com a fiscalização</p> <p>33. Quem fiscaliza</p> <p>34. Não há participação da comunidade</p> <p>35. É preciso fiscalizar todas as áreas que correspondem ao Parque</p> <p>36. Quais as implicações em gerir uma UC</p> <p>37. A baleia, que faz parte da biodiversidade do Parque, também, é um problema para o pescador</p> <p>38. É preciso preservar as áreas adjacentes ao PARNAM dos Abrolhos</p> <p>39. Proposta para a ZA do PARNAM dos Abrolhos</p> <p>40. Dificuldades nos trabalhos de Educação Ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Társio (Pescador) • Erley (Monitor Ambiental) • Antônio (Pescador) • Társio (Pescador) • Valdivino (Pescador) • César (Ambientalista) • Antônio (Pescador) • Fernando (Biólogo e Gestor do parque) • Marina (Bióloga e voluntária no Parque) • Fernando (Biólogo e Gestor do Parque) • Antônio (Pescador) • Marina (Bióloga e voluntária no Parque) • Lorival (Capitão da lancha do ICMBio a serviço do Parque)
---	---

<p>41. Envolvendo a comunidade nas atividades de preservação do PARNAM dos Abrolhos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Berna (Monitora Ambiental do Parque) • Cida (Monitora Ambiental do Centro de Visitantes do PARNAM dos Abrolhos)
<p>42. O PARNAM dos Abrolhos tem que permanecer</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Valdivino (Pescador)
<p>43. As conquistas do Parque</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fernando (Biólogo e Gestor do Parque)
<p>44. A percepção do pescador sobre a preservação ambiental através do PARNAM dos Abrolhos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Valdir (Pescador) • Josiel (Pescador)
<p>45. O que precisa ser feito para haja confluência nos interesses entre as comunidades de pescadores artesanais e o PARNAM dos Abrolhos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fernando (Biólogo e Gestor do Parque) • César (Ambientalista)

A estrutura do roteiro de documentário contém a sequência dos depoimentos que são sinalizados por tópicos para elucidar o enredo. A ideia é que as narrativas por si só promovam um diálogo capaz de instigar a reflexão ao ouvinte.

O Vídeo Documentário, “*Abr’olhos! Um Parque, muitas vozes*”, será ofertado ao Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos em dispositivo de armazenamento (DVD) como ferramenta de discussão e reflexão crítica sobre as ações necessárias para

aproximar as comunidades pesqueiras de Caravelas do seu Patrimônio Natural. Como parte da proposta, os atores sociais presentes nessa produção serão convidados a participarem de uma sessão “Cine Parque”, coordenado pela administração do C.V. do PARNAM dos Abrolhos junto aos idealizadores do documentário, e ao final ocorrerá workshops para crianças e adultos.

Outras cópias estarão à disposição as escolas – públicas e privadas - da cidade de Caravelas e municípios vizinhos para serem utilizadas como recurso pedagógico e estimule a prática da Educação Ambiental, podendo ser trabalhadas com alunos do Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio, Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Superior. Nas palavras da pedagoga Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis:

[...]a educação ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tem como objetivo a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social - a educação ambiental transformadora e emancipatória³⁴⁶.

Compreende-se, portanto, que o caminho para a deliberação de ações capazes de transformar a realidade socioambiental em torna das UC começa pela apropriação do discurso reflexivo sobre os conflitos que permeiam as áreas naturais arraigado nas práticas de educação ambiental.

³⁴⁶ TOZONI-REIS, M. F. C. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO. C. F. B. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas que envolvem as Unidades de Conservação no Brasil tem sido o pano de fundo de muitos conflitos gerados entre as comunidades tradicionais, o Estado, as empresas e a natureza. Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, a partir do pressuposto de que essa conexão estivesse pautada nos conflitos de interesses promovidos com a proibição da pesca dentro dos limites do Parque.

Ao identificar os conflitos que marcaram a trajetória dessa UC desde sua criação, foi possível perceber que a proibição da pesca é apenas um dos desafios. Há a especulação da indústria petrolífera no Banco dos Abrolhos, através dos leilões dos poços de extração em regiões bem próximas as áreas de proteção integral, levando até muitas organizações não governamentais se envolverem na luta contra exploração de gás e petróleo e alertarem para os prováveis impactos ambientais causados por um possível vazamento, o que colocaria em risco a vasta biodiversidade marinha e costeira do Parque e das cidades circunvizinhas.

Devemos lembrar ainda a tentativa de instalar uma cooperativa de carcinicultura nos estuários de Caravelas e Nova Viçosa, criando malefícios para a biodiversidade local. Todos esses empreendimentos foram rechaçados pelos dirigentes do Parque, bem como pelas comunidades locais que lutam pela biodiversidade local e pela sobrevivência através de uma economia pesqueira.

Vale considerar também o exemplo ostensivo do uso do poder público para a promoção de interesses privados, evidenciado no caso do Arnon Neto filho do ex-presidente da República Fernando Collor de Melo, que usurpou o direito de uso público do PARNAM dos Abrolhos, promovendo sem grandes punições sérios prejuízos à biodiversidade das ilhas do arquipélago. De forma antagônica, quando um pescador é flagrado e autuado na prática da pesca nos limites do Parque as sanções mostram-se mais severas e efetivas, com multas elevadas, perda da embarcação e, em alguns casos, a reclusão que pode chegar a três anos. O uso de pesos e medidas diferentes revelam a falta de sensibilidade das políticas públicas no trato com as populações tradicionais e as lacunas na manutenção dos interesses da coletividade.

Foi possível notar que os pescadores das comunidades de Caravelas reconhecem o PARNAM dos Abrolhos como área responsável pela manutenção da biodiversidade marinha na região e sabem das restrições que foram impostas à pesca. Porém, não conseguem identificar

os benefícios práticos que essa UC pode gerar para a população local, principalmente, no que confere a economia, razão que leva a muitos desrespeitarem as normas e praticarem a pesca ilegal nos limites do Parque. Assim a consolidação do Parque na região dos Abrolhos caminhou mais em direção a sacralização do lugar como um santuário natural, do que como área de integração do homem com o meio. O que demonstra que as políticas públicas de conservação da natureza têm sido omissas em relação a necessidade das populações locais sobreviverem de forma digno no seu entorno.

Por fim, o conflito que envolve os pescadores artesanais e a UC integral na região de Abrolhos pode ser caracterizado pela disputa territorial e o uso de seus recursos. Mas esse conflito não é evidenciado através de manifestações públicas, ele atua em meio ao silêncio dos pescadores na negação as imposições promovidas nas áreas preservadas. A sutileza do conflito não determina sua extensão e nem os prejuízos que podem ser gerados pela sua permanência. Negar sua existência é tornar-se omissos as dificuldades enfrentadas no PARNAM dos Abrolhos na tentativa de confluir os interesses na preservação ambiental e na manutenção das comunidades tradicionais. Esperamos que este estudo colabore com a reflexão crítica sobre os desafios e as ações necessárias para a aproximação dos pescadores com o Parque.

DEPOIMENTOS

ANGELI, M. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

BARBOSA, M. E. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

CAJUEIRO, L. M. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

CRUZ, E. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

MUSSO, C. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [23 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

OLIVEIRA, M. A. M. Abr'olhos! Uma análise da relação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [25 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

REPNALDO, F. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [24 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

ROCHA, D. D. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [26 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

SANTOS, A. P. O. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [25 de fevereiro, 2016]. Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

SOARES, V. F. Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA. Depoimento. [25 de fevereiro, 2016].

Viçosa, MG: UFV. Entrevista concedida a Janaína Gonçalves Rios Barros, estudante do curso de Mestrado Profissional Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

FONTES

ABROLHOS, conheça o paraíso! *Ilhas de Abrolhos*. Disponível em: <www.ilhasdeabrolhos.com.br> Acesso em 05 de agosto de 2015.

ABROLHOS e uma igrejinha. Duas relíquias locais. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 07, 21 de mai. 1987.

ABROLHOS é tema em novo livro de editora ecológica. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 04, 14 de jun. 1987.

ABROLHOS em perigo: terminal para transporte de madeiras da Aracruz pelo mar afetará mangue e ameaçará o maior conjunto de corais do mundo. *ISTOÉ*. Ed. N° 1634, 24 de jan. 2001. Disponível em: <www.istoe.com.br> Acesso em 30 de outubro de 2015.

ABROLHOS – Embarcações apreendidas. *Guia da Pesca*. 11 de fev. 2010. Disponível em: <www.guiadapesca.com.br> Acesso em 18 de setembro de 2015.

ABROLHOS pede ajuda para melhorar acesso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 03 de fev. 1990.

ADEODATO, Sérgio. Abra os olhos nessas águas. *Horizonte Geográfico*, n. 109, p. 20-29.

AEROPORTO das Conchas de Caravelas, história e glória recuperados. *O Samburá*, Barra de Caravelas, Caravelas, p. 28, out. 2014.

AGÊNCIA COSTEIRA. Região dos Abrolhos ameaçada por mega-empreendimento de criação de camarões. *SOS Abrolhos: Pescadores e manguezais ameaçados*. Disponível em: <www.agenciacosteira.org.br> Acesso em 22 de outubro de 2015.

ALBUQUERQUE, C. Peixes se renovam em áreas protegidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.35, 03 de jul. 2008.

ALMY, S. Casarões antigos são obras de arte da arquitetura colonial. *O Timoneiro*, Caravelas, p.16, jul. / ago. 2009.

ALVARENGA, Fernanda R. P; FLECH, C. Leonardo. Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do Contrato de Concessão de Passeios no Parque Nacional Marinho de Abrolhos – BA. *Conservação Estratégica*, 2011, p.23 e 28.

ALBUQUERQUE, C. Abrolhos pode ter o dobro do tamanho. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 31, 11 de jul. 2008.

AMBIENTALISTAS mobilizam-se para frear exploração de petróleo. *Jornal do Mosaico*, Bahia, p.03, fev. /mar. 2011.

ANDRADE E DOMINGUEZ, 2002 apud SOUZA, Sírius Oliveira; SOUZA, George Taylor; REIS, Lincoln dos Santos. A Ferrovia do Adeus: um estudo sobre a estrada de ferro Bahia - Minas gerais (Brasil). *Observatório de Geografia da América Latina*. Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx> Acesso em 29 de setembro de 2015.

ANGELO, C. Senador quer anular proteção a Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.A23, 24 de jun., 2006.

AS BALEIAS já chegaram em Caravelas! *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 01, jun./jul. 2011

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - ADESG. O Farol de Abrolhos completa 150 anos. *Administração Nacional* – RJ. Disponível em: <www.adesg.net.br> Acesso em 15 de abril de 2015.

AZEVEDO, A. L. Pesquisa da UFRJ revela os hábitos de aves de Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 30 de jan. 1993.

BARROS, B.F. Abrolhos: a biodiversidade marinha ameaçada. *Folha do Meio Ambiente*. Caravelas, BA, jun. 2006.

BERNARDES, F. ONG vai buscar apoio de senadores para defender Abrolhos. *Centro de Estudos em Sustentabilidade, Fundação Getúlio Vargas – FGV*. Disponível em: <www.gvces.com.br> Acesso em 20 de outubro de 2015.

BOURSCHEIT, A. Reserva protegerá corais de Abrolhos. *O Eco*. Disponível em: <www.oeco.com.br> Acesso em 14 de outubro de 2015.

BRAGANÇA, D. “O passivo fundiário é só a ponta do iceberg” afirma Vizentin. *O Eco*, 03 de set. 2013. Disponível em: <www.oeco.org.br> Acesso em 27 de outubro de 2015.

BRASIL. Abrolhos e Cassurubá (BA) são alvo de combate à pesca ilegal. *Portal Brasil*. 2014. Disponível em: www.brasil.gov.br/meio-ambiente/. Acessado em: 22 de fev., 2016.

BRASIL. *Decreto Nº 84.017 de 21 de setembro de 1979 que aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros*. Disponível em: <www.brasil.gov.br> Acesso em 05 de abril de 2015.

BRASIL. *Decreto Nº 88.218, DE 06 DE ABRIL DE 1983. Cria o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em 05 de abril de 2015.

BRASIL. *Parque de Abrolhos (BA) registra crescimento de 86% na visitação*. *Secretaria de Meio Ambiente*. Abr. 2014. Disponível em: <www.brasil.gov.br/meioambiente> Acesso em 01 de outubro de 2015.

CAMARGO, L. Baleias roubam espetáculo de Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 11, 7 de abr., 1994.

CAMARA, Tiago. Qual será o futuro de Abrolhos? *O Eco*. 05 de jan. 2011. Disponível em: <www.oeco.org.br> Acesso em 20 de setembro de 2015.

CONGRESSO mundial pode a 68 países a criação de reservas marinhas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 05, 05 de nov. 1982.

CARADEC, k. Corais em colunas de 20 metros de altura afloram à superfície. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. G-23, 30 de mar. 1989.

CARMO, Alane Fraga. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888*. / Alane Fraga do Carmo- Salvador, 2010. Dissertação (mestrado) – UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-graduação em História social, 2010, p. 37.

CARNEIRO, J. M. Brasileiros incluem Caribe, Açores e África no roteiro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. B-10, 28 de jan. 1988.

COELHO, A. Lançado o Edital de Seleção para o PPP 2012. *Farol para Abrolhos*, 2012. Disponível em: <farolparaabrolhos.blogspot.com.br> Acesso em 08 de mar. 2016.

COMERLATO, Fabiana. A BALEIA COMO RECURSO ENERGÉTICO NO BRASIL. *Anais do Simpósio de História Ambiental e Migrações*. Florianópolis, SC. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Setembro de 2010.

CONSELHEIROS do PNM dos Abrolhos visitam Arquipélago. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 05, abr., 2015.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – CI- Brasil. Disponível em: <www.conservation.org> Acesso em 21 de outubro de 2015.

CONSERVACIONISTA: 200 milhas são fator de desenvolvimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 08 de mar. 1971.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

CONSTRUINDO sobre as ondas! O levantamento de torres em alto mar para orientar a navegação. *O Globo*, p. 11, 22 de jul. 1940.

CRIAÇÃO de Camarão coloca em risco o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, alerta Sarney Filho. *Associação Brasileira de Oceanografia – AOOCEANO*. Balneário Camboriú, SC, 2006. Disponível em: <www.aooceano.org.br> Acesso em 30 de outubro de 2015.

DEIXEM as baleias namorarem. Direção: *Greenpeace*. Disponível em <http://www.youtube.com> Acesso em 07 de dezembro de 2014.

DESCOBERTAS no litoral baiano baleias ameaçadas de extinção. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 25 de out. 1990.

DIA do Meio Ambiente é comemorado com comunidade em Abrolhos. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 05, mai. /jun. 2012.

DIA Mundial da Limpeza de Praias é comemorado no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e na Praia da Barra. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 04, set. 2013.

DIAS, Henrique Machado; SOARES, Mario Luís Gomes; NEFFA, Elza. Conflitos socioambientais: o caso da carcinicultura no complexo estuarino Caravelas - Nova Viçosa/Bahia - Brasil. *Ambiente & Sociedade*. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2012.

DIAS, L. Nova espécie é descoberta em Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.21, 02 de mar. 1991.

DIAS, Ricardina; GARCIAS, Carlos Mello & AISSE, Miguel Mansur. Agenda 21, unidade de conservação e incentivos intergovernamentais: a dinâmica ambiental e fiscal do ICMS ecológico na mesorregião centro ocidental paranaense - Gestão Social e Terceiro Setor. (Anais) *Seminário Internacional “Experiências de Adendas 21” os desafios do nosso tempo, 2009*. Ponta Grossa, PR. UEPG, 2009.

DISCUSSÕES sobre Ampliação e Criação de Unidades de Conservação em Abrolhos. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 05, mai. /jun., 2012.

DOLOROSAS as notícias de uma das grandes tragédias do mar: o naufrágio do “Princesa Mafalda”! *O Globo*, Rio de Janeiro, p.02, 26 de out. 1927.

DUARTE, Francisco Henrique Filho; AGUIAR, José Otávio. Baleias e ecologistas na Paraíba: uma história do fortalecimento do movimento ambientalista e o debate sobre a crise da economia baleeira (1970-1980). *Topoi* (Rio J.) vol.15 N°.28 Rio de Janeiro Jan./Jun. 2014.

DUTRA, Paulo César. Mar dos mineiros. *Folha Diária*. 08 de set. 2015. Disponível em: <www.folhadiaria.com.br> Acesso em 01 de outubro de 2015.

EM ABROLHOS, há muito que fiscalizar. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.03, 25 de jan. 2009.

EM EXPOSIÇÃO as belezas de um parque. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.16, 17 de fev. 1989.

ESCOBAR, H. Um Mergulho nos Recifes ‘Invisíveis’ de Abrolhos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p.28, 01 de abr. 2012.

ESTAÇÕES Ferroviárias do Brasil. Disponível em:<www.estacoesferroviarias.com.br> Acesso em 15 de setembro de 2015.

EXCURSÃO de Arnon a ilha provoca multa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 23 de mai. 1992.

EXPOSIÇÃO mostra riquezas de Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 08, 28 de jan. 1989.

EXPLORAÇÃO de petróleo é tema para a população jovem de Caravelas. *Farol para Abrolhos*. Caravelas, 21 de ago. 2011. Disponível em: <www.farolparaabrolhos.blogspot.com.br> Acesso em 30 de outubro de 2015.

FÁBRICA de Gelo da Coompescar completa 1 ano de atividades com sucesso. *Farol para Abrolhos*. 2015. Disponível em: <farolparaabrolhos.blogspot.com.br> Acesso em: 07 de abr. 2016.

FEIJÓ, A. M. IBDF viabiliza o Parque de Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.08, 23 de jul. 1988.

FALANGLE, A. Greenpeace. Disponível em: <www.flickr.com> Acesso em 19 de abr. de 2016.

FESTAS para o Parque dos Abrolhos e para o Farol. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p.03, abr./mai. 2011.

FRANCISCO, L. Incêndio em arquipélago é apagado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 05, 09 de jan. 1997.

FERRI, Mário G. Aylthon Brandão Joly: sua vida e sua obra. *Portal de revistas USP*. Disponível em <www.revistas.usp.br> Acesso em 28 de abril de 2015.

FOGO causa morte de centenas de aves em Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 08 de jan. 1997.

FUNDAÇÃO PROFESSOR RALILE. *De cantos e encantos*. Fundação professor Ralile. Disponível em: <www.fundacaoralile.blogspot.com.br> Acesso em 03 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Disponível em: <www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br> Acesso em 29 de setembro de 2015.

GALDINO, D. Zé Atobá em... *O timoneiro*, Caravelas, p. 02, jun./jul. 2007.

GALIB, S. Abrolhos reencena sensações de Darwin. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 07, 06 de fev. 1992.

GANDRA, J.R. A Solitária Vida de 15 Pessoas no Farol de Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2º caderno, p. 21, 30 de jun., 1985.

GARCEZ, J. R. Parque de Abrolhos recebe nova verba. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.08, 30 de jul. 1988.

GERAQUE, E. Fazenda de camarão emperra na BA. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A19, 16 de ago. 2007.

GREENPEACE. *Em Protesto em alto-mar, Greenpeace alerta: “Lula abra os olhos”*. Greenpeace. Disponível em: <www.greenpeace.org> Acesso em 20 de outubro de 2015.

GREENPEACE. *Manifesto pela Proteção do Banco dos Abrolhos e pelo Clima do Planeta*. Disponível em: <www.greenpeace.org> Acesso em 27 de outubro de 2015.

GRELLET, F. Greenpeace protesta contra exploração de petróleo em Abrolhos. *Estadão*, São Paulo, p. 16, 31 de ago. 2011.

GUEDES, M. Abrolhos: paraíso das baleias e preocupação no Sul da Bahia. *Plurale em revista*. Ano oito, N° 44, nov. /dez. 2014.

HETZEL, B. Sob o azul de Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.01, 07 de nov. 1991.

HELENA, L. Pesquisa sobre baleias está ameaçada por falta de verba. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.10, 09 de set. 1991.

HERCOG, B. Ambientalistas mobilizam-se para frear a exploração de petróleo. *Jornal do Mosaico*. Itamarajú, fev. /mar. 2011, p. 03.

IBGE inclui Abrolhos em área oficial da Bahia. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 05, fev. 2013.

INSTALADO o radiofarol de Abrolhos, Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.13, 05 de out. 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: CNEFE - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos*. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br> Acesso em 05 de junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em 02 de setembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA BIBLIOTECA DO IBGE. *Histórico do atual município de Caravelas*. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em 02 de setembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/IBAMA FUNATURA*. –Brasília; Aracruz Celulose S. A.1991.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em <www.icmbio.gov.br> Acesso em 16 de abril de 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. Carcinicultura Brasileira: Processos tecnológicos, Impacto sócio-econômicos, sustentabilidade ambiental, entraves e oportunidades. *Anuário de responsabilidade socioambiental*. Disponível em: <www.istitutichicomendes.org.br> Acesso em 04 de outubro de 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. *O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*. Disponível em:<www.icmbio.gov.br> Acesso em 19 de outubro de 2015.

JARDIM Zoológico submarino. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.08, 03 de set. 1962.

JUSTIÇA federal suspende licenciamento de empreendimento de carcinicultura em Caravelas/BA. *Ambiente Brasil*. Disponível em:< www.ambientebrasil.com.br> Acesso em 23 de outubro de 2015.

KANN, A. Olhos bem abertos para não perder nenhum detalhe. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 03 de jul. 1997.

KROB, Alexandre José Diehl. *Plano de Uso Público para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/ Ministério do Meio Ambiente – MMA. Brasília (DF), 2003.

LEÃO, Z. M. A. N. 2002. Abrolhos, BA - O complexo recifal mais extenso do Atlântico Sul. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D. A.; Queiroz, E. T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. L. C. (Edits.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. 1. ed. Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002, v.01: 345-359.

LEITE, M. Mais baleias. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 4858418, 30 de jan. 1994.

LULA assina, mas reserva na Bahia fica no papel. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A14, 22 de jan. 2008.

LOPES, R. J. Trânsito de Baleias. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C-9, 26 de nov. 2012.

LOURENÇO, M. Da Coopex a Ressex. *O Timoneiro*, Caravelas, p. 02, nov. /dez. 2009.

LOUREÇO, Marcello. *30 anos do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos – Bahia*. Direção: Marcelo Lourenço. Programa Terra da Gente - EPTV/Globo exibido em 02 de novembro de 2013. 30 anos do primeiro Parque Nacional Marinho do Brasil: Abrolhos. Baleias-jubartes, corais, peixes, mero, mergulho, naufrágios, turismo, aves. Disponível em: <www.youtube.com> em 07 de dezembro de 2014. (Vídeo).

MAPA da dragagem é distribuído em comunidades de Caravelas. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 06, fev. /mar. 2012.

MARCHIORO, Gabriel Botelho; GIRANO, Mauro; SILVEIRA, Ilson; CAMPOS, Rodrigo de Oliveira. *Subsídios para a delimitação das zonas de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista Marinha do Corumbau por meio de avaliação de impactos potenciais de derramamento de óleo*. Conservação Internacional – IC Brasil. Caravelas, 2005.

MATTOS, M. Reserva Extrativista do Cassurubá vai beneficiar mais de 20 mil pessoas. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 05 de jun. 2009.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. Reflexões sobre a experiência de luta em torno do licenciamento de um grande projeto de carcinicultura em caravelas, Bahia. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.1, n.3, Artigo 5, abril 2007.

MERGULHO na vida do arquipélago de Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 01, 02 de jul. 1992.

MEMÓRIA Roberto Marinho. Disponível em: <www.robertomarinho.com.br> Acesso em 08 de setembro de 2015, às 20horas5min.

MIRANDA, M.; CAZARRÉ. *Expedição Abrolhos*. Direção: Márcio Miranda e Érico Cazarré. Produção: Renato Santoro, Cláudia Gomes e Márcio Miranda. Clara Comunicação de Brasília, Brasília/DF, 2011. 9min. 58 segs. SonyZ1 e Z5. (Vídeo).

MOTTA, P. Mar se fim: Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 10 de mai. 1990.

NAVIO destruiu coral raro de Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 23 de ago. 1987.

NEGRÃO, Sol; LOURENÇO, Marcello; ITAMAR, dos Anjos, GALDINO, Dó. *Itajara e a Fantasma do Farol*. Direção: Sol Negrão, Marcelo Lourenço, Itamar dos Anjos, Dó Galdino. Disponível em: <www.youtube.com> em 17 de agosto de 2015.

NICOLAU, Omar Souza. *Ambientalismo e carcinicultura: disputa de “verdades” e conflito social no extremo sul da Bahia*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2006.

“NO MEIO da noite ouvimos o estrondo e violento abalo jogou-nos no chão”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 08, 04 de nov. 1955.

NOGUEIRA, Fernanda Silveira de. *Conflitos em áreas de conservação ambiental: o caso de Caravelas e do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Bahia*. 2009. 173 pp. Dissertação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2009.

O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR NE-II PDITS – Costa das Baleias 3.4. *Patrimônio Histórico e Cultural*, p. 139 Disponível em: <www.cartadaterrabrasil.org> Acesso em 18 de maio de 2011.

O QUE é dragagem e para que serve? *O Samburá*, Barra de Caravelas, Caravelas, p.02 15 de mai. 2011.

O QUE é uma zona de amortecimento. *O Eco*, 06 de novembro de 2014. Disponível em: <www.oeco.org.br> Acesso em 11 de outubro de 2015.

PARNAM dos Abrolhos realiza ações para limpeza de praias. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 08, set. /out. 2014.

PARQUE de Abrolhos comemora Dia das Crianças com teatro em Ponta de Areia e na Barra. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p.03, set. /out. 2014.

PARQUE de Abrolhos comemora 30 anos com posse de conselheiros e festa pra crianças de Juerana. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 05, mai. 2013.

PARQUE de Abrolhos comemora 32 anos de criação com atividades para diferentes públicos em Caravelas. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 07, abr., 2015.

PARQUE Nacional Marinho de Abrolhos. *Parques e Florestas Nacionais*. Disponível em: www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos. Acessado em: 16 de abril de 2016.

PARQUE Nacional Marinho dos Abrolhos completa três décadas em 06 de abril. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 04, mar. 2013.

PARQUE Nacional Marinhos dos Abrolhos faz ciclo de reuniões do Conselho junto com a comunidade. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 07, fev. /mar. 2012

PARQUE de Abrolhos faz 5 anos com Sítio Ramsar e comemora com a comunidade. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 05, jan. 2015.

PARQUE de Abrolhos monitora recifes de coral. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 04, mar. 2013.

PARQUE Nacional Marinho dos Abrolhos promove Seminário Conservação no Sítio Ramsar. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p.06, jan. /fev. 2012.

PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS. *Propostas de Criação e ampliação de Unidades de Conservação na região de Abrolhos*. ICMBio. Bahia - Espírito Santo, 2012.

PARQUE Nacional Marinho pode surgir nos Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 09 de jul. 1972.

PARQUES Nacionais. A preocupação com a flora e a fauna. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 44, 31 de mai. 1984.

PÁSSAROS, estrelas e tartarugas-marinhas dominam Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. F-6, 21 de ago. 2014.

PESQUEIRO naufraga nos Abrolhos e oito pessoas estão desaparecidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 06, 26 de jun. 1987.

PESQUISA revela que o mero, o peixe-serra e outros gigantes dos mares estão desaparecendo do Banco dos Abrolhos. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 05, jan. 2015.

PONTA da Areia, município de Caravelas, BA. *Estações Ferroviárias*. Disponível em: <www.estacoesferroviarias.com.br> Acesso em 04 de setembro de 2015.

PORQUE os recifes são importantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.31, 11 de jul. 2008.

PORTARIA do Ibama restringe atividades em Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C-4, 18 de jun., 2006.

PRESIDENTE do IBDF defende estrada em Parque Nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 08, 23 de dez. 1982.

PROCESSO de Licenciamento da Coopex Suspenso na Justiça. *O timoneiro*, Caravelas, p. 08, 2007.

PROGRAMA Professores no Parque 2012 continua com o acompanhamento dos projetos de intervenção nos municípios parceiros do Programa Farol para Abrolhos. *Farol para Abrolhos*. 2012. Disponível em: <farolparaabrolhos.blogspot.com.br/2012/08/programa-professores-no-parque-2012> Acesso em: 29 de mar. 2016.

PROJETO ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS – GEF Mar. *Fundo Brasileiro para a Biodiversidade*. Disponível em: <www.funbio.org.br> Acesso em 14 de setembro de 2015.

REDES – *Redes para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <www.programaredes.org.br> Acesso em 15 de novembro de 2015.

AGÊNCIA COSTEIRA. Região dos Abrolhos ameaçada por mega-empreendimento de criação de camarões. *SOS Abrolhos: Pescadores e manguezais ameaçados*. Disponível em: <www.agenciacosteira.org.br> Acesso em 22 de outubro de 2015.

REDE Sul Bahia de Comunicações. Marcello Lourenço em entrevista ao SBA-Meio Dia da Rede Sul Bahia de Comunicações, exibido no dia 15 de agosto de 2011. Rede Sula Bahia de Comunicações. Disponível em:< www.youtube.com> Acesso em 17 de setembro de 2015.

RESEX de Cassurubá. Meros do Brasil. 09 de jun.2009. Disponível em:<www.merosdobrasil.org. > Acesso em 16 de outubro de 2015.

RICHETTI, S. Micróbios ‘humanos’ afetam Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.08, 18 de set.2010.

BOURSCHEIT, A. Reserva protegerá corais de Abrolhos. *O Eco*. Disponível em:< www.oeco.com.br> Acesso em 14 de outubro de 2015.

ROSSETTO, R. Ilhas de Abrolhos terão turismo controlado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.01, 09 de jan. 1989.

SALDANHA, P; WERNECK, R; BARCELLOS, R. *Expedições*. [Filme-Vídeo] Produção de Renata Barcellos. Brasília/DF, TV Brasil, 2012. Vídeo Documentário, 25 min. e 42 segs.

SANTA Bárbara de Abrolhos visitou a comunidade da Barra. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 05, nov. /dez. 2011.

SANTA Bárbara é a versão terra firme das ilhas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.03, 02 de jul. 1992.

SECCHIN, O. BARCOS DE TODAS AS BANDEIRAS PRATICAM A PESCA PREDATÓRIA. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 06, 02 de abr. 1988.

SÉRIE registra fauna de Abrolhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 19, 01 de fev.1998.

SAKAMOTO, Leonardo. Terminal na Bahia pode colocar meio ambiente em risco. *Repórter Brasil*, Caravelas, 2000. Disponível em: <www.reporterbrasil.com.br> Acesso em 29 de outubro de 2015.

SISTEMA DE AUTORIZAÇÃO E INFORMAÇÃO EM BIODIVERSIDADE – SIBIO. *Manual do Usuário*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). 4ª Edição. Agosto de 2015.

SKAF, Marcelo. *Estudo da capacidade de carga da área do Arquipélago dos Abrolhos. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*. Ambiental Consultoria, 2005.

SOUZA, E. 27 Anos de Parque. *O Samburá*, Barra de Caravelas – Caravelas, BA, p. 01, 13 de mai. 2010.

SOUZA, Julia Sampaio Dias de. *Diversidade e distribuição vertical do fitoplâncton na região de Abrolhos, sul da Bahia (Inverno de 2007)* / Julia Sampaio Dias de Souza. – Ilhéus, BA: UESC, 2010. 68f. Orientador: Sylvia Maria Moreira Susini Ribeiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-graduação em Sistemas Aquáticos Tropicais. – Ilhéus, BA: UESC, 2010.

SUED, I. Preservar o coral. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 02, 22 de nov. 1998.

TAVARES, M; Ordoñez, R. Para Ibama exploração em Abrolhos era legal. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 29, 16 de ago. 2003.

TOTTI, I. Olhos abertos para a natureza. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.10, 28 de set. 1995.

UM arquipélago onde a riqueza está submersa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 23 de agosto 1987.

UM farol e 33 pessoas na “ilha dos desprezados”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 07, 15 de nov. 1976.

VIEGAS, S. Os Abrolhos são o paraíso da vida selvagem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. B-11, 20 de ago. 1987.

VISITAR a região requer espírito de aventura. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. G-14, 26 de jul. 1990.

WELLISCH, V. Abrolhos, Pesqueiro a ser explorado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 02, 03 de set. 1960.

WESLLISCH, V. Mergulhadores recuperam tesouros do século XVII. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 01, 30 de dez. 1965.

WELLISCH, V. Modificações no regulamento de caça submarina. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 02, 24 de out. 1959.

WELLISCH, V. Novamente Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 02, 01 de dez. 1962.

WESLLISCH, V. Um parque submarino no Arquipélago dos Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.15, 16 de nov. 1968.

YOSHIIJIMA, M. Abra os Olhos. Você está no paraíso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 08, 19 de jan. 1989.

YOSCHIJIMA, M. Aracruz pode financiar preservação de Abrolhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 08, 21 de jan. 1989.

ZAMBONIM, R; WEDEKIN, L; FARIAS, U. A. *Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: comunidade de pescadores de Caravelas, sul da Bahia* / coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevedo Marim, Joaquim Shiraishi Neto; autores, Renata Zambonim, Leonardo Wedekin, Uilson Alexandre Farias. – Caravelas, BA: Casa 8 Desing / Editora Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ZANDONADI, Denise. Criação de áreas ambientais inviabiliza petróleo e pesca. *Gazeta Online*. Disponível em: <www.gazetaonline.globo.comAcesso> em 01 de outubro de 2015.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, V.8 N° 22, p. 18-37, p.28. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia> Acesso em 19 de novembro de 2015.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAUJO, Marcelo; ALGER, Keith; ROCHA, Rui; MESQUITA, Carlos A. B. a Mata Atlântica do Sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas. Caderno N°08 Série: *Estados e Regiões da RBMA*. Instituto Florestal do Estado de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. *Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- ASSOCIAÇÃO de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – Apremave. *Os Estados da Mata Atlântica*. Disponível em: <www.apremavi.org.br> Acesso em 28 de outubro de 2015.
- BARRETO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papiros, 2000.
- BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Perspectiva*, São Paulo, 2006.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292.
- BRASIL. Art. 1º. *Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Diário Oficial da União. Seção 1. 06/04/2006.
- BRASIL. 1965. *Lei N° 4.771 de 15 de setembro de 1965 que institui o Novo Código Florestal*, 1965.
- BRASIL. *Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Lei nº 9.985/2000*, 2000.
- BRUHNS, Heloisa Turini. A ideia de natureza como fronteira. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura*/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- BURKE, Peter. “História como memória social”. In: ___. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARNEIRO, Augusto Cunha. *A história do ambientalismo*. / Augusto Cunha Carneiro. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003.
- CARLOS, Ana Fani. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. Disponível em: <www.portaliphan.gov.br> Acesso em 20 de junho de 2014.

CARVALHO, I. Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. *Abertura do seminário de trabalhos promovido pelo Projeto Meio Ambiente e Democracia*. Rio de Janeiro: IBASE: 11-13 p. 1995.

CASTILLO-RUIZ. Hacia una nueva definición de patrimonio histórico? *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilla: IAPH, n. XVI, sept. 1996.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. *A geografia Cultural*. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3.ed.- Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

COSGROVE, Denis. Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens. In: Corrêa, Roberto lobato; Rosendahl, Zeni. *Paisagens, Tempo e Cultura*, Eduerj, Rio de Janeiro, 1998.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *O Patrimônio Natural no Brasil*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, p.04. Disponível em:<www.portal.iphan.gov.br> Acesso em 13 de junho de 2014.

DESMATAMENTO na Amazônia cresce 215% em um ano, segundo o Imazon. Disponível em:<www.g1.globo.com>Acesso em 28 de setembro de 2015.

DIAS, Karina. *Entre visão e invisão: paisagem [por uma experiência da paisagem no cotidiano]*. 1ª ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Artes / VIS. Universidade de Brasília – UNB. 2010, p.113

DIAS, Genebaldo Freire, 1949 - *Educação ambiental: princípios e práticas* / Genebaldo Freire Dias – 9. ed. – São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, Ricardina; GARCIAS, Carlos Mello & AISSE, Miguel Mansur. Agenda 21, unidade de conservação e incentivos intergovernamentais: a dinâmica ambiental e fiscal do ICMS ecológico na mesorregião centro ocidental paranaense - Gestão Social e Terceiro Setor. *Seminário Internacional “Experiências de Adendas 21” os desafios do nosso tempo*, 2009. [Pdf] Ponta Grossa, PR. UEPG, 2009, p.03.

DIEGUES, Antônio Carlos. *As Populações tradicionais: conceitos e ambiguidades*. In: O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Hucitec: 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.

DIVULGADOS novos dados sobre o desmatamento da Mata Atlântica. *SOS Mata Atlântica*. Disponível em: <www.sosma.org.br> Acesso em 05 de jun. de 2016.

DREW, David. O homem e o ambiente. In: *Processos Interativos Homem-Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1986.

DUARTE, R. *Entrevistas em pesquisas qualitativas: Educar*. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná. n°24: 213-225 p.,2004.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP. In: *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. VII, n.1, p. 47-66, jan. /jun. 2004.

GREENPEACE. *Amazônia, Patrimônio brasileiro, futuro da humanidade*. Disponível em: <www.greenpeace.org/brasil> Acesso em 28 de setembro de 2015.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBDF/FBCN. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia*. Brasília: IBDF-FBCN, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Unidades de Conservação do Brasil/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Brasília: o instituto*, 1989.

KESRTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História: Bens tombados no Pará entre 1938-1990*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2000.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1994.

LEFF, Enrique. História ambiental. In: *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder -*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LIMA-E-SILVA, P. P. de et al. (Orgs.). *Dicionário brasileiro de Ciências ambientais*. Rio e Janeiro: Thex, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o Passado*. Projeto História. São Paulo, no. 17, nov. 1998. P. 63-201.

LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura/ Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.) - Campinas, SP: Papirus, 2007*.

MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano. Luz, Câmera e Emoção: vídeos documentários e história da educação. In: Vasconcelos, José Gerardo et al (orgs) *Tempo Espaço e Memória da Educação: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo*. Vasconcelos et al (orgs). Fortaleza: edições UFC, 2010.

GARBELINI, S. *Manual Prático de Unidades de Conservação/ Sandra Mara Garbelini (coordenadora)*. –Goiânia: Ministério Público do Estado de Goiás, ESMP, 2011.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos.* / Paulo Henrique Martinez, organizador. – São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2007.

MARTINEZ-ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração.* São Paulo: Contexto, 2007.

MIGUEL, F. V. C. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada: *Revista Odisséia* PPgEL/UFRN. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. n°05 jan./jun., 2010.

MURIUZZO, Patrícia. Petróleo e seus efeitos no meio ambiente. *Terra Viva*. Disponível em: <www.comciencia.br> Acesso em 20 de outubro de 2015.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONE, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira - SP. *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M.. *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.* Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-105.

NETO, Sebastião P. G. de Cerqueira. Um Recorte Geográfico Sobre as Contradições do Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. (Anais) *I Circuito de Debates Acadêmicos*, CODE, Ipea / Brasília 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acesso em 19 de novembro de 2015.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares.* Projeto História. São Paulo, 1993.

NOVOS dados do Atlas da Mata Atlântica apontam queda de 24% no desmatamento. *Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação*, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <www.inpe.com.br> Acesso em 27 de outubro de 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.* Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao05072011052536> [Pdf] Acesso em 30 maio de 2015.

ORMEÑO, C. P.; SAAVEDRA, P. S. M. *Conflictos ambientales: una oportunidad para la democracia.* Santiago: Observatório Latinoamericano de Conflictos Ambientales, 195, p. 41.

PADRÓS, E. S. Usos da memória e do esquecimento na História. *Literatura e Autoritarismo*. n°04. Disponível em: <w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num4> Acesso em: 10 de abr. 2015.

PAOLI, Maria Célia. “Memória, História e cidadania: o direito ao passado”. In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania.* São Paulo, DPH/SMC, 1992.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. *Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil.* Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Brasília, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, número 34, 2012.

POHL, Ângelo Inácio. Patrimônio Cultural e Representações. LEPA. In: *Educação Patrimonial: perspectivas/* Saul Eduardo Seiguer Milder (org.); Fernanda Codevilha Soares... [et al.]. – Santa Maria: UFSM. Laboratório e pesquisas arqueológicas, 2005.

POSSAS, L. M. V. *Mulheres, trens e trilhos*. Bauru, Edusc, 2001.

RALILE, B. P.; SOUZA, C. B. SOUZA, S. F. *Relatos Históricos de Caravelas: Desde o século XVI*. Fundação Professor Benedito Ralile. Caravelas, BA: 2006.

REIGOTA, Marcos Antônio dos Santos. *Meio ambiente e representação social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RIBEIRO, R. W. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Brasília: IPHAN, 2007.

ROCHA, Thaíse S. F. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: *ANPUH*, 2012.

RODRIGUES, Marly. *Retratos e Permanências*. UNICAMP. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br> Acesso em 29 de março de 2011.

RODRIGO Leão de Moura, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisianos. *Instituto Humanistas Unisianos*. Disponível em: <www.ihu.unisianos.br>. Acesso em 19 de abril de 2015.

SANSOLO, Davis Gruber. Os Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo. In: *Patrimônio, Natureza e Cultura/* Maria Tereza Paes-Luchiari, Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2007.

SANTOS, M. P. História e Memória: Desafios de uma relação teórica. Revista OPSIS. *Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão*. vol. 7, nº 9: 81-97 p. 2007.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História das Paisagens. In: Cardoso & Vaifas. *Domínio da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SISTEMA Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. *Art.7º, Parágrafo 2º. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC: 3. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2003.

SISTEMA Nacional de Unidade de Conservação da Natureza - SNUC. *Art.11, Parágrafo 1º. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC: 3. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2003.

SISTEMA Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. *Art.12, Parágrafo 2º. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC: 3. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2003.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. *Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002*. 5ª. Ed. Aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. - São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2ª edição ampliada. 76 p.; 21 cm. - (*Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: série conservação e áreas protegidas*, 18).

SOUZA, Sírius Oliveira; SOUZA, George Taylor; REIS, Lincoln dos Santos. A Ferrovia do Adeus: um estudo sobre a estrada de ferro Bahia - Minas gerais (Brasil) *Observatório Geográfico da América Latina*. Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>[pdf] Acesso em 29 de setembro de 2015.

THOMPSON, E. Paul. A voz do passado – História oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
TOZONI-REIS, M. F. C. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO. C. F. B. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

VENÁ, Viviane S. A *(Des) Construção da Paisagem nos Itinerários Maringá londrina: ferrovia, BR 376 e BR 369*. 2007. 133 f.. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá – UEM. [Pdf] Maringá/PR, 2007.

VIANA, Uhelinton F. *Patrimônio e Educação: desafios para o processo de ensino-aprendizagem*. 2009. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense – UFF. [Pdf] Niterói/RJ, 2009.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática. *Fórum Patrimônio*, Belo Horizonte, v.5, n. 2, jul. /dez. 2012.

.